HIPERCONHECIMENTO

DIGITAL E INTERATIVO

Conteúdo digital para estudar onde e quando quiser

DCL

HISTÓRIA DO BRASIL

Direção editorial: Raul Maia
Rogério Rosa
Edição: Iconography – Editorial & Comunicação
Direção: Luiz Felippe Nogueira
Coordenação editorial: Laura Whiteman
Redatora: Regiane Ferreira
Projeto Gráfico: Lume Estúdio
Direção de Arte: Leandro Souza
Pesquisa Iconografica: JWD Design
Leandro Souza
Diagramação: Carlos Machado | Dayane Santos
Everton Machado | Fernanda Alves
Jonathan Santana | Neide Fiuza
Thiago Carvalho
Capa: Lume Estúdio
Realidade aumentada: 3DK Estúdio
Revisão técnica: Carlos Eduardo Machado
Fabrício Sousa M. Vieira
Marcelo Mota Penha
Marco Aurélio Diassis Iasbeck
Rafaela Semíramis Suiron
Sérgio Ferreira
Revisão final: Graciana Barbosa
Fabiana Ramalho
Imagens: Shutterstock.com
Arquivos da editora

TEXTO CONFORME NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hiperconhecimento: Digital e Interativo / Equipe DCL.
São Paulo: DCL, 2016.

ISBN 978-85-368-2200-6.

1. Arte 2.Biologia 3. Espanhol 4. Filosofia 5. Física
6. Geografia 7. História 8. Inglês 9. Matemática 10. Português
11. Química 12. Sociologia
I. Equipe DCL.

12-14030 CDD-370

Índices para catálogo sistemático:
1. Ensino integrado: Livros-texto : Educação 370

Editora DCL – Difusão Cultural do Livro Ltda.
Av. Marquês de São Vicente, 446 – 18º andar – Conj. 1808
Barra Funda - São Paulo - SP – 01139-000
www.editoradcl.com.br

Por que estudar História do Brasil?

Estudamos história do Brasil para não deixarmos a memória do nosso povo morrer. A história do Brasil está inevitavelmente ligada a vários acontecimentos mundiais, que refletem diretamente ou indiretamente em toda a estrutura social, política e cultural do nosso país. Somente quando entendemos esses fatos podemos propor soluções para os problemas do nosso cotidiano.

História
do Brasil

UNIDADE 1

Do Descobrimento ao fim da colônia

Capítulo 1

Expansão Marítima Europeia

Para compreendermos de uma forma mais apurada o desenrolar histórico que culminou na chegada dos portugueses ao Brasil, é preciso retornar aos acontecimentos na Europa antes de 1500. Quando os europeus se depararam com os novos territórios da América e do Brasil, o impacto foi sentido em suas estruturas mais profundas, as mudanças econômicas e políticas que aconteceram no velho continente foram inevitáveis.

Com o renascimento comercial, surgiu uma nova classe social: a burguesia.

Para que continuassem obtendo lucros, os burgueses apoiavam o regime absolutista: o rei tinha todos os poderes e era o responsável pelas nações. Dessa forma, ocorreu o declínio do sistema feudal, que durou toda a Idade Média.

Isso fez com que o poder real garantisse recursos para que o comércio se desenvolvesse ainda mais. Com o surgimento das cidades, foi necessário encontrar novas rotas para o Oriente que evitassem os turcos – que tomaram Constantinopla em 1453 – e os comerciantes das cidades italianas de Veneza e Gênova – que cobravam muito caro pelas especiarias que traziam do Oriente.

Nessa época, os reis adotaram uma política mercantilista.

Eles pensavam da seguinte forma: um país só seria rico e poderoso se acumulasse muito metal (ouro e prata) em seus cofres. Além disso, precisavam buscar novos mercados consumidores para seus produtos, mão de obra barata e matéria-prima. Como a Europa já era toda conhecida e povoada, os países deveriam sair em busca de novas conquistas territoriais.

Foi nesse contexto que os reis, apoiados pela burguesia, promoveram as Grandes Navegações. Os países mais importantes desse período foram: Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França. Portugal tinha condições geográficas muito favoráveis e acesso aos últimos inventos da época; o desenvolvimento de novas técnicas náuticas tais como a bússola, o astrolábio e as caravelas; a centralização política precoce (1385) e o desejo de encontrar uma nova rota comercial para as fontes produtoras de especiarias foram elementos importantes para justificar o pioneirismo português nas grandes navegações.

O século XV foi marcado pela exploração da costa oeste africana pelos portugueses. Ouro, escravos e marfim eram os produtos mais procurados. Entre 1415 e 1460, Portugal ocupou várias ilhas ao longo do Atlântico: Madeiras, Açores, Cabo Verde e Guiné. Em 1488, Bartolomeu Dias descobriu o Cabo da Boa Esperança, na África. Em 1498, Vasco da Gama descobriu um novo caminho para as Índias, contornando o Cabo da Boa Esperança e

A Escola de Sagres

Um dos motivos do pioneirismo português se deve a Escola de Sagres, uma vila no sudoeste do Algarve, em Portugal. Foi lá que, segundo diversas fontes, um centro da arte náutica se consolidou. Onde navegadores como Vasco da Gama e Cristóvão Colombo se formaram. Apesar do nome, Sagres não era uma escola como conhecemos hoje. Fundada por D. Henrique, o Navegador, tratava-se de uma reunião de sábios, matemáticos, astrônomos, cartógrafos que pesquisavam como melhorar a arte da navegação. Sagres foi fundamental para o sucesso das grandes navegações. Os seus especialistas aperfeiçoaram instrumentos de navegação, como a bússola, o astrolábio, o quadrante, a balestrina e o sextante. Desenvolveram a cartografia moderna e foram os primeiros a calcular com precisão a circunferência da Terra em léguas.

À esquerda, Cristóvão Colombo (Gênova, 1451 – Valladolid, 1506), navegador italiano. Muito estudioso e atraído pelo mar desde jovem, acreditava ser possível atingir as Índias pelo oceano Atlântico. Em sua mais famosa expedição, com o patrocínio dos reis espanhóis, Colombo desembarcou em terras americanas em 12 de outubro de 1492.

À direita, tela de Théodore de Bry retratando a chegada dos europeus à América e a aproximação agressiva com os nativos.

atingindo a cidade de Calicute. Dois anos depois, Cabral chegou ao Brasil.

A Espanha começou as grandes navegações em 1492, depois de expulsar os árabes de seu território. Foi nesse ano que Cristóvão Colombo, um italiano patrocinado pelos reis espanhóis, viajou no sentido oeste, acreditando que poderia chegar às Índias por essa rota. Em outubro do mesmo ano, chegou à América. Pensando ter atingido as Índias, chamou os nativos dessas terras de índios. Américo Vespúcio, outro navegador a serviço da Espanha, percebeu o erro e batizou o continente de América.

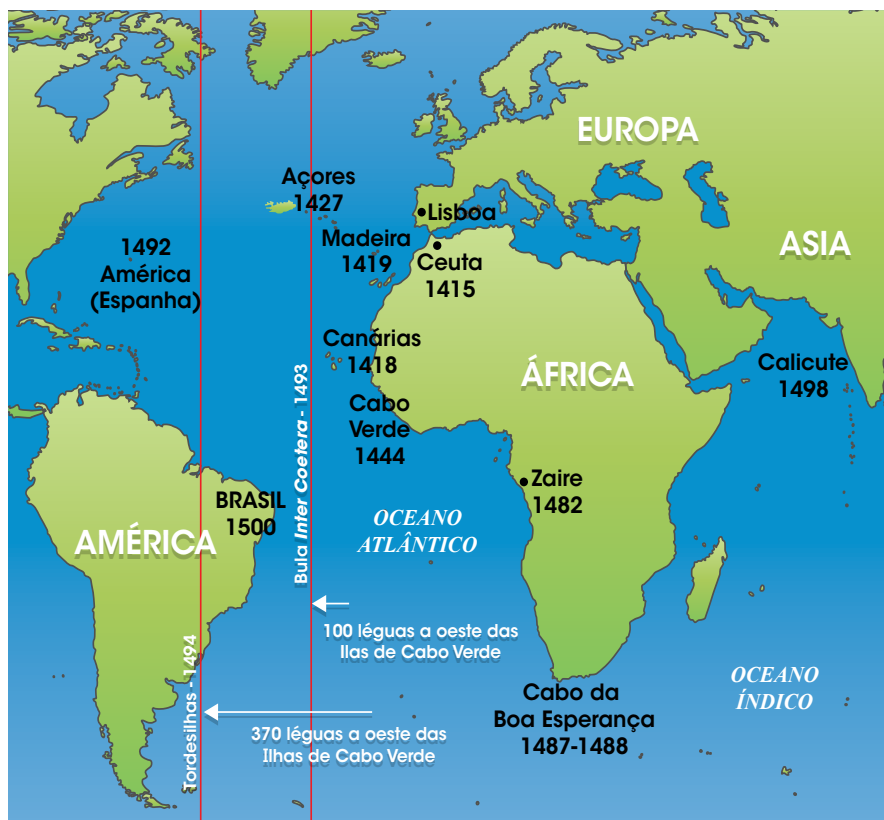
A DIVISÃO DO NOVO MUNDO: O TRATADO DE TORDESILHAS

Depois que Colombo chegou à América, Portugal e Espanha começaram a brigar pela posse dos novos territórios. A saída foi assinar um acordo que dividisse as novas conquistas. Foi então elaborado o Tratado de Tordesilhas: uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Todas as terras que fossem encontradas a leste do meridiano seriam de Portugal. As terras a oeste seriam da Espanha.

O caráter religioso do tratado

Os historiadores afirmam que ainda na época do século XV existia a tradição medieval de a Igreja Católica dispor da autoridade de divisão de terras e propriedades pelo mundo. Portanto, a responsabilidade de resolver a briga travada entre Portugal e Espanha pelas novas terras descobertas no Novo Mundo era do papa.

O Tratado de Tordesilhas deriva da bula papal assinada, em 1493, pelo papa Alexandre VI, que estabelecia as terras situadas até 100 léguas depois das Ilhas Cabo Verde como sendo de Portugal e aquelas que estivessem para além dessa linha seriam da Espanha.

Em 1494, após pressionar a Coroa espanhola, Portugal conseguiu reajustar para 370 léguas a distância da linha imaginária das Ilhas de Cabo Verde.

Ao lado, mapa que demonstra como o Tratado de Tordesilhas aumentou a distância da linha imaginária das Ilhas de Cabo Verde em 270 léguas.

Capítulo 2
A chegada dos portugueses

Depois do lucro que Vasco da Gama conseguiu na viagem às Índias, Portugal queria mais. Era importante que o país mantivesse a presença nas rotas do Atlântico. Outro motivo foi o Tratado de Tordesilhas. Provavelmente os portugueses sabiam da existência de terras que estavam na mesma posição da América, que tinha sido descoberta há pouco.

Para não correr o risco de perder a posse das terras para outros países, Portugal fez uma expedição desviando um pouco para o oeste, conforme documento escrito por Duarte Pereira, integrante da esquadra.

A mando do rei, Cabral deveria certificar-se da existência de terras dentro do limite do Tratado de Tordesilhas – 370 léguas. Mas o motivo oficial da viagem de Cabral foi outro: instalar bases comerciais portuguesas nas Índias. Para isso, o rei Dom João II formou a maior e mais bem equipada frota portuguesa da época: 1.500 homens em 13 navios sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Ele tinha 33 anos e tinha estudado literatura, história, ciência e cosmografia.

Entre os tripulantes, havia soldados, religiosos e intérpretes. A esquadra partiu de Lisboa em 9 de março de 1500. No dia 22 de abril daquele ano, Cabral avistou um monte e chamou-o de Pascoal, por estarem na época da Páscoa. Ao chegar em terra firme,Cabral chamou-a de Ilha de Vera Cruz. Um ano depois, o rei de Portugal batizou-a de Terra de Santa Cruz e, por fim, de Brasil, em alusão às árvores encontradas no litoral: o pau-brasil.

No dia 25 de abril, Cabral desembarcou acompanhado de seus capitães. Um dia depois, no recife batizado de Coroa Vermelha, foi rezada a primeira missa no Brasil, celebrada pelo franciscano Henrique Soares de Coimbra.

A carta que foi escrita por Pero Vaz de Caminha – escrivão da esquadra de Cabral – é reconhecida como o primeiro documento brasileiro. Nessa carta, Pero Vaz descreve o momento em que Cabral avistou o Monte Pascoal, a terra de Vera Cruz e o primeiro contato entre os portugueses e os nativos tupiniquins.

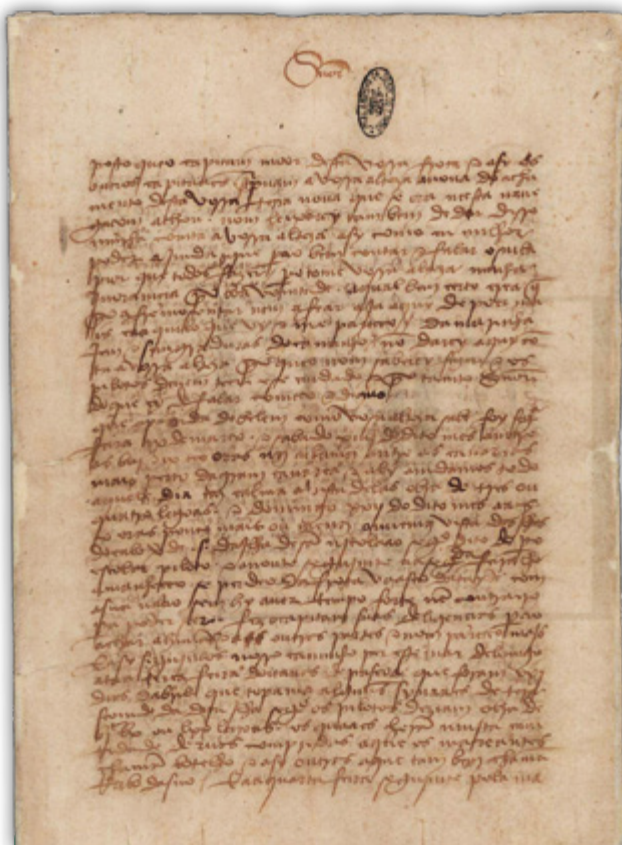
De 1500 a 1530, o Brasil viveu a fase pré-colonial. Os portugueses não se preocuparam em colonizar, de imediato, a nova terra. Os historiadores apontam algumas causas para isso:

- as rotas da Ásia e da África eram mais lucrativas para os portugueses;
- o desconhecimento de que no Brasil havia metais preciosos;
- como os indígenas desconheciam o comércio, eles não produziam nada que interessasse aos portugueses.

A produção dos nativos era só para subsistência, ou seja, só para o consumo das tribos. Os países europeus

Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, de Armando Martins. A falta de interesse de Portugal pelas terras brasileiras possibilitou a colonização por centenas de huguenotes que fugiam das perseguições religiosas na França.

mantinham uma política mercantilista. Deveriam acumular ouro e prata, aumentar as exportações, conseguir mercados consumidores e arrumar mão de obra barata. Para lucrar com o Brasil, Portugal deveria primeiro investir na produção para depois vendê-la. Mas produzir o que, numa terra de nativos que não conheciam o comércio? Naquela época, era mais lucrativo investir nas especiarias das Índias. Por isso, Portugal deixou o Brasil quase esquecido.

Contudo, essa situação começou a mudar quando o comércio com o Oriente passou a sofrer concorrência de outros países e pelos altos custos militares que requeria esse comércio. Além disso, havia o risco de Portugal perder o Brasil para países que não reconheciam o Tratado de Tordesilhas, como França, Inglaterra e Holanda. A solução encontrada foi iniciar a colonização do Brasil, fato que ocorreu em 1532, com a vinda da missão de Martim Afonso de Souza e a fundação da Vila de São Vicente.

Página da carta de Pero Vaz de Caminha, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Nela, Pero Vaz descreve a fauna e a flora brasileiras, citando inclusive o pau-brasil, e narra a primeira missa realizada na então chamada Terra de Vera Cruz.

Capítulo 3

Período colonial (1530-1822)

O período colonial do Brasil abrange praticamente três séculos de história. Nele, Portugal começou a exploração econômica da colônia, deixando de lado o extrativismo do pau-brasil, iniciando o cultivo de cana-de-açúcar e, posteriormente, o ciclo da mineração. Também nesse período, a Coroa portuguesa estabeleceu o Governo-Geral, pois o sistema de capitanias hereditárias havia entrado em declínio. O fim da era colonial é marcado por revoltas que, devido ao surgimento de uma classe média liberal, lutavam pela independência do país.

PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

As primeiras expedições em território brasileiro não eram de ocupação. Tinham três motivos básicos:

- defender o território de piratas franceses;
- reconhecimento geográfico da nova terra, que consistia em identificar ilhas, baías, cabos, montes, entre outras formações geográficas, no litoral e no interior;
- exploração do pau-brasil.

Exploração do pau-brasil

A madeira de pau-brasil era muito valorizada na Europa. Servia para a fabricação de tinturas e móveis. Essa foi a única atividade econômica desenvolvida no Brasil até 1530. E, mesmo assim, não apresentava os lucros que os comerciantes tinham com as especiarias. Entre 1501 e 1513, a Coroa portuguesa arrendava a particulares o direito de explorar a madeira. O mais famoso arrendatário foi Fernão de Noronha. A partir de 1513, a exploração passou a ser livre. Qualquer cidadão português poderia extrair o pau-brasil, desde que pagasse à Coroa o imposto de um quinto da madeira explorada.

Mesmo sendo feita por todo o período pré-colonial, a extração não provocou a ocupação da terra. Os europeus contratavam os índios para retirar o pau-brasil, enchiam os porões dos navios e iam embora. Pelo trabalho, davam aos nativos quinquilharias sem nenhum valor comercial: espelhinhos, pentes, facas e canivetes.

Para armazenar a madeira, os portugueses construíram feitorias, depósitos que eram guardados por militares.

A vida dos nativos brasileiros

Os índios do território brasileiro, como foram chamados pelos portugueses, eram cerca de 1.000 povos, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Até hoje se discute muito a origem desses nativos. Há quem acredite que eles são descendentes de povos asiáticos ou da região da Poli-

nésia, perto da Austrália, e que chegaram aqui há milhares de anos.

Eles viviam de caça e pesca, coleta de frutos e raízes e, em menor escala, da agricultura, pois não eram todas as tribos que sabiam plantar. Os poucos produtos produzidos eram: aipim (mandioca), cará, pimenta e abacaxi. Como não conheciam o comércio, praticavam o escambo – a troca de mercadorias. Em algumas tribos, era permitida a poligamia – casamento de um homem com várias mulheres – ou a poliandria – casamento de uma mulher com vários homens. As aldeias eram independentes. Quando várias aldeias tinham o mesmo parentesco, elas se juntavam para formar as tribos.

Os índios moravam em casas de palhoça, que eram chamadas ocas. Os primeiros contatos entre brancos e índios foram amistosos. Contudo, quando a colonização teve início, os europeus passaram a ver o índio, ou como um entrave para o desenvolvimento da colônia ou como mão de obra escrava a ser explorada. Isso gerou conflitos e, a partir disso, muitos massacres ocorreram ao longo de toda a história do Brasil.

A COLONIZAÇÃO

Em 1530, Martim Afonso de Souza comandou a quinta expedição ao território do Brasil. Só que, dessa vez, a intenção era outra: os portugueses vieram para ficar. Cerca de 400 pessoas estavam nas caravelas.

Martim Afonso fundou a primeira vila – São Vicente – em 1532, num ponto do litoral paulista onde a penetração para o interior do território era relativamente fácil. Para viabilizar economicamente o pequeno núcleo colonial, foi escolhida a cultura da cana-de-açúcar, produto que se adaptava bem ao solo e ao clima brasileiros e que já era conhecido na Europa, sendo fácil vendê-lo e ainda aumentaria o mercado consumidor. O primeiro engenho de açúcar foi o engenho de São Jorge dos Erasmos.

Mas por que Portugal decidiu colonizar o Brasil?

Por alguns motivos: o medo de que o Brasil fosse ocupado por outros povos; o declínio do comércio de especiarias, que não dava mais tanto lucro, e a descoberta de jazidas de ouro e prata na América espanhola. Portugal acreditava que aqui também poderiam existir riquezas naturais. Por isso, os portugueses não poderiam correr o risco de o Brasil cair em mãos estrangeiras.

Portugal associou-se aos holandeses para transportar e distribuir o produto na Europa. Como eles iriam obter muito lucro, concederam empréstimos à Coroa portuguesa, que pôde então iniciar a colonização.

Organização política: as capitanias hereditárias

Em 1534, a Coroa portuguesa transferiu para a iniciativa privada as despesas com a colonização, mas ainda manteve sua participação nos lucros gerados. Foram criadas as capitanias hereditárias, terras doadas aos chamados donatários em caráter vitalício e hereditário.

Os donatários eram, em geral, pessoas da confiança do rei e faziam parte da pequena nobreza.

Tinham total poder (militar, judicial, político e fiscal) sobre o lote, arcavam com todas as despesas e ainda tinham de entregar a Portugal grande parte do lucro obtido. O donatário não era o dono da terra apenas, ele a administrava, como se fosse um prefeito. As suas propriedades eram chamadas sesmarias e deviam gerar lucro.

O sistema de capitanias era regulamentado pela Carta de Doação, que estabelecia os poderes do donatário, e o Foral, que regulamentava a cobrança de impostos: quais seriam pagos ao donatário e quais à Coroa.

O sistema de capitanias não apresentou resultados positivos. Das 15 que foram criadas, só as de Pernambuco e São Vicente deram lucro. As outras faliram ou nem foram ocupadas pelos donatários devido aos ataques de índios hostis, à falta de recursos dos donatários, à distância em relação à metrópole e às ameaças de piratas. Com o tempo, as capitanias retornaram para o governo português.

O Governo-Geral

Em 1548, Portugal criou o Governo-Geral porque o sistema de capitanias hereditárias não estava indo bem. Contudo, a criação do Governo-Geral não acabou com as capitanias. Algumas fontes históricas mencionam que a hereditariedade das capitanias (o direito e legitimidade familiar da posse de terras) entrou em declínio em 1759, com Marques de Pombal. Outras fontes observam que, mesmo sendo abolido, o domínio social dessas posses permaneceram por muitos anos. Isso demonstra que os dois sistemas (capitanias hereditárias e o Governo-Geral) conviveram por um bom tempo, o mais novo se nutrindo do sistema mais velho.

O novo sistema surgiu também para que Portugal coordenasse melhor a defesa do território e porque a Coroa queria centralizar o poder. Assim, o Governo-Geral mandaria em todo o território brasileiro. O primeiro governador foi Tomé de Souza e a capitania escolhida para ser a capital do governo foi Salvador. Como ficava no meio do território, seria mais fácil a comunicação dela com as outras capitanias. O governador era auxiliado pelo provedor-mor (cuidava das finanças e arrecadação de impostos), ouvidor-mor (cuidava da Justiça) e capitão-mor (que cuidava da defesa).

Os mais importantes governadores foram Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá.

O governo de Tomé de Souza (1549-1553) foi marcado pela vinda dos primeiros jesuítas para catequizar os índios, a expansão da agricultura e o início da pecuária, com a incumbência de construir a capital – Salvador – incentivar a construção de novos engenhos, combater os índios hostis e a pirataria, explorar o interior da colônia atrás de riquezas, edificar uma rede de defesa e organizar a cobrança de impostos. Além disso, trouxe uma comitiva de aproximadamente mil pessoas.

No governo de Duarte da Costa (1553-1558), foi criada a Vila de São Paulo, que mais tarde deu origem à cidade.

Foi nessa época também que os franceses invadiram o Brasil, o Rio de Janeiro.

Na administração de Mem de Sá, com o apoio dos jesuítas, aumentou-se a catequização dos índios e também a guerra contra os nativos hostis: era usado o argumento da "guerra justa", ou seja, os índios que resistissem à colonização poderiam ser mortos ou tornarem-se escravos. Mem de Sá conseguiu expulsar os franceses e, na Baía de Guanabara, fundou a cidade do Rio de Janeiro em 1561. Houve o início da importação de escravos da África e o desenvolvimento da agricultura.

Economia

A Coroa portuguesa optou por plantar cana-de-açúcar no Brasil. Como foram os comerciantes portugueses e holandeses que financiaram a produção, as plantações foram idealizadas para dar o maior lucro possível. A estrutura de produção obedecia às regras do sistema de *plantation*, isto é, foram organizadas em grandes propriedades (latifúndios), monocultoras (que plantavam só um tipo de produto, no caso o açúcar) e com mão de obra escrava (que no começo foram os índios e depois os negros africanos). Toda a produção era para o mercado externo.

Com isso, a plantação de açúcar gerou o enriquecimento do senhor de engenho, que era o dono da sesmaria onde havia a plantação. Muitos não conseguiram o dinheiro necessário para sustentar o investimento e faliram. Os que venceram essa primeira etapa, tornaram-se ricos fazendeiros.

Mão de obra escrava

No começo, os portugueses usavam mão de obra indígena. Mas havia um problema: eles não se adaptavam às ordens do senhor de engenho, então a produtividade era baixa. Os jesuítas condenavam essa prática e conseguiram transformar a proibição em lei.

A solução encontrada foi trazer os negros da África e escravizá-los. Como Portugal já tinha acesso a esses mercados fornecedores de mão de obra barata, não foi difícil trazê-los para trabalhar na nova colônia. Com a mão de obra barata e a alta produção, os lucros estavam garantidos.

Resumindo as características da produção açucareira no Brasil: o engenho era a unidade de produção da empresa açucareira e desenvolveu-se no Nordeste por causa do solo de massapé e pela proximidade dos centros consumidores. Tinha mão de obra escrava e o dono da terra era o senhor de engenho.

A ESCRAVATURA NO BRASIL

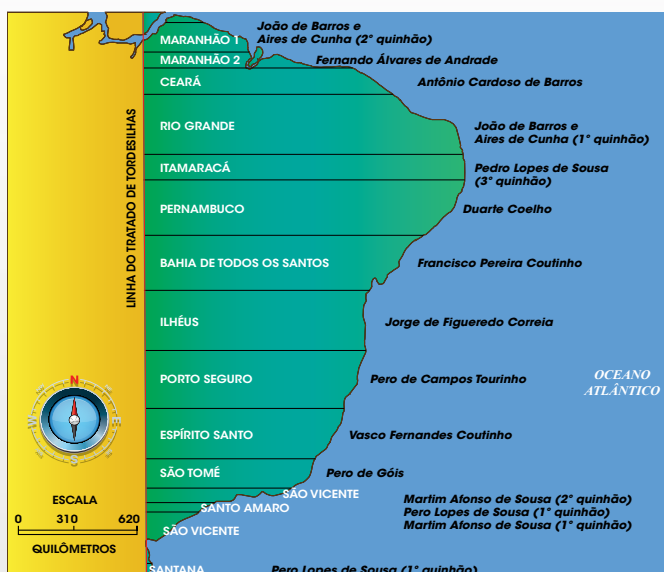
A vinda de escravos negros para o Brasil começou no Governo-Geral de Mem de Sá. A escravidão já era muito antiga no mundo.

A partir do século XV, Portugal começou a obter lucros na Europa com a venda desse tipo de mão de obra. Por mais de 300 anos, a lavoura brasileira trabalhou com os escravos. O tráfico negreiro era cruel, e milhares de famílias foram separadas. Os jovens não tinham escolha, vinham para o Brasil a bordo dos navios

Busca

O que foram as capitanias hereditárias?

As capitanias hereditárias eram grandes lotes de terra que iam do litoral até o Meridiano de Tordesilhas.

O sistema de capitanias era constituído de 15 faixas de terras doadas aos donatários, que precisavam proteger e desenvolver suas capitanias. O trabalho era realizado pelos nativos e o consumo já era realizado por meio de escambo (trocas). Portanto, trabalho e consumo, desde muito tempo, participam do sistema social; porém as condições diferenciam-se entre as várias épocas.

negreiros em condições de higiene péssimas e muitos morriam antes de chegar. Os escravos saíam da Guiné, de Angola e do Congo. Eram de duas tribos africanas: sudaneses e bantos.

O feitor – chamado de capitão do mato – era o responsável por fiscalizar o trabalho. Se algum negro não produzisse ou tentasse fugir, poderia ser castigado com chibatadas, torturas e até a morte. Muitos morriam de tristeza (banzo) ou por causa dos maus-tratos. Os capitães do mato também tinham de perseguir os negros que fugiam do engenho. Muitos deles fundavam comunidades que procuravam lutar pela liberdade. Essas comunidades eram chamadas de quilombos.

O maior quilombo foi o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, cujo líder foi Zumbi. No fim do século XVII, o bandeirante Domingos Jorge Velho comandou uma expedição que aniquilou o Quilombo dos Palmares e aprisionou Zumbi. Pouco depois ele foi morto.

Em 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que acabou com a escravatura no Brasil. Mas, durante muito tempo, os negros foram estigmatizados e não conseguiam arrumar trabalho, pois eram vistos como escravos.

Podemos dizer que a escravidão foi o que de pior aconteceu na história do Brasil. Escravizar outro ser humano é um ato terrível e covarde. Temos de ter orgulho por nossas raízes também estarem na África, mas nunca poderemos esquecer que os negros vieram para cá escravizados.

Praefectura Paransmbucana par Borealis, de Frans Post. Gravura do século XVII que mostra um engenho açucareiro em Pernambuco.

Os escravos negros eram obrigados a trabalhar arduamente e ainda eram vigiados pelos feitores (capitães do mato).

SOCIEDADE

A sociedade na região produtora de cana-de-açúcar possuía três características marcantes: era latifundiária, escravocrata e patriarcal.

Era latifundiária, pois baseava-se na propriedade de grandes extensões de terra pertecentes a apenas um único dono. A posição social e o poder dos indivíduos dependiam da posse de latifúndios, quanto maiores as posses eram, maiores eram a posição social e o poder.

Era escravocrata, pois dependia do trabalho realizado pelos escravos. Esses escravos tornaram-se "as mãos e os pés dos senhores de engenho" e foram os verdadeiros construtores do progresso verificado no Brasil durante os três séculos e meio de escravidão.

Era patriarcal, pois os senhores de engenho possuíam autoridade absoluta sobre os membros de suas famílias, sobre os agregados e sobre os escravos de sua proporiedade. A influência desses homens atingia até mesmo a vila próxima ao engenho.

AS INVASÕES ESTRANGEIRAS NO BRASIL

Durante o período colonial, o Brasil sofreu vários ataques estrangeiros e de vários tipos: desde atos isolados, como os dos piratas que saqueavam alguma cidade litorânea e iam embora, até invasões que duraram alguns anos. Nessas ações maiores, a intenção era derrotar Portugal e conquistar definitivamente grandes extensões de terra. As maiores invasões foram as francesas e holandesas.

Os franceses

Cinco anos depois, o governador Mem de Sá atacou-os e destruiu as fortificações que tinham erguido. Os franceses que sobraram e procuraram abrigo nas tribos indígenas da região foram mortos pelo sobrinho

Na África, os negros eram negociados em troca de aguardente de cana, rolos de fumo, tecidos, facões, espelhos, guizos etc. Depois de marcados com ferro em brasa, eram acorrentados e levados até os presídios da costa africana, onde aguardavam os navios negreiros. Nesses barcos, os negros viajavam amontoados nos porões, em condições tão terríveis que a mortalidade atingia até 70%.

do governador, Estácio de Sá, o qual morreu durante os combates em 1567.

Como não podiam mais ficar no Rio de Janeiro, os franceses tentaram se fixar no Nordeste. Porém os portugueses iniciaram o povoamento dessa região para expulsá-los. Por isso, os franceses construíram fortes que acabaram dando origem a várias cidades, como Natal e João Pessoa.

O maior ataque francês no Nordeste aconteceu no Maranhão. A invasão durou três anos: de 1612 a 1615. Eles fundaram um forte chamado São Luís, que deu origem à capital do Estado. Daniel de la Touche fundou a França Equinocial. A reação portuguesa foi rápida: em 1613, Jerônimo de Albuquerque atacou os inimigos e os expulsou dois anos depois.

Os ingleses

Entre 1530 e 1580, a presença de ingleses na costa brasileira era constante. Sempre trocavam mercadorias com os portugueses e com os índios. Quando a Espanha entrou em guerra com a Inglaterra e Portugal ficou sob domínio espanhol, os ingleses passaram a ser violentos e atacaram várias cidades brasileiras, como Recife, Santos e Salvador.

Os holandeses

A Holanda foi a principal financiadora das construções dos engenhos no Brasil. Em troca, conquistou o rico monopólio da distribuição e do refino do açúcar brasileiro. Contudo, a Espanha era sua inimiga e, com a União Ibérica, Filipe II cancelou o privilégio. Essa ação motivou a reação holandesa.

As invasões holandesas foram as mais importantes porque duraram mais e trouxeram muitas consequências para a cultura e economia do Brasil. Por mais de 20 anos eles ocuparam o Nordeste: em 1624 invadiram a Bahia e, em 1630, Pernambuco.

Mas por que a pequena Holanda invadiu o Brasil? Em 1581, os holandeses libertaram-se do domínio espanhol. A Holanda passou a ser uma terra livre. Enquanto isso, em Portugal, o rei dom Henrique morreu. O povo português ficou revoltado porque nada puderam fazer para evitar que Filipe II da Espanha assumisse o trono em Portugal. Conta-se que, pouco antes da morte do cardeal Dom Henrique, o povo cantava nas ruas a quadrinha:

Viva el-rei Dom Henrique
no Inferno muitos anos
Por deixar em testamento
Portugal aos Castelhanos!

Como ele não tinha herdeiros, o cargo ficou vago. O rei Filipe II da Espanha, aproveitando a confusão, invadiu Portugal e declarou-se rei. O domínio espanhol durou 60 anos – de 1580 a 1640 – quando os portugueses, por meio de uma revolução, voltaram a ser independentes. Assim, ele tornou-se também o rei de Portugal e de todas as suas colônias. Nessa época, a Espanha desenvolveu uma política militarista e impôs bloqueios comerciais à Inglaterra, França e Holanda. Os holandeses reagiram invadindo as colônias portuguesas que agora pertenciam à Espanha. No Brasil, escolheram o Nordeste por causa da produção de açúcar. Para poder administrar os lucros com as terras invadidas, os holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais. Por isso, podemos dizer que a invasão do Brasil foi estudada e servia aos interesses dos comerciantes da Holanda.

Primeira invasão holandesa

Foi em 1624, na Bahia. Durou apenas um ano. Em 1625, as forças luso-espanholas conseguiram expulsar os invasores. Os portugueses conseguiram evitar que os holandeses chegassem até as fazendas que plantavam açúcar.

Segunda invasão holandesa

Aconteceu em Pernambuco e durou mais de 20 anos, de 1630 a 1654. Dessa vez, a região escolhida era menos fortificada e tinha grande produção de açúcar. Nos primeiros cinco anos, aconteceram violentas batalhas. Mas, em 1636, os holandeses conseguiram assegurar sua posição. Eles conseguiram o domínio de quatro importantes capitanias: Rio Grande do Norte, Itamaracá, Pernambuco e Paraíba.

Maurício de Nassau, governador das possessões holandesas no Brasil.

Para ganhar o apoio da população, os holandeses deixaram claro que não queriam interferir na vida das pessoas nem na produção de açúcar. Só queriam controlar o comércio e os lucros. Por isso, prometeram liberdade religiosa, manutenção do direito a propriedade e equiparação com os holandeses perante a lei.

Assim, ganharam a confiança dos senhores de engenho que ainda recebiam dinheiro para recuperar suas terras arrasadas pela guerra.

Para os fazendeiros, era só uma troca de metrópole. Antes era Portugal, agora a Holanda. Foi exatamente nessa época que a resistência armada diminui muito, e o governador Maurício de Nassau iniciou um período de grande desenvolvimento na nova colônia. Ele promoveu a vinda de artistas para retratar as belezas do Nordeste, abriu bancos e casas comerciais, construiu jardins, palácios e teatros. Mas os holandeses não conseguiram os lucros que esperavam. Nassau gastou demais e não arrecadou tanto. A Companhia das Índias o substituiu e começou a enfrentar a resitência da população, que decidiu expulsá-los novamente.

Em 1640, teve início a Insurreição Pernambucana – um conjunto de batalhas travadas entre holandeses e luso-brasileiros para expulsar os invasores. Em 1654, os portugueses venceram a Batalha de Guararapes. Terminou a invasão da Holanda no Brasil.

A principal consequência da presença dos holandeses foi o declínio da lavoura açucareira. Como já conheciam a produção de cana-de-açúcar, o transporte, o refino e a distribuição, ficou fácil plantar o produto nas Antilhas e concorrer com as fazendas nordestinas.

Alegoria da morte de Estácio de Sá, em 20 de fevereiro de 1567, após ser ferido na Batalha de Uruçumirim em 20 de janeiro do mesmo ano. Óleo sobre tela de 1911 (Crédito: Antônio Parreiras / Museu Antônio Parreiras, Niterói)
Fonte: Multi*Rio* (<http://goo.gl/hTa5Tg>)

A catequese e os jesuítas

A catequização dos índios não só permitiu seu contato com o mundo europeu, mas também facilitou sua escravização. Os primeiros padres católicos vieram para o Brasil durante o governo de Tomé de Souza. Os missionários vinham da Europa para difundir a religião católica entre os índios. Organizavam comunidades indígenas (missões) para facilitar a catequese. Era praticada a agricultura de subsistência. Apesar da proteção jesuítica, os bandeirantes, muitas vezes, atacavam as missões e capturavam indígenas para escravizá-los. Em 1554, os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega fundaram o colégio de São Paulo, que depois deu origem à cidade. Essa é apenas uma das ações dos padres católicos que vieram no início da colonização. Eles rezavam missas, faziam casamentos, batismos e davam aulas. Em relação aos índios, os padres ensinavam-lhes a língua portuguesa, agricultura e matemática.

Essas ações dos jesuítas acabaram enfraquecendo a cultura tupi-guarani e favorecendo o poder dos portugueses.

EXPANSÃO TERRITORIAL

Entradas e Bandeiras

A colonização brasileira ocorreu no litoral. Isso aconteceu porque foi ali que se desenvolveu a plantação de cana-de-açúcar. Também não podemos esquecer da exploração de pau-brasil. Todo processo exploratório acontecia na faixa litorânea e o interior ficou esquecido por muitos anos.

Quando a lavoura açucareira começou a enfraquecer, a Coroa portuguesa decidiu expandir a colonização e descobrir o interior do Brasil. Em apenas um século – do XVII para o XVIII – houve um avanço incrível. Para se ter uma ideia, a cidade mais distante do litoral no século XVII era a Vila de São Paulo, cuja distância era de cerca de 40 quilômetros.

Cem anos depois, os portugueses já chegavam até a fronteira com o Peru, onde construíram o Forte da Tabatinga, a quase 3 mil quilômetros do litoral!

Não existiram diferenças muito grandes entre as entradas e as bandeiras. Sabemos que as entradas eram, geralmente, organizadas pelo governo, e as bandeiras, por particulares. No entanto, houve entradas particulares e bandeiras organizadas pelo governo. Isso aconteceu porque São Vicente não conseguiu criar uma cultura de exportação.

Isso ocorreu porque o solo de São Vicente não era propício para a cana, como acontecia no Nordeste, e a capitania ficava muito distante de Portugal, portanto, o frete era muito caro. Dessa forma, era bem mais fácil comprar o açúcar nordestino do que o de São Vicente. A produção agrícola dos paulistas, então, passou a ser de subsistência: só plantavam para o consumo. A subsistência e a falta de um produto para exportação fizeram com que os paulistas vivessem isolados do resto da co-

Mapa com os principais caminhos abertos pelos bandeirantes em direção ao interior do Brasil.

lônia. Enquanto no Nordeste muitos navios chegavam durante o ano inteiro, eram poucos os que vinham até São Vicente.

Pouco tempo depois, São Paulo, estrategicamente localizada entre a Serra do Mar e o rio Tietê, tornou-se o reduto principal dos bandeirantes, que na época eram chamados apenas de paulistas.

O isolamento, a falta de recursos e a subsistência contribuíram para a pobreza da população. Os bandeirantes paulistas viajavam a pé além da linha de Tordesilhas. As bandeiras eram formadas por homens brancos, índios e mestiços. De acordo com a finalidade da expedição, elas poderiam ser classificadas de:

apresadoras: que caçavam índios para serem vendidos como escravos;

prospectoras: quando iam procurar metais preciosos.

sertanismo de contato: objetivavam combater grupos de índios e negros que resistiam à colonização;

monções: expedições que levavam, por via fluvial, remédios e alimentos para os grupos mineradores.

As bandeiras que procuravam por ouro foram patrocinadas pela Coroa portuguesa, já que ela precisava de lucros, pois a cana tinha entrado em declínio. Uma das maiores expedições foi a de Antônio Raposo Tavares, que saiu de São Paulo em 1648 e chegou ao Amazonas três anos depois, em 1651. Outro bandeirante famoso foi Fernão Dias, que saiu de São Paulo em 1674, em direção a Minas Gerais. Ele é o famoso caçador de esmeraldas, embora não as tenha encontrado.

As consequências das bandeiras foram o povoamento do interior do Brasil, o desenvolvimento do comércio e da pecuária, o aumento das mortes entre os índios e a descoberta de ouro e prata, que desencadeou o ciclo da mineração.

A mineração

Depois de muitas tentativas frustradas, os bandeirantes, enfim, descobriram ouro em grande quantidade no Brasil. Os achados ocorreram nos fins do século XVII, na região que hoje corresponde a Minas Gerais. Essa notícia agradou o rei português. Como os cofres da Coroa estavam praticamente vazios e as dívidas do Estado só aumentavam, o anúncio dos achados despertou o interesse da metrópole pelo sertão do sudeste brasileiro.

A mineração ou ciclo do ouro que aconteceu no Brasil no século XVIII trouxe importantes modificações na vida econômica e política da colônia. Ao contrário do que ocorria na América espanhola, onde para achar ouro e prata eram necessárias grandes obras, por causa das formações geológicas, no Brasil encontrava-se ouro de aluvião. O minério poderia ser achado na areia e barrancos dos rios. Por causa disso, as técnicas empregadas eram simples, como alguns pratos de estanho, poucas ferramentas e algumas peneiras.

Com essa facilidade, o ciclo do ouro não produziu uma aristocracia rural como aconteceu no cultivo de cana-de-açúcar, pois qualquer pessoa – rico ou pobre – poderia procurar ouro e prata. Assim, a primeira grande modificação foi na sociedade. Houve maior distribuição de riqueza e o mercado consumidor pôde expandir-se mais rapidamente, gerando um crescimento econômico maior.

Foi em Minas Gerais que a mineração se desenvolveu. Por ser uma zona de colonização recente, muitos povoados e vilas formaram-se ao longo das rotas do ouro. Com isso, o litoral também se desenvolveu, já que a produção deveria ser escoada para os portos. A capital, que ficava em Salvador, foi transferida para o Rio de Janeiro, cidade mais próxima das zonas produtoras de ouro e prata.

Para controlar a atividade, a Coroa portuguesa criou as Intendências das Minas. Eram órgãos que policiavam as regiões mineradoras, administravam as prospecções e, principalmente, cobravam impostos.

Todos aqueles que descobriam ouro deveriam pagar o quinto, ou seja, 20% de toda a produção teria de ser entregue aos portugueses.

Mas como era muito difícil estabelecer a cobrança do imposto sobre o ouro em pó, Portugal criou, em 1725, as Casas de Fundição.

A esses estabelecimentos, o minerador entregava o ouro em pó, que era fundido, transformado em barra e já tinha descontados os 20% de representação ao imposto. O restante era devolvido ao dono.

Em 1735, Portugal inventou mais um imposto: a capitação. Os mineradores deveriam pagar 17 gramas de ouro por ano para cada escravo empregado no trabalho. Em 1750, Portugal determinou que a arrecadação mínima deveria ser de cem arrobas de ouro por ano. Caso isso não acontecesse, decretava-se a derrama: a cobrança, feita de uma só vez, do que faltasse para completar as cem arrobas.

À medida que as jazidas foram se esgotando, a violência das Intendências aumentou. Isso gerou conflitos

Ouro no Brasil

No século XVII, o Brasil foi o maior produtor de ouro e diamantes no mundo.

A região onde hoje está situado o Estado de Minas Gerais possuía a maior quantidade de ouro.

Também havia ouro no Mato Grosso, Goiás e, em pequena quantidade, na Bahia.

com a população e foi uma das causas da Inconfidência Mineira de 1789.

As unidades produtoras

A atividade mineradora no Brasil era dividida em duas formas de extração, a lavra e a faiscação.

As lavras eram propriedades grandes, exigindo o trabalho de mais de cem escravos. As faiscações eram as pequenas propriedades, nas quais poucas pessoas trabalhavam, às vezes, apenas um minerador.

Na zona mineradora, o número de faiscações era muito maior do que o de lavras.

As consequências da mineração

- Aumento da população: em 1600, o Brasil tinha 100 mil habitantes. Em 1800, no final do ciclo do ouro, a população já era de 3,3 milhões. Muitos europeus vieram para cá atrás de riqueza.
- Crescimento do mercado interno: como não havia grandes diferenças na distribuição da riqueza, todo mundo podia comprar mais e o mercado desenvolveu-se. Nas regiões produtoras de ouro, era comum encontrar mascates, vendedores e comerciantes que negociavam produtos portugueses ou de outras partes do Brasil.
- Integração e expansão do território: as várias regiões do país começaram a se integrar por meio do comércio e as bandeiras que procuravam ouro aumentavam a presença do homem branco em territórios mais distantes.
- Aparecimento de uma camada média na população. Como houve muita integração na zonas mineradoras, surgiram médicos, advogados, tropeiros, mercadores que mais tarde deram origem à classe média brasileira.

AS REVOLTAS NO BRASIL COLÔNIA

A população colonial, que há mais de dois séculos convivia com os abusos de Portugal, começou a se revoltar. Eram inaceitáveis as regras impostas pela metrópole. Por isso, aconteceram algumas revoltas. Elas são conhecidas como revoltas nativistas. Essas rebeliões não propunham a independência, mas a mudança nas regras. As revoltas que queriam libertar o Brasil de Portugal aconteceram um pouco depois. As principais revoltas nativistas foram:

Revolta de Beckman

Aconteceu no Maranhão em 1684. Portugal criou a Companhia de Comércio, que administrava os preços e a distribuição de alimentos, diminuía o lucro dos colonos e aumentava o descontentamento com a metrópole.

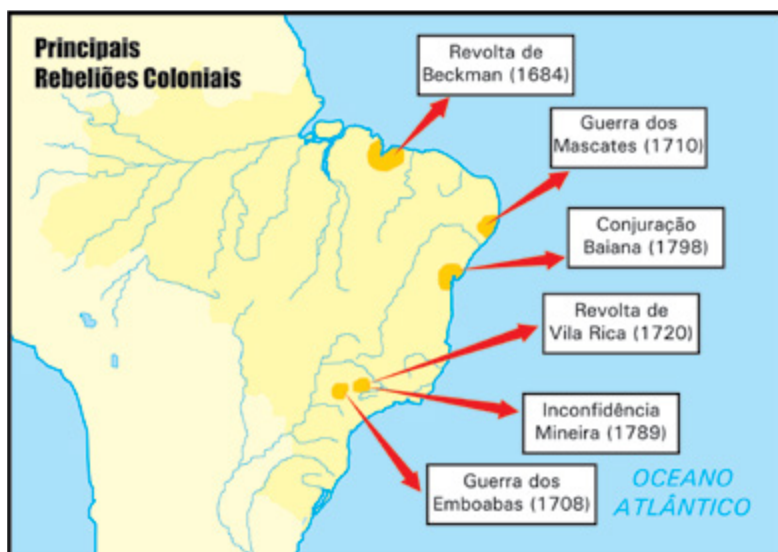
Além disso, havia a proibição da escravidão dos indígenas, imposta pelos jesuítas, que contava com o apoio da Companhia, responsável pela vinda e comercialização dos escravos negros. Com a escassez e os preços altos, a vida dos colonos tornou-se impossível.

Os irmãos Beckman comandaram a revolta. Portugal sufocou o movimento, mas a Companhia foi fechada.

Guerra dos Emboabas (1708-1709)

Foi o conflito entre os paulistas (que queriam o direito de explorar as minas de ouro, pois descobriram o lugar) e emboabas (forasteiros: portugueses e imigrantes).

Os emboabas eram liderados pelo português Manuel Nunes Viana. Já os paulistas eram comandados pelo bandeirante Borba Gato.

O ciclo do ouro reverteu para Minas Gerais a maior parte dos lucros da mineração. Isso não só refletiu na sociedade mineira da época mas também nas artes. Na foto, Igreja de São Francisco de Assis, em São João del-Rei.

A insatisfação da população colonial para com os desmandos de Portugal gerou revoltas que, a princípio, buscavam somente uma mudança de regras. No entanto, já no final do século XVIII, as rebeliões passaram a lutar por um Brasil independente da Coroa portuguesa.

O conflito mais importante e sangrento ocorreu em novembro de 1708 no distrito de Ouro Preto. Os emboabas dominaram a região das minas e os paulistas se refugiaram na área do Rio das Mortes. Os paulistas foram derrotados e a Coroa Portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Em 1720, a capitania de Minas foi separada de São Paulo, formando duas capitanias diferentes: a de São Paulo e a de Minas Gerais. A Coroa Portuguesa, após acabar com o conflito e pacificar a região, assumiu a exploração de ouro na região das Minas Gerais.

Guerra dos Mascates (1710-1714)

Foi um conflito entre senhores de engenho de Olinda (sede do poder público) e comerciantes de Recife (chamados de "mascates" e eram, em sua maioria, portugueses).

Antes da chegada dos estrangeiros, Recife era subordinada aos poderes administrativos e políticos de Olinda. Contudo, após a expulsão dos holandeses, Recife cresceu, tornou-se um centro comercial e, principalmente por causa do seu excelente porto, começou a receber um grande número de comerciantes portugueses.

Os senhores de engenho (que controlavam Olinda) começavam a ficar incomodados com o progresso de Recife (controlada pelos comerciantes).

Conforme Recife crescia, os mercadores começaram a querer se libertar de Olinda e da autoridade de sua Câmara Municipal.

Em 1709, os recifenses ganharam sua própria Câmara e se libertaram definitivamente da autoridade política de Olinda. Recife passou de "povoado" a "vila".

Inconformados, os senhores de engenho de Olinda se revoltaram e atacaram Recife. Somente após a intervenção das autoridades coloniais é que as lutas foram suspensas e em 1711, Recife finalmente conseguiu sua igualdade perante Olinda.

Busca

O que caracteriza uma colônia?

O Brasil era colônia de Portugal porque ele se enquadrava no pacto colonial. Pelo pacto, a colônia ocupava-se da produção de mercadorias – a atividade menos lucrativa – e a metrópole ocupava-se da comercialização, a atividade mais lucrativa. A produção de açúcar no Brasil enquadrava-se nesta regra:

- o açúcar destinava-se ao mercado externo;
- a produção satisfazia os interesses de Portugal e não do Brasil;
- os lucros eram remetidos para a metrópole;.
- o Brasil só podia negociar com Portugal.

Tiradentes Esquartejado, quadro de Pedro Américo.

Assim estava encerrada a Guerra dos Mascates, com a vitória dos comerciantes.

A Revolta de Vila Rica

Conhecida como Revolta de Vila Rica (ou Revolta de Felipe dos Santos), este movimento nativista ocorreu no ano de 1720, na região das Minas Gerais, durante o período do Ciclo do Ouro.

Causas da revolta:

A coroa portuguesa aumentou muito a cobrança de impostos sobre as Casas de Fundição, o que ocasionou a insatisfação popular geral, sobretudo porque as punições e a fiscalização portuguesa se intensificavam sobre qualquer um que tentasse burlar a proibição de circular com ouro em pó ou pepitas. Além das camadas mais pobres da população, os comerciantes e proprietários das minas de ouro, que pagavam taxas e impostos, também estavam insatisfeitos com tudo que ocorria na colônia. Diante desse contexto, Felipe dos Santos Freire, um rico fazendeiro, com seus discursos e ideias, atraiu a atenção das camadas mais populares e da classe média urbana de Vila Rica. Ele propunha o fim das Casas de Fundição e a diminuição da fiscalização da Metrópole.

Os revoltosos pegaram em armas e chegaram a ocupar Vila Rica, contudo, a revolta durou quase um mês. Os líderes foram presos e suas casas incendiadas. Felipe dos Santos, considerado líder, foi julgado e condenado à morte.

Declínio do sistema colonial

Desde o começo da Revolução Industrial na Inglaterra, o mercantilismo e o capitalismo comercial entraram em declínio. Isso porque as barreiras comerciais que eram impostas no mercantilismo não eram compatíveis com a grande produção em escala industrial. A Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos também contribuíram para a queda do antigo regime. O poder centralizador dos reis agora era um problema para a burguesia, que não queria mais a intervenção do Estado na economia. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, da Revolução Francesa, espalharam-se pelo mundo e várias colônias europeias na América do Sul conseguiram sua independência.

No Brasil, outro motivo para o declínio do poder português foi o aparecimento da classe média. Mais politizada e urbana, tinha acesso às ideias propagadas na França e nos Estados Unidos.

Revoluções pré-independência

As três mais importantes revoluções que tentaram tornar o Brasil independente foram a Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817). Todas essas revoltas foram organizadas pela classe média, que passou a adotar a ideologia do liberalismo, em desenvolvimento na Europa. Mas ela não teve o apoio da classe dominante, que sempre ficava neutra ou apoiava Portugal. E o motivo era um só: os grandes latinfundiários não queriam perder seus privilégios. A classe dominante aceitava alguns dos princípios do liberalismo, como o fim do monopólio comercial e a independência das colônias, mas era contra outros, tais como o fim da escravidão e o fim do monopólio da posse da terra.

Inconfidência Mineira

Aconteceu em 1789, em Vila Rica, Minas Gerais. O ciclo do ouro já estava terminando, as jazidas estavam quase vazias e a população cada vez mais pobre. Portugal insistia na cobrança de altos impostos e fazia a derrama – a cobrança forçada e de uma só vez do todos os impostos atrasados. Um grupo de classe média, comandado por Tiradentes, tentou a libertação. Os principais líderes, os inconfidentes, eram o advogado e minerador Inácio José de Alvarenga, o advogado e poeta Cláudio Manuel da Costa, o poeta Tomás Antônio Gonzaga, dentre outros.

A Revolução Pernambucana não ousou proclamar a abolição da escravatura.

Havia também o dentista prático Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que não fazia parte da elite, mas ficou conhecido como o líder do movimento que tentou a libertação. Porém com um detalhe: o principal objetivo era conseguir a libertação de Minas e do Rio de Janeiro. Queriam também criar uma universidade em Vila Rica e fundar uma república nos moldes americanos. Mas a maioria dos inconfidentes era a favor da escravatura e não tinha planos para tirar a população da pobreza. Apesar disso, foi muito importante, pois foi a primeira manifestação com ideais de independência. Um dos integrantes, Joaquim Silvério dos Reis, denunciou o plano e os revoltosos foram presos. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi enforcado e esquartejado.

Inconfidência Baiana

Também chamada de Conjuração Baiana, aconteceu em Salvador em 1798. As rígidas leis portuguesas e a pobreza do povo foram, de novo, as causas da revolta. Os líderes foram pedreiros, sapateiros e alfaiates. A Conjuração Baiana também ficou conhecida como a Revolta dos Alfaiates e, assim como a Inconfidência Mineira, recebeu apoio popular. Os baianos queriam libertar o Brasil, abolir a escravidão e combater a pobreza. Portugal reagiu com rigor, prendendo e enforcando os líderes. Seus principais líderes, João de Deus Nascimento, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas do Amorim Torres e Manoel Faustino dos Santos Lira, foram condenados e executados em 9 de novembro de 1799.

Revolução Pernambucana de 1817

A Revolução Pernambucana foi um movimento social (revolta) de caráter emancipacionista ocorrido em Pernambuco no ano de 1817.

O objetivo era conquistar a independência do Brasil, implantando um regime republicano e elaborar uma Constituição.

Os revoltosos chegaram a assumir o governo provisório e, para conseguir apoio popular, diminuíram os impostos, libertaram os presos políticos e aumentaram o salário de militares. Contudo, preocupado que as revoltas pudessem chegar a outras províncias, D. João VI ordenou que as tropas oficiais cercassem o Recife e, após dias de embates, os revoltosos são derrotados, seus líderes aprisionados e condenados à morte.

Causas da revolta:

- Insatisfação popular com a chegada e funcionamento da corte portuguesa no Brasil, desde o ano de 1808, e a ocupação majoritária de portugueses em cargos.
- Insatisfação com impostos e tributos.
- Influência dos ideais iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade), principalmente os que criticavam duramente as estruturas políticas da monarquia absolutista.
- Crise econômica por causa da queda da exportação de açúcar na região, afetando a camada mais pobre da região.
- Fome e miséria agravada pela seca que atingiu a região em 1816.

UNIDADE 2

Da Independência ao fim do Período Regencial

Capítulo 1

O processo de independência e a família real no Brasil

Dois importantes fatos tiveram ligação direta com o início do processo de independência do Brasil:

• A Revolução Industrial e as Guerras Napoleônicas. Mercantilismo e o monopólio comercial eram incompatíveis com o grande desenvolvimento das indústrias na Inglaterra durante a Revolução Industrial. A principal delas, a indústria têxtil, começou a usar, como matéria-prima, o algodão e não mais a lã. O algodão era produzido nas colônias e, por isso, a Inglaterra teria de negociar direto com esses países. Outro motivo foi a produção inglesa, que aumentou muito. Era necessário vender parte dela para os mercados consumidores sul-americanos, especialmente, para o Brasil, que já tinha uma grande população no fim do século XVIII. Mas com a obrigatoriedade dos brasileiros só poderem negociar com Portugal, os produtos ingleses chegavam aqui muito caros. Com vários impostos, por causa do protecionismo adotado por economias mercantilistas, os ingleses não tinham como aumentar o mercado consumidor. Por isso, a Inglaterra passou a combater o monopólio português; o fim do monopólio significaria independência. Nesse contexto histórico, as Guerras Napoleônicas tiveram importância decisiva no processo de independência do Brasil, pois a França, de Napoleão Bonaparte, entrou em guerra com a Inglaterra e com outros países absolutistas da Europa. Para derrotar a Inglaterra, o imperador francês decretou, em 1806, o Bloqueio Continental.

Ninguém poderia vender ou comprar produtos ingleses. O objetivo de Napoleão era provocar a falência da indústria inglesa e obter para a França o domínio do comércio no continente europeu e desenvolver a indústria francesa. Os países que fizessem negócio com a Inglaterra seriam invadidos. Portugal e Espanha estavam num dilema: já não tinham o mesmo poderio militar de anos atrás e se desrespeitassem a ordem de Napoleão seriam invadidos pela França. Se o obedecessem, a Inglaterra invadiria as colônias. O que fazer? A Espanha rendeu-se. Portugal não se rendeu, mas também não resistiu. Os franceses tomaram o país, mas a Família Real fugiu para o Brasil em 1808, com cerca de 15 mil pessoas. Para que a fuga pudesse ser realizada, a Família Real teve o apoio da Inglaterra.

Dessa forma, os ingleses, aliados dos portugueses, poderiam ter acesso ao mercado consumidor brasileiro.

A Família Real – chefiada pelo príncipe regente Dom João – chegou a Salvador e depois se transferiu para o Rio de Janeiro. A primeira medida a ser tomada foi a abertura dos portos às nações amigas. A partir daquele momento, ficava extinto o monopólio comercial com Portugal. O Brasil poderia negociar com qualquer país que não fosse inimigo dos portugueses. Os ingleses puderam, então, colocar no mercado brasileiro, a preços baixos, todos os produtos que as suas indústrias fabricavam, aumentando o mercado consumidor dos produtos ingleses.

Dom João VI, agora rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O tamanho da comitiva da família real

Há grande divergência sobre o tamanho da comitiva da Família Real que desembarcou no Brasil em 1808. Documentos do século XIX estimam o número em 30 mil pessoas, mas alguns historiadores já chegaram a afirmar o reduzido número de 500 pessoas. A primeira contagem de que já se teve notícia é do tenente irlandês Thomas O'Neill, um total 16 mil pessoas.

ABERTURA DOS PORTOS

Na vontade de entrar de vez no mercado consumidor brasileiro e desconhecendo as necessidades de consumo da população local, algumas indústrias inglesas enviaram produtos completamente desnecessários, como carteiras para notas (no Brasil só se utilizavam moedas metálicas) e patins para andar no gelo.

A colônia comprava tudo que necessitava da Inglaterra, até mesmo caixões de defunto.

A abertura dos portos fez com que aumentasse o comércio interno e houvesse o desenvolvimento das cidades, principalmente, do Rio de Janeiro.

Dom João tomou outras medidas, tais como criar o Banco do Brasil, os tribunais de Justiça, a Academia Militar e a Biblioteca Nacional. O Monarca elevou a condição do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves e, em 1816, foi coroado rei do Brasil e Portugal, recebendo o título de Dom João VI. Em 1821, o rei voltou a Portugal para conter a Rebelião do Porto. No lugar dele, assumiu o príncipe regente Dom Pedro.

A REGÊNCIA DE DOM PEDRO (1821-1822)

A Rebelião do Porto tornou Portugal uma monarquia constitucional. O rei perdeu poderes e o Parlamento, chamado de Cortes de Lisboa, passou a mandar de fato em Portugal e no Brasil.

As Cortes de Lisboa eram formadas por 130 deputados portugueses e 75 brasileiros.

Eles começaram a brigar no parlamento porque Portugal tentava recolonizar o Brasil. Foram aprovadas várias medidas que rebaixavam o país: o exército seria um só para os dois países; Dom Pedro deveria voltar a Portugal para completar sua educação política e cada província brasileira teria um governador nomeado por Portugal.

Os portugueses tentavam, com isso, recuperar financeiramente o país que estava arrasado desde o fim das Guerras Napoleônicas. Mas era inviável recolonizar o Brasil, porque as medidas contrariavam os interesses dos brasileiros e Portugal não tinha mais condições políticas e militares de impor novamente suas vontades.

O príncipe regente, Dom Pedro, tinha o apoio da elite brasileira – os grandes latifundiários que não queriam perder seus privilégios – e também de portugueses que moravam aqui.

Eles estavam interessados em regalias que só um governo independente poderia dar: lucros aos comerciantes, nomeação para postos de destaque no serviço público e na política; títulos e honrarias. No início de 1822, Dom Pedro recebeu um documento com mais de 8 mil assinaturas, pedindo para que ele ficasse no Brasil. Isso aconteceu em 9 de janeiro de 1822. Foi o famoso Dia do Fico.

O episódio do Fico foi importante no processo da Independência do Brasil, pois marcou a primeira adesão pública do príncipe regente a uma causa brasileira, desrespeitando as decisões das Cortes de Lisboa.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O patriarca da Independência, José Bonifácio.

Logo depois, Dom Pedro nomeou um novo ministério cuja figura central era José Bonifácio de Andrada e Silva. Em fevereiro de 1822, outra medida: nenhuma lei de Portugal seria obedecida sem a aprovação do príncipe regente. Em maio, Dom Pedro recebeu o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".

Em junho, foi convocada uma Assembleia Constituinte para organizar uma nova Constituição para o Brasil. Em julho do mesmo ano, ficou determinado que qualquer tropa que viesse de Portugal seria considerada inimiga.

Finalmente, em sete de setembro de 1822, Dom Pedro proclamou a independência do Brasil. Voltando de Santos para São Paulo, recebeu decretos de Portugal anulando seus feitos no Brasil. Dom Pedro concluiu que era hora de romper com Portugal. Como o processo recebeu o apoio dos produtores rurais, as mudanças foram

O ano de 1822

O livro ***1822,*** publicado pela Nova Fronteira, selo da Edi ouro, best-seller de Laurentino Gomes, trata do período que abrange a volta da corte portuguesa para Lisboa até a morte de Dom Pedro I. Resultado de três anos de pesquisa, o volume é a sequência de ***1808***, lançado em 2007.

pequenas. A escravatura continuou, a economia permaneceu agrária e baseada nos latinfúndios, cuja produção se destinava ao mercado externo.

Os latinfundiários só aderiram ao processo de independência no final, pois, na verdade, eles queriam apenas defender os seus interesses comerciais. Como os deputados das Cortes de Lisboa insistiram na volta do monopólio comercial da metrópole, a elite rural apoiou o movimento.

Apesar da independência, o Brasil continuou dependente de uma nação estrangeira, a Inglaterra. Não houve nenhuma participação popular. E não houve mudanças na ordem social.

PRIMEIRO REINADO (1822 A 1831)

O Primeiro Reinado corresponde aos nove anos em que Dom Pedro I governou o Brasil. Foi um período de instabilidade política e econômica. Como vimos, a classe dominante liderou o processo de independência. Embora as outras classes sociais também a tenham apoiado, quem mandava na economia e sociedade era a aristocracia rural. Assim, apesar da independência, a situação econômica praticamente não se alterou. A aristocracia não permitia que seus interesses fossem prejudicados. Na política externa, houve a manutenção dos acordos com a Inglaterra. Os ingleses eram os maiores consumidores dos produtos que a classe dominante produzia. Na política interna, tentaram evitar quaisquer transformações econômicas e sociais no Brasil.

A crise econômica

A exportação ia mal. Produtos como o açúcar, algodão e fumo sofriam a concorrência no exterior e as vendas despencavam. A renda dos brasileiros caiu mais de 30%. Quanto menos se exportava, menos dinheiro havia para importar; quanto menos se importava, menos o governo recebia de impostos sobre importação. A solução encontrada foi recorrer a empréstimos no exterior e emitir mais dinheiro. Mas as medidas não resolveram os problemas. Por um lado, havia regiões estagnadas porque produziam produtos que não vendiam (algodão, cana e fumo); por outro, o governo não tinha dinheiro para ajudar as províncias a saírem da crise. Daí a insatisfação e as revoltas contra o governo. A crise política foi constante durante todo o Primeiro Reinado. Houve revoltas, controladas pelo governo no Pará, Maranhão, Bahia e Piauí.

A Primeira Constituição

A Assembleia Constituinte, convocada antes da independência, iniciou os trabalhos em maio de 1823. Ela estava dividida em dois grupos básicos:

brasileiro: reunia a classe dominante e alguns setores da classe média;

português: representantes da burocracia civil e militar do Estado, a maioria portugueses.

O chamado Partido Brasileiro era maioria. O Português defendia o sistema em que a autoridade do Estado fosse ampla. Dependia do apoio do imperador.

Busca — O grito da Independência

O conhecido quadro ***O grito da Independência***, exposto em São Paulo no Museu do Ipiranga, na verdade, chama-se ***Independência ou morte***, e seu autor, Pedro Américo, só o finalizou em 1888, 66 anos após a Proclamação da Independência.

A obra foi encomendada pela família imperial, que, percebendo o enfraquecimento da Coroa frente aos ideais republicanos, pretendia resgatar a imagem da monarquia. Portanto, Pedro Américo não se preocupou em retratar fielmente o ocorrido histórico, mas de seguir os objetivos da encomenda. Na realidade, a comitiva de Dom Pedro não era tão grande, não estava montada em cavalos, mas em mulas, e não vestia trajes de gala, antes trajes para viagens longas. Estes são apenas alguns dos detalhes alterados por Pedro Américo a fim de engrandecer a imagem da Coroa. Curiosamente, conta-se que o imperador sofria de algum tipo de desarranjo gastrointestinal quando recebeu, em uma das muitas paradas que tiveram de fazer para o alívio real, a carta que o motivou ao grito de independência. Outra curiosidade é a extrema semelhança conceitual do quadro com a tela ***1807, Friedland,*** pintada por Ernest Meissonier, em 1875, retratando a vitória de Napoleão Bonaparte na batalha homônima ao quadro, conforme mostra a sobreposição das obras.

<http://www.metmuseum.org/Collections/search-the-collections/110001498#fullscreen>

Quando a Assembleia se reuniu, o Partido Brasileiro apresentou projetos que diminuíram o poder de Dom Pedro I, reservaram os principais cargos públicos para os proprietários rurais e concentrou a autoridade no Parlamento (Poder Legislativo).

Dom Pedro I, que era pouco democrático, começou a criticar a Assembleia Constituinte até que a dissolveu, em novembro de 1823. Pouco depois, ele mesmo fez o texto da primeira Constituição do Brasil, que foi outorgada (imposta) em 1824.

Essa constituição previa o seguinte:

- o Brasil seria uma monarquia constitucional hereditária; haveria quatro poderes: Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador – que era exercido pelo imperador e que poderia intervir nos outros três;
- união entre Igreja e Estado – os padres deviam obediência ao imperador;
- o voto censitário: para ser eleitor, a pessoa deveria ter uma renda mínima. Portanto, escravos e a maior parte da população não poderiam votar.

O declínio da popularidade

Com a crise econômica e a briga pelo poder com os proprietários rurais, Dom Pedro I perdeu popularidade. Desde o fechamento da Assembleia Constituinte, a imprensa e setores da classe média também faziam críticas fortes a atuação dele. Para piorar, a administração de Dom Pedro I foi um fracasso, caracterizada pela constante falta de dinheiro e desvalorização da moeda.

No Nordeste, a situação era ainda pior por causa da crise nas lavouras de algodão, açúcar e fumo. Foi exatamente nessa região que explodiu a Confederação do Equador, revolta que aconteceu em 1824 e teve a participação das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Teve caráter liberal e republicano.

Criticava o fechamento da Assembleia Constituinte, a Constituição de 1824 e a cobrança de pesados impostos. Os revoltosos foram liderados por Frei Caneca. O governo agiu rápido e sufocou a rebelião. Vários líderes, incluindo Frei Caneca, foram mortos. A violência de Dom Pedro I fez com que sua popularidade caísse ainda mais.

Outra guerra importante foi a Cisplatina, na região Sul do país. O Brasil tinha invadido o Uruguai em 1821. Em 1825, líderes uruguaios iniciaram uma rebelião pela independência, apoiados pela Argentina. Durante dois anos – de 1826 a 1828 – as tropas brasileiras lutaram contra uruguaios e argentinos. A população e a imprensa eram contra o conflito e criticavam o imperador. Pressionado, Dom Pedro I aceitou a intermediação da Inglaterra e assinou o acordo de paz. O país passou a ser independente e recebeu o nome de República Oriental do Uruguai.

A abdicação de Dom Pedro I (1831)

Abalado pela Guerra Cisplatina, pela Confederação do Equador e pela crise econômica, a imagem do imperador estava totalmente desgastada. Nas eleições de 1830, o partido Brasileiro, de oposição, elegeu a maioria dos deputados. No início de 1831, começam as manifestações de rua contra o imperador. Houve uma grande manifestação popular, a Noite das Garrafadas, que exigia um ministério formado só por brasileiros. Em 7 de abril, Dom Pedro I não suportou a pressão e abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos. Terminou, assim, o Primeiro Reinado e começou uma nova fase da História do Brasil: a Regência.

A Confederação do Equador, denominada assim por sua proximidade com a Linha do Equador, foi uma das reações diretas à promulgação da Constituição de 1824, que endossava o regime absolutista de Dom Pedro I. O mapa mostra os Estados do Nordeste que participaram da revolução e os principais pontos de conflito, inclusive no Rio de Janeiro.

Capítulo 2
Regência (1831-1840)

A abdicação de Dom Pedro I, em 1831, foi importante por três motivos: significou a consolidação do processo de independência; os portugueses não mais interferiam no governo brasileiro e permitiu o domínio político da aristocracia rural e a luta interna entre as diferentes classes sociais.

Por isso, o período da Regência foi muito agitado, com crises políticas e revoltas armadas. Os interesses das classes dominantes –proprietários de terras – passaram a ser os interesses do próprio Brasil. Assim, os latifundiários dominaram as outras classes e iniciaram um longo período em que mandaram na economia e na política do país.

A Regência subdivide-se em três partes: Regência Trina Provisória; Regência Trina Permanente e Regência Una.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (ABRIL A JUNHO DE 1831)

Quando Dom Pedro I abdicou, o filho dele, Pedro de Alcântara, tinha apenas 5 anos de idade. De acordo com a Constituição, o Brasil deveria ser governado por um regente até que o novo imperador completasse 15 anos. Mas como não havia na família real alguém maior de idade que pudesse exercer a Regência, três pessoas foram escolhidas para um mandato de dois meses, até que a Assembleia pudesse se reunir e escolher os regentes que de fato governariam pelos próximos quatro anos. Durante esses dois meses, várias medidas foram tomadas, tais como:

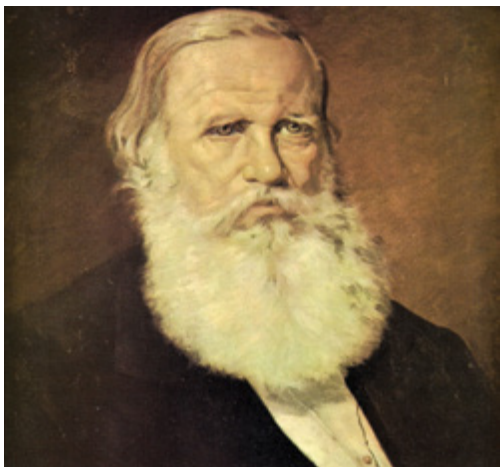
- a manutenção da Constituição de 1824;
- a anistia aos presos políticos;
- a criação da Guarda Municipal, que deveria manter a ordem pública.

Foi um período de intensa agitação social e política, causada por uma grave crise econômica. Havia disputa de poder entre os partidos, as camadas populares rebelaram-se, num primeiro momento, como instrumento de apoio das elites e depois como uma massa independente, mas sem condições de tomar o poder.

Regência Trina Permanente (1831-1835)

Em junho de 1831, a Assembleia-Geral escolheu os deputados Costa Carvalho, Bráulio Muniz e o Brigadeiro Lima e Silva para governarem o Brasil. Nessa época, os três partidos políticos mais importantes eram:

- Partido Exaltado: liberal, queria maior autonomia das províncias e reformas de caráter social e econômico;
- Partido Moderado: defendia os interesses dos grandes fazendeiros. Queria a independência, mas sem alteração nos privilégios da camada dominante;
- Partido Restaurador: queria a volta de Dom Pedro I ao trono. Esse período representou o momento, em que os proprietários rurais tomaram o poder por meio do Partido Moderado. Para manter o poder, a classe dominante utilizou a repressão policial e algumas reformas para agradar os liberais. Um exemplo da repressão policial foi a criação da Guarda Nacional: um grupo armado, que defendia os interesses dos latifundiários e que deixou o exército numa posição de inferioridade. Dentre as reformas implantadas, podemos citar a aprovação do Código de Processo Criminal, que deu maior autonomia aos municípios, e a reforma na Constituição de 1824, que permitiu a descentralização do poder, dando mais autonomia política e financeira às províncias.

Ao lado, quadro do acervo do Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, Juramento da Regência Trina Permanente, por Manuel de Araújo Porto Alegre.

Retrato de Dom Pedro II.

Regência Una (1835-1840)

Na reforma da Constituição, em 1834, ficou definido que a partir do período seguinte, apenas um regente seria eleito. Em outubro de 1835, foi eleito padre Diogo Antônio Feijó. Ele se revelou um péssimo administrador e brigou com a maioria dos líderes políticos da época. A Câmara dos Deputados retirou o apoio a Feijó, que não conseguiu governar. Para piorar, enfrentou duas rebeliões: a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Cabanagem, no Pará. Em setembro de 1837, Feijó renunciou. No lugar dele, assumiu Pedro de Araújo Lima. Ele tomou medidas conservadoras, que significavam um retrocesso no avanço liberal que aconteceu nos primeiros anos de Regência. O grupo que o apoiava era formado pelos cafeicultores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Conhecidos como oligarquia, tomaram o controle do país. Essa foi a principal mudança social e política do final desse período. Os proprietários rurais do Nordeste estavam perdendo poder. Os liberais acreditavam que só a antecipação da maioridade de Dom Pedro de Alcântara poderia trazer calma ao país, sacudido por várias revoltas e crise financeira. Para obter o apoio da opinião pública, criaram o Clube da Maioridade, que espalhava a campanha "maiorista". Os liberais ganharam o apoio do povo e enfraqueceram a posição dos conservadores, que estavam no poder. Em julho de 1840, uma comissão de senadores deputados solicitou que o imperador, na época com 14 anos, assumisse o trono. Ele aceitou. Imediatamente, Araújo Lima e seus ministros se demitem. Dom Pedro II assume e forma um governo de maioria liberal, retribuindo o apoio recebido. Está encerrado o período da Regência.

Revoltas durante a Regência

Cabanagem – Pará (1835-1840)

Revolta popular que teve a participação de algumas etnias indígenas locais e também de mestiços. Os cabanos – que moravam em casebres à beira dos rios – protestavam contra a miséria do povo e a nomeação de governadores estranhos à Província do Pará. Na luta, mais de 40 mil pessoas morreram. Em 1835, os cabanos invadiram a capital, Belém, e colocaram no governo da província o fazendeiro Félix Malcher, que traiu o movimento. Ele foi morto pelos revoltosos e substituído por Francisco Pedro Vinagre, que foi sucedido por Eduardo Angelim. A revolta foi duramente sufocada pelas tropas imperiais; após um ano de lutas sangrentas, os últimos cabanos se renderam. Os revoltosos chegaram a ocupar a cidade de Belém por duas vezes, mas o governo reagiu de forma violenta e sufocou a revolução que pretendia separar o Pará do resto do Brasil.

Sabinada – Bahia (1837-1838)

O líder foi o médico Francisco Sabino da Rocha Vieira, que era liberal e queria separar a Bahia do resto do Brasil. Chegou a ocupar Salvador e criar um governo provisório. Quatro meses depois, o governo enviou tropas legalistas que sufocaram a rebelião, matando seus líderes.

Representação da invasão dos cabanos à cidade de Belém, utilizando como cenário a Igreja do Carmo, na Cidade Velha.

A queda dos preços do algodão, empobrecendo a Bahia, foi uma das causas da Sabinada.

A Balaiada – Maranhão (1838-1841)

Araújo Lima, regente durante a Balaiada, ordenou a repressão ao movimento.

Foi uma revolta de caráter popular. Participaram negros, mestiços e gente humilde do sertão. Novamente, a causa foi a crise econômica que trazia fome e miséria para a população mais pobre.

Os líderes foram Preto Cosme, um ex-escravo, e Manuel Ferreira, fazedor de balaios. Os balaios exigiam a demissão de todos os portugueses que estavam no governo. O governo regencial resolveu substituir o presidente da província e nomeou para o cargo o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. O governo mandou tropas para o Maranhão e reprimiu a revolta com muita violência.

Guerra dos Farrapos – Rio Grande do Sul (1835-1845)

Foi a mais longa revolta da História do Brasil. A economia do Rio Grande do Sul tinha como base a carne bovina (charque) e estava sofrendo a concorrência dos países latinos. Lutava por maior autonomia, contra a centralização do império e contestavam os tratados comerciais que favoreciam a Argentina e o Uruguai. As causas foram a excessiva cobrança de impostos pelo governo, a economia gaúcha que estava em crise e o desejo de maior autonomia para a província do Rio Grande do Sul. Em 1836, os farroupilhas (como eram conhecidos os revoltosos) proclamaram a República Rio-grandense. Depois, foram para Santa Catarina, onde lutou o famoso revolucionário italiano Garibaldi, e proclamaram a República Juliana. Foram vencidos pelas tropas do governo, também chefiadas por Luís Alves de Lima e Silva, e assinaram um acordo de paz.

Abaixo, Proclamação da República dos Farrapos, óleo de Ântonio Parreiras. Ao lado, Bento Gonçalves, chefe da rebelião dos farrapos.

O café

Foi durante a Regência que o Brasil aumentou a produção de café. Em 1820, a produção brasileira de café correspondia a 18% da produção mundial. Em 1840, no final do período regencial, o Brasil já produzia 40% de todo o café produzido no mundo. Com a decadência do açúcar, os proprietários rurais buscavam um produto novo que não necessitasse muito capital, técnica e mão de obra especializada para ser cultivado. O café possuía essas características. As lavouras cafeeiras desenvolveram-se na Baixada Fluminense (RJ) e no Vale do Paraíba, em São Paulo. Com o fim da mineração, a mão de obra escrava estava disponível, por isso, o baixo investimento.

Na segunda metade do século XIX, os barões do café transformaram-se na camada mais poderosa da aristocracia rural e influenciaram diretamente os rumos da política no Segundo Reinado.

Essa rebelião, embora com a participação popular, difere das demais, pois as massas não se desvincularam das elites. O governo conseguiu assinar acordo de paz e manteve os líderes da revolução nos postos militares.

UNIDADE 3

Do Segundo Reinado à Proclamação da República

Capítulo 1

Segundo Reinado (1840-1889)

Em 1840, a maioridade de Pedro de Alcântara foi antecipada, pois os políticos e a população acreditavam que somente um imperador poderia solucionar os problemas que o país havia enfrentado durante as Regências.

Pedro de Alcântara só poderia assumir o governo quando atingisse a maioridade, ao completar 18 anos. Os representantes liberais resolveram antecipá-la e deram o golpe da maioridade. Aos 14 anos, Dom Pedro tornou-se imperador. Era o início do Segundo Reinado. O governo de Dom Pedro II foi o mais longo da história do Brasil. Durou de 1840 até 1889, quando foi proclamada a República.

Foi um período importante para o país. A rápida expansão da cafeicultura fez o Brasil superar a crise econômica, que se arrastava desde a Independência. O governo também sufocou as últimas rebeliões e garantiu a unidade territorial brasileira. A aristocracia rural assumiu todo o controle da política brasileira e, a partir de 1847, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, foi adotado o parlamentarismo. O primeiro-ministro, que formava o gabinete, era escolhido por Dom Pedro II. Mas o parlamentarismo brasileiro não foi verdadeiro. Isso porque o imperador manteve os poderes de dissolver a Câmara e demitir o primeiro-ministro. Dom Pedro II era o líder do Partido Moderador que, na verdade, detinha o poder.

Esse parlamentarismo "às avessas" ocorreu porque Dom Pedro II subiu ao trono com a ajuda dos liberais. Em agradecimento, o primeiro gabinete que ele formou era quase todo composto por ministros liberais. Mas pouco tempo depois, em 1841, o imperador demitiu todo o ministério e formou outro com base no Partido Conservador. Um ano depois, ele fechou o Congresso e convocou novas eleições.

Os liberais sentiram-se prejudicados e revoltaram-se contra o governo. Várias revoltas explodiram em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, onde aconteceu a principal: a Revolução Praieira. Se no plano militar o governo sufocou todas as revoluções, no âmbito político a violência não adiantaria. Por isso, o parlamentarismo era uma forma de pacificar a situação.

O parlamentarismo significou, na verdade, um jogo político no qual não havia perdedores. Em vez de revoltas armadas, existiam as discussões no Congresso. Por isso, a partir de 1853, iniciou-se a fase de Conciliação: havia eleições periódicas, existência de oposição e rodízio dos partidos no poder. Conservadores e liberais fizeram aliança – deixando os radicais dos dois grupos isolados – e promoveram algumas reformas importantes como a bancária, monetária e administrativa.

Enquanto isso, profissionais liberais e militares ficavam cada vez mais descontentes, pois para eles o poder estava longe e raramente suas reivindicações eram atendidas.

As ideias do abolicionismo e da república começavam a ganhar força no país.

Coroação e aclamação do imperador Dom Pedro II. Litografia de Luis Auguste

Leis Abolicionistas

Durante o Segundo Reinado, os ideais abolicionistas ganharam força. Acompanhe abaixo as leis que precederam a Lei Áurea, quando a escravidão foi abolida do Brasil.

- A Lei Eusébio de Queiroz proibiu, a partir de 1850, o tráfico negreiro para o Brasil.
- A Lei do Ventre Livre, de 1871, declarou que todos os filhos de escravos nascidos a partir daquele ano seriam livres.
- A Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885, libertou todos os escravos com 65 anos ou mais.
- Por fim, a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, filha de D. Pedro II, em 1888, aboliu a escravidão no Brasil.

Os abolicionistas queriam o fim da escravidão. Textos publicados nos jornais e discursos no Congresso atacavam a escravatura. A Inglaterra também tinha interesses em que o Brasil libertasse os escravos: pois, como eles não ganhavam dinheiro, não eram assalariados, não faziam parte do mercado consumidor e, por isso, não compravam produtos ingleses. Assim, os ingleses começaram a forçar o Brasil a tomar medidas contra a escravidão. A partir de 1850, o Brasil criou leis que culminaram, em 1888, com a libertação dos escravos.

A república nasceu do descontentamento de parte da população que queria maior participação política. E o ideal republicano garantia isso. Todos poderiam votar e escolher seus representantes no Congresso. Em 1873, foi criado, em Itu, no interior de São Paulo, o PRP – Partido Republicano Paulista. Foi em torno dele que o movimento republicano ganhou força.

POLÍTICA EXTERNA

Guerra contra Oribe e Rosas (Guerra do Prata- 1851 e 1852)

A política externa do Brasil, durante o Segundo Reinado, observou dois fundamentos básicos: a acomodação dos interesses da Inglaterra e os choques políticos e militares com países platinos – Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 1851, o Brasil envolveu-se numa disputa entre os dois maiores partidos uruguaios: os *blancos* e os *colorados*. Dom Pedro II apoiou os *colorados*. Em 1851, tropas brasileiras, uruguaias e de algumas cidades argentinas invadiram o Uruguai e depuseram o presidente Manuel Oribe. Logo depois, Brasil e Uruguai demarcaram fronteiras e assinaram um Tratado de Comércio. Em 1852, tropas brasileiras invadiram a Argentina, com o apoio de soldados argentinos das províncias de Entre Rios e Corrientes. O Brasil apoiava o general Urquiza contra o presidente Rosas. Urquiza venceu e Rosas foi deposto.

A Guerra do Paraguai (1864- 1870)

A guerra mais importante e longa do Segundo Reinado foi contra o Paraguai. Durou seis anos – de 1864 a 1870. Foi essa guerra que mostrou como o Brasil defendia os interesses da Inglaterra.

O Paraguai, que era governado por Solano Lopez, era um país muito próspero. Tinha iniciado um processo de industrialização, não havia dívida externa e a elite agrária foi extinta com as terras entregues para a população. Lopez governava para o povo e não para a aristocracia rural, na qual poucos eram privilegiados, como no Brasil.

O padrão de vida do paraguaio era, no meio do século XIX, muito melhor que o dos brasileiros, argentinos e uruguaios. Havia emprego para todos, comida e o analfabetismo já não existia. Suas riquezas – madeira e mate – não eram exploradas pelos estrangeiros. Essa prosperidade e independência econômica inquietavam os países vizinhos e também a Inglaterra, porque os brasileiros e argentinos mantinham uma política de dependência econômica em relação aos ingleses: pediam empréstimos, vendiam matérias-primas e compravam produtos manufaturados. Se essa política de independência paraguaia fosse adotada pelo governo brasileiro, a Inglaterra iria perder muito dinheiro, prestígio e o principal: não ia mais dominar a região Platina, muito importante para escoar os seus produtos para os países sul-americanos. O Paraguai precisava, no entanto, expandir sua economia, vender seus produtos no mercado externo. Para isso, necessitava de uma saída para o mar. Solano Lopez, governante do Paraguai e comandante do mais poderoso exército da América Latina, invadiu terras do Brasil, da Argentina e do Uruguai, para garantir sua passagem para o oceano Atlântico.

Foi por isso que a Inglaterra financiou a guerra, possibilitando que o Brasil e a Argentina destruíssem o Paraguai.

Além disso, os argentinos queriam terras paraguaias e que o mercado interno fosse aberto a produtos estrangeiros. O Brasil também desejava terras ao norte

O golpe militar

O golpe militar, que poria fim à monarquia, estava previsto para o dia 20 de novembro de 1889, mas teve de ser antecipado. No dia 14, divulgou-se a notícia (que por sinal era falsa) de que estaria prestes a ocorrer a prisão de Benjamim Constant e Deodoro da Fonseca. Por isso, na manhã de 15 de novembro, Deodoro deu início ao movimento que pôs fim ao regime imperial.

do Paraguai e a liberdade de navegação nos rios da região. O estopim da guerra foi a invasão brasileira ao Uruguai para depor o presidente Aguirre. Como paraguaios e uruguaios tinham um acordo de cooperação militar, Solano Lopez respondeu aprisionando o navio brasileiro Marquês de Olinda. Iniciou-se a guerra. O governo de Aguirre caiu e o Uruguai aliou-se ao Brasil e à Argentina. Assim, formou-se a Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Em cinco anos de luta, o Paraguai resistiu bravamente, mas acabou derrotado. As indústrias foram destruídas, as reservas de mate e madeira foram vendidas a empresas estrangeiras, banqueiros ingleses e norte-americanos compraram as terras públicas, cultivadas pelos camponeses. Mas o pior: morreu 75 por cento da população paraguaia. No início da guerra, o Paraguai tinha 800 mil habitantes; no final, só havia 200 mil.

O Brasil também sofreu muitas perdas: cerca de 30 mil mortos. Com os gastos, a dívida externa cresceu muito. Mas outra consequência foi fundamental: o fortalecimento do Exército. A maioria dos oficiais provinha da classe média. Assim, logo o Exército entrou em choque com a monarquia, que defendia apenas os interesses da alta burguesia e da aristocracia rural. Esse foi um dos motivos da Proclamação da República.

A Inglaterra foi a principal beneficiada com a guerra: emprestou milhões de libras para o Brasil e Argentina, assumindo o controle financeiro dos dois países, apoderou-se das riquezas naturais do Paraguai e afastou o perigo que Solano Lopez representava.

Tomada do Palácio do presidente Francisco Solano Lopez pelas tropas brasileiras, em 1871.

Capítulo 2
A Proclamação da República

Com as mudanças que o Brasil enfrentava na economia e sociedade, a monarquia não mais correspondia às necessidades do país. A economia estava crescendo: o café, valorizado e com as exportações cada vez maiores, impulsionava outros setores como o das ferrovias – que estavam se expandindo –, a rede bancária aumentava e até as indústrias já começavam a aparecer. Na sociedade, também ocorreram algumas mudanças: o fortalecimento da classe média, principalmente dos militares, depois da Guerra do Paraguai. Essa camada da população queria participar mais da vida política do Brasil. Os barões do café também estavam descontentes com o Império. O conservadorismo e a burocracia da monarquia impediam que a economia se desenvolvesse mais, como queriam o cafeicultores. Por isso, a criação do Partido Republicano aconteceu em São Paulo, que era a maior região produtora de café do Brasil.

A Igreja também se envolveu em problemas com a monarquia: os bispos de Olinda e Belém resolveram excluir de suas dioceses todos os integrantes da maçonaria, como determinou o Vaticano em 1864. Só que os maçons eram muito influentes no Brasil, e Dom Pedro II, com base no padroado, ordenou a prisão dos bispos, em 1874. Duque de Caxias, que era o primeiro-ministro, convenceu o imperador a libertar os religiosos no ano seguinte. A crise passou, mas a monarquia perdeu o o apoio da Igreja.

PADROADO

No Brasil do Segundo Reinado, a Igreja e o Estado estavam unidos pelo Padroado. A religião oficial do país era o catolicismo e os bispos tinham os salários pagos pelo Estado. Apesar de serem indicados pelo Vaticano, só poderiam assumir suas dioceses se o imperador concordasse com a nomeação papal.

Com isso, no final dos anos oitenta do século XIX, a monarquia brasileira estava muito fraca. Até os fazendeiros escravocratas, depois da abolição, abandonaram o Império. O último primeiro-ministro do Império, Visconde de Ouro Preto, ainda tentou algumas reformas políticas para salvar a monarquia. Como os deputados não concordaram, ele fechou o Congresso e convocou novas eleições para o mês de dezembro de 1889. Os republicanos agiram rápido e, em 15 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca, comandando várias divisões do Exército e apoiado por outros marechais, proclamou a República no Brasil. Dois dias depois, a Família Real deixou o país. Vale destacar que a população não tomou parte na queda da monarquia. O poder continuava nas mãos dos grandes proprietários de terra e cafeicultores, que deram apoio ao movimento republicano.

UNIDADE 4 Do Governo Provisório à Revolução de 1930

Capítulo 1

República Velha (1889-1930)

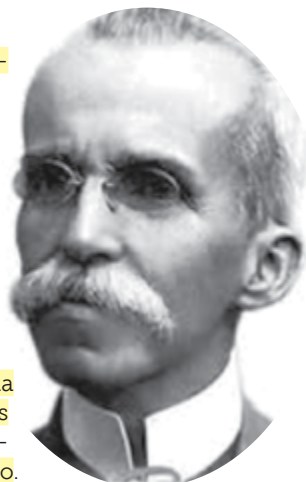
O período que se estendeu de 1889 a 1930 é chamado de República Velha ou Primeira República. A principal característica dessa época foi o domínio político exercido pelos grandes fazendeiros. Os proprietários rurais mais ricos e poderosos, os cafeicultores, controlavam os governos Federal e de São Paulo. Os fazendeiros mais fracos, como os de cana-de-açúcar do Nordeste, dominavam os governos de outros estados. Essa situação permaneceu até a Revolução de 1930. Apesar de o poder continuar nas mãos da aristocracia agrária, a classe média e a burguesia industrial tentavam maior espaço na república que nascia.

As divergências entre essas forças políticas fez com que o novo governo vivesse uma crise nos primeiros anos. A partir de 1894, os oligarcas consolidaram o poder e fizeram do Brasil uma economia agrária. Como os dois primeiros presidentes do país – Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – eram militares, os historiadores chamam o período de 1889-1894 de República da Espada. Foi exatamente nesse período que a classe média e a oligarquia brigaram pelo poder.

GOVERNO PROVISÓRIO

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro instalou o Governo Provisório e tomou importantes medidas: a expulsão da Família Real, adoção da República Federativa como forma de governo, as antigas províncias passavam a se chamar Estados e teriam maior autonomia, separação entre Igreja e Estado com a criação dos cartórios de Registro Civil, grande naturalização dos estrangeiros que viviam no Brasil e a convocação de uma Assembleia constituinte para elaborar a primeira Constituição da República. No ministério, havia representantes dos cafeicultores e também da classe média, como Rui Barbosa, Ministro da Fazenda.

A CRISE ECONÔMICA

Foi Rui Barbosa que desenvolveu uma política industrialista, voltada aos interesses da classe média e da burguesia. Ele tomou várias medidas que incentivavam a criação de indústrias, como aumentar taxas alfandegárias para produtos estrangeiros e emitir papel-moeda para estimular o consumo. Só que a especulação gerada na Bolsa de Valores fez muitos comerciantes falirem e a emissão de papel trouxe a inflação. Pressionado, Barbosa renunciou ao cargo em janeiro de 1891. Essa crise ficou conhecida como Encilhamento.

Rui Barbosa, político brasileiro.

Assim, em plena crise, uma Constituinte elaborou uma nova Constituição, a primeira da República. Inspirada no modelo norte-americano, a Constituição de 1891 caracterizou-se pelo federalismo e presidencialismo.

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Em fevereiro, foi promulgada a segunda Constituição brasileira, que foi a primeira da República. Ela determinava que o Brasil seria governado pelo presidente e que seria composto de 20 Estados.

Estabelecia os três poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo e o voto passava a ser universal, masculino e não secreto para todos acima de 21 anos: mulheres, analfabetos, mendigos e soldados não podiam votar. Na prática, a nova Constituição permitiu que a oligarquia controlasse a máquina político-administrativa do Estado.

Deodoro da Fonseca

Foi o primeiro presidente, eleito pelo Congresso Nacional, em março de 1891. Teve vários problemas e governou menos de um ano. Os cafeicultores eram contra Deodoro. Apoiavam Prudente de Moraes, candidato que foi derrotado. Com isso, a maioria do Congresso era de oposição. Para piorar, o presidente não conseguia conter a inflação e a crise gerada pelo Encilhamento no fim de 1890. Ele tentou se impor fechando o Congresso Nacional, decretando estado de sítio, censura e prendendo líderes oposicionistas. Mas foi pior: população e militares ficaram contra ele. Em novembro, a esquadra rebelou-se com a ajuda do Exército e o presidente foi forçado a renunciar.

Floriano Peixoto

Também marechal, foi o segundo presidente e governou de 1891 a 1894. Ao assumir, concedeu empréstimos à indústria, aumentou as taxas de importação e tomou medidas em benefício dos pobres. De início, recebeu apoio, mas depois a oligarquia rural e os grandes grupos financeiros internacionais tentaram tirá-lo da Presidência. Por isso, Floriano enfrentou duas das maiores revoltas da República: a Revolução Federalista, que durou dois anos e começou a partir de uma briga de partidos políticos no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada, que durou sete meses e foi a tentativa de militares da Marinha de tirar Floriano do poder. Também conhecido como "Marechal de Ferro", Floriano implementou algumas reformas sociais que beneficiaram o povo e a pequena classe média. Acabou com a revolta monarquista na Marinha (Revolta da Armada) e impôs sua vontade aos outros poderes.

Floriano Peixoto.

Contudo, em função de seu declarado autoritarismo, Floriano ganhou inimigos entre membros da elite econômica cafeeira. Ele resistiu e, em 15 de novembro de 1894, Prudente de Moraes assumiu a Presidência.

O fim do governo de Floriano Peixoto marcou a derrota da classe média e da burguesia, que tentaram, por meio da industrialização, fortalecer a economia.

O DOMÍNIO DA OLIGARQUIA

Prudente de Moraes representava os cafeicultores e, com ele, teve início a segunda fase da República Velha: o domínio das oligarquias, que durou até 1930. Os presidentes desse período – 12 no total – ou eram fazendeiros de café ou representavam os interesses deles. Algumas revoltas aconteceram nessa época, por causa das más condições de vida da população. Ficava claro que só uma camada da sociedade mandava e que, por isso, era a privilegiada.

> Após a Proclamação da República, o Brasil recebeu o nome de Estados Unidos do Brasil e as províncias foram transformadas em Estados. Poucos dias depois, o Estado foi separado da Igreja e o regime adotou uma nova bandeira com o lema positivista "Ordem e Progresso".

Política

Foi nessa época que se desenvolveu a política do café com leite, que era a alternância de presidentes paulistas e mineiros, e a política dos governadores, que era a troca de favores entre os governadores dos Estados e o presidente. Cada governador ordenava aos deputados federais de seus Estados que votassem a favor das medidas presidenciais no Congresso. Em troca, quando aconteciam as eleições para deputado, o presidente só reconheceria a vitória dos candidatos do governador. Esse tipo de acordo era possível devido à Comissão Verificadora de Poderes: era ela quem reconhecia e diplomava os deputados eleitos. Como era controlada pelo presidente, só diplomava quem era do partido do governador.

O exemplo mais claro dessas políticas que privilegiavam o café ficou evidente no Convênio de Taubaté.

Nessa reunião, realizada pelos governadores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, discutiram-se medidas de proteção ao café, tais como:

- os governadores estaduais deveriam manter um preço mínimo para as sacas de café nos portos de embarque;
- o governo deveria comprar parte da produção que não fosse consumida pelo mercado externo.

Dessa maneira, os produtores de café não teriam nenhum prejuízo, caso houvesse qualquer problema nas exportações.

Esse tipo de política prejudicou toda a população, pois o café era comprado com dinheiro público. A população não chegava a ver a cor do café, que apodrecia em grandes armazéns.

Coronelismo

A República Velha também se baseava no coronelismo. Os coronéis eram grandes proprietários rurais que concediam benefícios às camadas pobres da população, como matricular crianças na escola, arrumar médicos, emprego etc. Em troca, essas pessoas teriam

de votar no candidato que o "coronel" mandasse. E, como o voto não era secreto, os capangas dele acompanhavam as pessoas no local de votação para ter certeza de que o coronel não seria traído. Era o chamado voto de cabresto. O coronel eleito distribuía os cargos públicos entre seus parentes, dando continuidade ao seu poder. Deve-se lembrar que ainda existem coronéis no Brasil.

Economia

Na República Velha, o principal produto brasileiro era o café. Por isso, em 1906, os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro assinaram o Convênio de Taubaté, que era uma política da valorização do produto, para conter a queda no preço da saca.

Isso acontecia porque a produção era maior que o consumo. Assim, formou-se um grande estoque. As principais medidas previam que o governo pagaria um preço mínimo por saca e compraria os excedentes, equilibrando a oferta e a procura. Para comprar o produto, os governos estaduais tiveram de contrair empréstimos no exterior. Mais tarde, essa política gerou o aumento da dívida externa e da inflação. Com a crise de 1929 na Bolsa de Valores de Nova York, as medidas de valorização do café fracassaram e com elas o domínio da oligarquia na política brasileira.

A borracha e a compra do Acre

O Acre era território boliviano, mas, no fim do século XIX, começou a ser ocupado por brasileiros por causa da exploração da borracha. O governo boliviano, não satisfeito com a invasão, cedeu a uma empresa norte-americana, The Bolivian Syndicate, o direito à exploração do látex.

Sentindo-se prejudicados, os brasileiros, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, promoveram um levante armado. A revolta iniciada em 1902 e terminou no ano seguinte com a vitória dos revoltosos. O governo boliviano viu-se obrigado a vender o território do Acre por 2 milhões de libras esterlinas. A borracha e o cacau também foram produtos importantes para a economia brasileira no começo do século XX.

As revoltas, o declínio e a Revolução de 30

Várias revoltas aconteceram no período da República Velha. Já vimos as Revoluções Federalista e da Armada, que ocorreram durante o governo de Floriano Peixoto. Vamos estudar agora quatro revoltas que tiveram a participação das camadas mais pobres da população:

A Guerra de Canudos (1896-1897)

A chamada Guerra de Canudos (também chamada revolução de Canudos ou insurreição de Canudos) foi o confronto entre um movimento popular de fundo social e religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, localizada no interior do Estado da Bahia.

O episódio ocorreu devido a uma série de fatores, tais como:

a) forte crise econômica e social na região que historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, agravada pela ocorrência de secas cíclicas e desemprego crônico;

b) crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social (isto é, o "messianismo", uma crença fundamentada na ideia de que a solução dos problemas mundanos e a salvação do sofrimento viriam através de um redentor).

Diante dessa situação desesperadora, a população reuniu-se em torno de um homem, Antônio Conselheiro (1828 - 1897), cujo nome de registro era Antônio Vicente Mendes Maciel, professor primário e advogado prático, que passou a vagar pelos sertões, após ser abandonado pela esposa. Ficou conhecido como Antônio Conselheiro por causa de suas pregações. Muitos pobres, flagelados da seca e ex-escravos passaram a segui-lo. Alguns diziam que ele podia fazer milagres. Peregrinava pelo sertão com seus seguidores, restaurando capelas, cemitérios e divergindo dos republicanos e dos padres.

Apesar do coronelismo, o poder político concentrava-se nas capitais, como Recife.

Os peregrinos que seguiam o Conselheiro fundaram um arraial na fazenda Canudos, chamado Belo Monte. Com o tempo, milhares de sertanejos estabeleceram-se no arraial do novo "messias", chegando a ter cerca de 25 mil habitantes, segundo algumas estimativas. Lá todos tinham abrigo, alimento, trabalhavam e contribuíam para a comunidade. Seus habitantes acreditavam estar em um lugar santo. Criavam gado, vendiam couro, tinham fábrica de rapadura, plantavam frutas e legumes. Todos contribuíam, todos usufruíam.

Antônio Conselheiro não reconhecia o novo governo da República e pregava o fim do mundo para breve (comumente nos fenômenos religiosos encontramos o caráter messiânico, que também se faz presente na figura do "profeta", o qual detém poder carismático e a revelação do futuro, muitas vezes essas profecias possuem características apocalípticas).

O governo sentiu-se ameaçado e fez as populações das cidades grandes acreditarem que o Conselheiro queria derrubar a República e reconduzir à monarquia. Esses boatos eram uma invenção que tinha por objetivo justificar o envio das tropas estaduais baianas e federais para destruir o arraial. Depois de muita luta e resistência, Canudos foi destruído em 1897. Estima-se que o Exército brasileiro matou de 15 a 25 mil pessoas na Guerra de Canudos, mesmo os números não sendo precisos, fica nítido que houve uma dizimação da população por causa de interesses políticos.

O governo sentiu-se ameaçado e fez as populações das cidades grandes acreditarem que Conselheiro queria derrubar a República e reconduzir à monarquia. Tudo invenção para justificar a ida de tropas estaduais baianas e federais para destruir o arraial. Depois de muita luta e resistência, Canudos foi destruído em 1897. Além de Antônio Conselheiro, morreram milhares de crianças, velhos e mulheres que lutavam por uma vida mais digna.

Busca

Guerra de Canudos

A Guerra de Canudos foi descrita magistralmente por Euclides da Cunha no livro ***Os Sertões***. Euclides da Cunha se dirigiu a Canudos como jornalista para cobrir os acontecimentos, entretanto, ficou maravilhado com a força do nordestino que lutou bravamente até o final dramático com a completa destruição do vilarejo.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo (...) frente à força da quarta expedição de quase 6 mil soldados mandados pelo governo da República. Em 5 de outubro de 1897, foram mortos os últimos defensores da fortaleza do sertão. (...) Eram apenas quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados..."

(Os Sertões, de Euclides da Cunha)

Na foto acima, João Cândido (à direita), o líder da Revolta da Chibata.

Revolta da Vacina

Aconteceu no Rio de Janeiro, em 1904, durante o governo do presidente Rodrigues Alves. Com o advento do automóvel e da eletricidade, a capital necessitava de avenidas mais espaçosas e arejadas. O modelo arquitetônico barroco, predominante no Rio de Janeiro de então, já não era mais compatível aos novos tempos.

Centenas de casas foram demolidas no centro da cidade para dar lugar a suntuosos prédios em estilo neoclássico. Em lugar de vielas apertadas e sinuosas, largas avenidas asfaltadas. Ele determinou a modernização da capital com o alargamento de ruas, ampliação da rede de esgoto e a vacinação em massa contra varíola, peste bubônica e febre amarela.

O plano de combate à doença foi desenvolvido pelo sanitarista Osvaldo Cruz, que determinou a vacinação obrigatória. O povo, que não concordava com a modernização do Rio de Janeiro, pois havia sido muito prejudicado com as desapropriações, revoltou-se. Durante quatro dias, delegacias foram invadidas, soldados espancados e quartéis apedrejados. O governo teve de usar o Exército e o Corpo de Bombeiros para acalmar a população. Na verdade, o estopim foi a lei da vacinação. Mas o povo já estava farto de viver na miséria. O desemprego era alto e agora, com as desapropriações, os aluguéis ficaram caríssimos. Isso sem contar com a inflação, que subia o preço dos gêneros de primeira necessidade.

Depois de uma semana de conflitos de rua, a polícia controlou a situação. Além de várias mortes, muitos foram presos e depois deportados para o Acre.

Revolta da Chibata (1910)

Foi a revolta contra os maus-tratos na Marinha, pois, nessa época era comum os marinheiros receberem chibatadas e castigos corporais. No dia 22 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes feriu um cabo com uma navalha. Sua punição, 250 chibatadas, diante de toda a tropa, revoltou os marinheiros, que se apoderaram de importantes embarcações e ameaçavam bombardear a cidade, caso não fossem atendidos. O líder foi João Cândido. Eles também reividicavam melhores salários. A princípio, o governo cedeu, mas depois prendeu e deportou os líderes da revolta, entre eles João Cândido, que morreu em 1969.

Revolta do Contestado (1912-1916)

Ocorreu numa área de disputa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Lá morava uma população muito pobre, marginalizada pelo desemprego e pela fome. A comunidade começou a crescer e reuniu-se em torno de José Maria, líder religioso. Como a revolta pelas más condições de vida era grande, começaram a ocorrer saques contra fazendas vizinhas. Para manter a ordem, o governo reagiu com violência e, depois de dois anos de luta, Contestado foi arrasado.

DECLÍNIO DAS OLIGARQUIAS

Os primeiros abalos no poder da oligarquia foram sentidos a partir de 1909, quando Minas Gerais e São Paulo romperam a política do café com leite. Os paulistas apoiavam a candidatura de Rui Barbosa e os mineiros, do marechal Hermes da Fonseca.

Durante o governo de Hermes, as oligarquias dividiram-se criando grupos dissidentes. Em 1918, o Brasil já conhecia uma nova realidade social. A população tinha aumentado e o progresso chegava mais rápido. Cidades como, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre já tinham ares de metrópole.

A classe média, a burguesia industrial e o operariado estavam mais fortes e conscientes de seus direitos políticos.

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial

Foi modesta a participação do Brasil na Primeira Guerra: o patrulhamento do Atlântico Sul e o envio de um corpo médico à Europa foram nossas maiores contribuições.

A guerra trouxe importantes resultados para a economia brasileira, pois o conflito prejudicou bastante o comércio internacional, interrompendo a vinda de produtos estrangeiros para o Brasil. A interrupção das importações estimulou a criação de indústrias no Brasil para atender às necessidades do mercado interno.

Marechal Hermes da Fonseca.

Foi nesse contexto que nasceu o tenentismo. O descontentamento no Exército atingia oficiais de baixa patente como cadetes, sargentos e tenentes. Eles passaram a exigir do governo reformas políticas e sociais. O movimento tenentista aliou-se às oligarquias dissidentes e tinha o apoio da classe média. Apesar de não ter sido um movimento organizado, o tenentismo foi importante porque promoveu várias revoltas como a do Forte Copacabana, em 1922. Os militares – sobretudo os tenentes – estavam descontentes com o sistema político vigente – que só favorecia os grandes fazendeiros –, com as fraudes eleitorais e com a corrupção.

A ordem de fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes da Fonseca (que foi candidato à Presidência) foram o estopim para a revolta. Oficiais que serviam no Forte de Copacabana realizaram um levante armado, dispararam os canhões, exigindo a renúncia do presidente recém-eleito, Artur Bernardes. O alto comando realizou uma ação militar contra os rebeldes. A maioria entregou-se, porém 18 rebeldes resolveram enfrentar as forças governamentais. Esse acontecimento ficou conhecido como os 18 do Forte de Copacabana: resolveram sair do Forte e caminharam pela praia de Copacabana. As forças governamentais dispararam, os revoltosos responde-

ram (apenas dois sobreviveram, os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes).

Uma segunda revolta tenentista ocorreu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924. O objetivo da revolta era derrubar o governo de Artur Bernardes.

Os habitantes de São Paulo foram tomados de surpresa: os tenentes entrincheirados nos pontos principais da cidade e o bombardeio das forças do governo. A cidade foi ocupada durante 23 dias.

Em 27 de julho, os revoltosos abandonaram a cidade com mais de 3 mil soldados marchando em direção ao Paraná, onde se uniram a um grupo de militares rebelados vindos do sul do país.

Alto comando da Coluna Prestes. Sentado, o terceiro da esquerda para a direita, o General Luís Carlos Prestes.

Eram comandados pelo tenente João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes (conhecido por onde passava com a Coluna como "Cavaleiro da Esperança"). Foi o início da Coluna Prestes, que percorreu o interior do país com o intuito de incentivar a rebelião da população contra o governo e a elite agrária. Percorreram mais de 25 mil quilômetros em dois anos. Em 1927, os membros da coluna exilaram-se na Bolívia. Durante a longa marcha, foram travados mais de cem combates, sem que nenhum dos lados saísse vencedor, e deu ao movimento oposicionista um respaldo militar.

Em 1929, novamente houve o rompimento da aliança entre São Paulo e Minas Gerais na escolha para presidente. O paulista Washington Luís deveria escolher o governador de Minas, Antônio Carlos de Andrade, para sucedê-lo na Presidência. Mas escolheu como candidato oficial outro paulista: Júlio Prestes. Diante disso, as oligarquias de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul fundaram a Aliança Liberal, que apresentou uma chapa de oposição: Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa (governador da Paraíba) para vice-presidente. A Aliança Liberal propunha várias reformas para o país, como o voto secreto, incentivo à industrialização e leis trabalhistas. Júlio Prestes venceu a eleição por uma diferença de 300 mil votos.

Revolução de 1930

Luís Carlos Prestes.

Num primeiro momento, os aliancistas aceitaram o resultado, pois continuavam sendo membros da oligarquia. Eles queriam que seus privilégios fossem mantidos. Mas Washington Luís começou a perseguição política a quem apoiou a Aliança Liberal. Acuados, os oligarcas já pensavam na revolução. A classe média e os militares de baixa patente também não gostaram do resultado. Júlio Prestes significava a política de sempre. Em julho de 1930, João Pessoa foi assassinado. Ele morreu por causa de questões internas da Paraíba, mas a população, indignada, culpou o governo federal. Assim, estourou a revolução em 3 de outubro de 1930, em Porto Alegre. Em dois dias, o Rio Grande do Sul já havia sido dominado por Getúlio Vargas. As forças revolucionárias marcharam sobre Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Em 3 de novembro, Vargas chegou ao Rio de Janeiro e tomou o poder. O presidente Washington Luís foi deposto dois dias antes por uma junta militar.

Chegou ao fim a República Velha e teve início a Era Vargas.

A Consolidação das Leis do Trabalho foi um conjunto de regras criadas para proteger o trabalhador. A lei que estabelece a CLT data de 1º de maio 1943, mas as normas em favor do trabalhador começam ainda no início do governo de Getúlio Vargas, nos anos 30. Entre os direitos garantidos, estão o salário-mínimo, a carteira de trabalho, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, a previdência social e o descanso semanal. A CLT regulamentou ainda o trabalho da mulher e do menor de idade e estabeleceu a obrigatoriedade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A assinatura da lei aconteceu no Estádio São Januário e foi marcada por muitas comemorações.

Fonte: Globo Educação
Disponível em: <http://educacao.globo.com/artigo/consolidacao-das-leis-do-trabalho-na-era-vargas.html>

UNIDADE 5

De Getúlio Vargas a João Goulart

Capítulo 1

O governo Vargas (1930-1954)

Durante o governo Vargas, a industrialização progrediu, as cidades cresceram, o Estado tornou-se forte e interferiu na economia. Também foi instaurada uma nova relação com os trabalhadores urbanos, o que gerou uma comoção nacional e um sentimento nacionalista. Vargas era capaz de levar multidões às ruas apenas para vê-lo passar. Nesse período, Getúlio soube manipular os meios de comunicação da época (cinema, TV, rádio) e, consequentemente, a população. Seu governo pode ser dividido em: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937), Estado Novo (1937-1945) e Governo Vargas (1951-1954).

Vargas em *A voz do Brasil*, programa de rádio, símbolo de seu governo.

GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

Ao assumir o poder, Vargas suspendeu a Constituição de 1891, fechou o Congresso e as Assembleias Estaduais. Substituiu os governadores por interventores federais nomeados por ele. Assim, o Brasil passou a viver numa ditadura. Vargas prometia uma nova Constituição e, para isso, seria eleita uma Assembleia Constituinte.

Apesar de a sociedade estar mais complexa, o grupo que subiu ao poder representava a burguesia industrial, a classe média e os exportadores gaúchos. Com o passar dos anos, os cafeicultores também voltariam a ter peso político. Como havia igualdade de forças, Vargas, muito habilidoso, colocou-se como um árbitro da situação política. Assim pôde reforçar sua posição e fortalecer seu poder. Para controlar o povo, que queria mudanças sociais, adotou o populismo, prática na qual uma parte da elite assumiu a defesa das reivindicações populares e passou a chefiar o movimento por reformas.

Isso significa dizer que as concessões feitas ao povo obedeciam a um limite aceitável para as próprias elites. Assim, o governo criou vários direitos trabalhistas, como a legalização de sindicatos, a previdência social, salário-mínimo, férias e jornada de trabalho de oito horas por dia. Com isso, Vargas queria que os sindicatos transformassem o povo numa força de cooperação com o Estado. O populismo: admitia a existência dos sindicatos, mas proibia as greves.

Revolução Paulista de 1932

Foi a tentativa da oligarquia paulista de derrubar Vargas e os tenentistas e voltar ao poder. Os paulistas estavam revoltados com o governo federal por dois motivos principais: Vargas nomeou um interventor ligado aos tenentes em quem a burguesia industrial não confiava e, apesar de proteger o café, o objetivo do governo era a industrialização. Com isso, formou-se a FUP – Frente Única Paulista –, organizada pelo Partido Democrático e pelo Partido Republicano Paulista (cafeicultores). A FUP queria de volta o poder, mas, diante da opinião pública, falava em redemocratização do Brasil. São Paulo exigia uma nova

Constituição. Assim, ganhou o apoio da classe média e da burguesia.

O estopim da revolução foi a morte de quatro estudantes que atacaram a sede do movimento tenentista em São Paulo. Em 9 de julho, estourou a revolta. Mais de 200 mil voluntários se alistaram. A população colaborou doando dinheiro e ouro.

Mas São Paulo lutou sozinho. O resto do Brasil não tinha motivo para se rebelar. A inferioridade de soldados e de armas foi enorme. Os paulistas renderam-se nos primeiros dias de outubro. O governo federal extraditou 77 pessoas ligadas ao movimento. Mas como Vargas era muito habilidoso, logo se recompôs com a elite paulista que pouco depois já participava do governo. Apesar da derrota, os paulistas conseguiram que Vargas agilizasse a convocação de uma Assembleia Constituinte para 1933.

Industrialização

No Governo Provisório, dois processos foram muito importantes para a economia brasileira: a política de valorização do café e a industrialização. São movimentos que estão ligados entre si. Como a economia do Brasil era principalmente agrária – dependia do café –, algo tinha de ser feito para recuperar o setor, que passava por grave crise desde 1929. A solução encontrada pelo governo foi queimar café. Fez algo parecido com o Convênio de Taubaté, de 1906. Para elevar o preço da saca, o governo comprava o café, mas queimava depois, assim não permitia que os estoques ficassem altos. Com uma diferença: em vez de pedir empréstimos no exterior, o governo emitiu dinheiro. Isso fez com que os cafeicultores mantivessem a mesma produção e o setor foi se recuperando. A recuperação do café e a existência de um parque industrial, que já apresentava certa diversificação, impulsionaram a industrialização, pois o café movimentava a economia. Com ele crescendo, toda a economia ia bem. Assim, as pessoas voltaram a ter dinheiro para comprar produtos. Mas como a importação tinha diminuído muito, por causa do alto preço, as indústrias brasileiras começaram a fabricar aqui o que não podia ser importado.

Chamamos esse fenômeno de industrialização por substituição das importações. As empresas brasileiras trabalhavam com capacidade ociosa. No fim da década de 1920, as indústrias já tinham capacidade de produzir, mas não o faziam por dois motivos: não havia uma política voltada para a industrialização e a concorrência com os produtos importados na industrialização do Brasil era irreversível; portanto, era necessário usar a capacidade de produzir.

A Constituição de 1934

Em maio de 1933, foi eleita a Assembleia Constituinte. Essa eleição foi democrática, já que o voto foi secreto, as mulheres puderam participar e criou-se a Justiça Eleitoral para fiscalizar as eleições.

Por isso, a Constituinte foi bem mais representativa. Além das oligarquias, a burguesia, a classe média e o operariado também conseguiram expressiva representação.

Italianos instalando adutoras em um jardim paulistano, em 1910.

A Constituição de 1934 foi a mais democrática do Brasil. Entre outras coisas, previa que o presidente seria eleito por voto popular e direto para um período de quatro anos; mantinha-se a autonomia dos estados; garantia as liberdades e os direitos individuais; voto secreto;, voto feminino; legislação trabalhista etc. A nova Constituição foi uma mistura de várias tendências políticas, sua legislação privilegiava tanto a burguesia quanto os trabalhadores.

Dentre seus itens, podemos destacar:

- o surgimento do salário-mínimo, que deveria suprir as necessidades básicas dos trabalhadores;
- a proibição do trabalho para menores de 14 anos;
- férias anuais remuneradas;
- o direito de voto às mulheres;
- a instituição da Justiça do Trabalho.

A Constituição foi promulgada em 16 de julho. No dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso para ser o presidente pelos próximos quatro anos. De acordo com a Constituição, o primeiro presidente seria eleito indiretamente. O Governo Provisório chegou ao fim.

Comício improvisado da ANL no Rio de Janeiro, em 1935.

Getúlio Vargas lê a Constituição.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

Durante a década de 1930, os choques entre direita e esquerda intensificaram-se no mundo todo. No Brasil não foi diferente. Surgiram a Ação Integralista Brasileira – de origem nazifascista, cujo líder era Plínio Salgado – e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de caráter social-comunista e chefiada por Luís Carlos Prestes. Os integralistas queriam um governo autoritário, de um só partido e a sociedade militarizada. A ANL defendia um governo popular, o cancelamento da dívida externa e a nacionalização das empresas. Diante do crescimento da ANL, as classes conservadoras (cafeicultores e burguesia industrial) conseguiram aprovar na Câmara a Lei de Segurança Nacional: qualquer pessoa ligada a movimentos contrários aos interesses do país poderia ser presa. Em julho de 1935, a ANL foi fechada e declarada ilegal. O que sobrou da ANL ficou nas mãos dos militantes comunistas que organizaram um levante: a Intentona Comunista, em novembro de 1935. Mas apenas quatro guarnições militares aderiram. Os rebeldes logo se renderam. Aproveitando-se da situação, o governo decretou estado de sítio. A Polícia Especial iniciou violenta repressão, prendendo milhares de pessoas. Vargas conseguiu o apoio dos cafeicultores, burgueses e até da classe média. Ele se dizia o protetor do Brasil contra o perigo comunista.

O golpe de Vargas em 1937

O presidente havia decidido que daria o golpe. Todas as condições já tinham sido criadas: o apoio da população, o afastamento de militares democráticos e a prisão de esquerdistas e liberais.

Só faltava o motivo. Para isso, foi criado o Plano Cohen.

O integralismo

O surgimento de governos totalitários na Europa, nazismo e fascismo, tiveram repercussão no Brasil, originando o integralismo.

Comandado por Plínio Salgado, tinha como lema "Deus, Pátria e Família" e usava o símbolo *sigma* do alfabeto grego (Σ); usavam camisas verdes e faziam manifestações públicas com saudações copiadas do nazismo.

Os integralistas foram os responsáveis indiretos pelo golpe de 1937. Como pretexto, o governo utilizou um documento falso, elaborado pelos integralistas, que denunciava um suposto plano de subversão comunista (o plano Cohen).

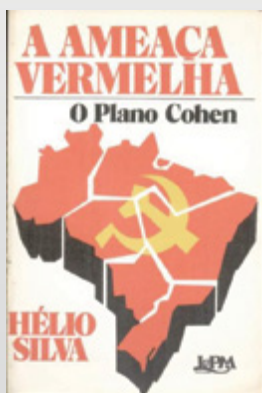
Uma farsa que foi elaborada pelo Capitão Olympio Mourão Filho, do Estado Maior das Forças Armadas. O Exército divulgou que teria descoberto um plano dos comunistas para tomar o poder. Eles iriam incendiar igrejas, invadir fábricas e matar líderes políticos. Sendo assim, Vargas decidiu fechar o Congresso, suspender a Constituição de 1934 e publicar uma nova, que determinava que ele seria o presidente pelos próximos oito anos. Começou, então, a ditadura do Estado Novo.

O ESTADO NOVO (1937-1945)

Vargas manteve-se no poder por causa do apoio que recebeu. Os cafeicultores e industriais queriam um Estado forte que mantivesse o preço do café e a política industrial. A classe média, assustada, achava que somente Vargas poderia impedir que os comunistas tomassem o poder. E os militares o apoiavam porque queriam um Exército forte. O Estado Novo baseava-se na Constituição de 1937, que previa amplos poderes para o presidente.

O Congresso, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram fechadas. Interventores foram nomeados para governar os Estados e a Polícia Especial prendia, torturava e matava qualquer pessoa que criticasse o Estado. Os partidos desapareceram e, em 1938, os integralistas tentaram um golpe que ficou conhecido como Intentona Integralista. Em poucas horas, o governo sufocou a rebelião, prendendo seus líderes. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) censurava os jornais e promovia manifestações a favor da ditadura. Mas o povo continuava apoiando Vargas e sua política populista.

Ele criou a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho –, que concedia vários benefícios aos trabalhadores. A partir de 1940, com a instalação das grandes empresas estatais, o Estado passou a intervir diretamente na econo-

mia. Investiu na indústria de base e criou a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce. Em 1944, o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial. No início do conflito, o Brasil permaneceu neutro. Porém, com a entrada dos norte-americanos na guerra, Vargas foi obrigado a tomar uma posição. Ele sabia que o país não sobreviveria sem o apoio econômico dos EUA e aliados. Em troca da construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), os EUA puderam instalar uma base militar em Natal. Como selo final da aliança, foi criada a FEB (Força Expedicionária Brasileira), a fim de enviar tropas à guerra. Brasileiros lutando na Europa contra as forças nazifascistas criaram uma contradição interna no país: o governo de Getúlio Vargas também era uma ditadura de características nazifascistas.

Por isso, o povo começou a exigir maior liberdade. Pressionado, Vargas decretou a anistia aos presos políticos, concedeu liberdade de imprensa, autorizou a volta dos partidos e marcou eleições para o fim de 1945. Mas já era tarde. Ele tinha perdido o apoio das forças mais poderosas, como os industriais e grandes produtores rurais. Em 29 de outubro, os militares cercaram o Palácio da Guanabara e Getúlio renunciou. Em dezembro, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente.

"Como juizes, havemos de realizar em 2 de dezembro proximo uma eleição digna do povo brasileiro" — diz em carta aos seus antigos colegas do Tribunal Superior Eleitoral o novo Chefe do Governo

LIBERTADO O BRASIL

A DEPOSIÇAO DO SR. GETULIO VARGAS pelas Forças Armadas mereceu vibrantes aplausos do povo brasileiro

A NOTICIA

Foi um fiasco tremendo o ultimo golpe do ditador, que amanhã partirá de avião para se recolher a S. Borja

Jornal ***A Notícia*** anuncia o fim do Estado Novo.

A TRANSIÇÃO (1945-1950)

Quando Vargas iniciou a abertura política, em 1945, aproximou-se dos nacionalistas e da esquerda. Isso contrariava os interesses das grandes empresas estrangeiras e de seus aliados dentro do Brasil. Aqueles setores que tinham apoiado a ditadura e que agora queriam a liberalização política não podiam deixar que seus interesses fossem afetados. Por isso, Gaspar Dutra e Góis Monteiro, dois generais que defendiam a abertura ao capital externo, foram os líderes do movimento que tirou o presidente do poder.

Quando Dutra assumiu, convocou eleições para a Assembleia Constituinte e, em 1946, o Brasil ganhou nova Constituição, mais democrática.

Ela previa voto universal para os maiores de 18 anos – com exceção dos analfabetos –, estados com ampla autonomia política e administrativa, direito de greve aos trabalhadores e direito à liberdade de expressão. Gaspar Dutra governou de 1946 a 1951. Nesse período, liberou a entrada do capital estrangeiro. As consequências foram desastrosas para o Brasil: em pouco tempo, as reservas acumuladas durante a Segunda Guerra – mais de 700 milhões de dólares – foram reduzidas a 90 milhões por causa da importação de produtos supérfluos. Com isso, a dívida externa e a inflação cresceram. A indústria brasileira pouco se desenvolvia e o capital estrangeiro penetrava em importantes setores da economia. Para conter a crise, Dutra elaborou o Plano SALTE, que visava melhorar a saúde, alimentação, transporte e energia. A situação melhorou um pouco, mas o plano não chegou a ser colocado em prática por completo. Foi nessa época que começou a Guerra Fria. O Brasil aliou-se aos Estados Unidos e cortou relações com a União Soviética. O Partido Comunista caiu na ilegalidade em 1947 e muitos sindicatos sofreram intervenção do governo. Os salários foram mantidos em níveis baixos e qualquer protesto era considerado "agitação de comunista" e reprimido com violência.

Milhares de pessoas foram dar o último adeus a Vargas.

Capítulo 2

Os três jotas do Planalto

Os anos entre o fim do governo Getúlio Vargas e a ditadura militar foram preenchidos por três presidentes da República: Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Com JK, o país teve um grande avanço tecnológico e econômico, além da construção de uma nova capital, Brasília. No entanto, já em 1961, quando Jânio Quadros assumiu a Presidência, algumas instabilidades políticas já permeavam os corredores do Planalto. Um cenário que se agravou tanto a ponto de Jango ser deposto, dando, assim, início ao período militar ditatorial no Brasil.

GOVERNO VARGAS (1951-1954)

No começo da década de 1950, havia dois grupos que disputavam o controle político: os progressistas, que tinham restrições ao capital estrangeiro, defendiam a intervenção do Estado na economia, a indústria nacional e reformas sociais profundas; e os conservadores, que queriam a liberdade total para o capital estrangeiro, eram contrários a reformas sociais e aos benefícios dos trabalhadores.

Foi nesse cenário político que começou a campanha para as eleições de 1950. Vargas foi lançado candidato pela coligação PTB-PSP. Ele prometia uma política social e nacionalista, respeitando a Constituição de 1946. Foi eleito presidente com 48,6% dos votos. Recebeu o apoio dos dois grupos e isso era um problema, pois, ao assumir um governo que defendia a restrição ao capital estrangeiro e apoio à indústria nacional, Vargas teve de distribuir cargos no ministério para os conservadores, que eram contra essas medidas. Mesmo assim, Vargas desenvolveu uma política nacionalista com a criação da Petrobras e aumentando o salário-mínimo em 100%. Logo, conservadores e progressistas começaram a brigar. Os Estados Unidos faziam pressão e ameaçavam cortar o auxílio financeiro a países que não fossem confiáveis.

Vargas precisava do dinheiro americano para os projetos de industrialização. Em agosto de 1954, começou a campanha contra Vargas, desenvolvida pelo capital estrangeiro e com apoio da burguesia, militares e conservadores. O jornalista Carlos Lacerda acusou Vargas de ser corrupto e estar ligado a comunistas. Lacerda sofreu um atentado e o major da Aeronáutica, Rubem Vaz, que estava com ele, acabou morto. Os militares exigiram a renúncia do presidente. Sem apoio no Congresso, Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954. Ele deixou uma carta-testamento em que explicou a razão de sua morte. O povo revoltou-se e os conservadores, com medo da reação popular, adiaram o golpe e concordaram que o vice-presidente Café Filho assumisse o poder.

GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Prometeu que ia fazer o país progredir 50 anos em 5. Para isso, lançou o Plano de Metas, que previa a construção de usinas hidrelétricas, abertura de rodovias e a criação de indústrias. Também construiu a nova capital do Brasil, Brasília, que foi inaugurada em 1960. A construção de Brasília, nova capital, símbolo da modernização e do Brasil industrializado, significou a abertura de uma nova frente de colonização.

A transferência do poder para o centro do território pretendia servir de fator de integração nacional. A reação à política de JK partiu de vários setores da sociedade:

- a classe média estava insatisfeita com a política de desenvolvimento, pois ela havia provocado uma aceleração na inflação e aumento no endividamento do país com o exterior;
- os problemas da fome, analfabetismo e do desemprego não se resolveram, a despeito de medidas como a construção da nova capital: por um lado, demandou uma enorme utilização de mão de obra e, do outro, aumentou a inflação por causa dos grandes gastos;
- os setores rurais não se beneficiaram com a modernização, pois a política clientelista dos coronéis emperrava qualquer iniciativa inovadora. O desequilíbrio entre campo e cidade aumentou.

Mas para que todos esses objetivos fossem alcançados, teve de apelar a empréstimos externos e ao capital estrangeiro. Assim, o nacionalismo de JK foi muito estranho: a tecnologia das indústrias era importada e a dívida externa cresceu muito.

O que ele chamava de nacionalismo era a produção, no Brasil, de produtos importados feitos por filiais das empresas estrangeiras!

Isso não desenvolveu a indústria nacional, muito pelo contrário: muitas empresas brasileiras foram compradas pelas multinacionais, gerando a desnacionalização

do parque industrial brasileiro. As grandes obras públicas de JK também trouxeram outro problema: a inflação. Para realizá-las, o governo teve de emitir muito dinheiro. De qualquer modo, os anos JK representaram um desenvolvimento maior da economia, com aumento do padrão de vida do brasileiro. Na política, o sistema foi aberto e democrático, um avanço para a época.

Este era o quadro político-social do país às vésperas das eleições de 1960. Os três candidatos mais importantes eram o excêntrico Jânio Quadros, apoiado pela UDN; o general Henrique Teixeira Lott, pelo PTB/PSD; e Ademar de Barros, pelo PSP. O candidato Jânio Quadros venceu as eleições.

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

Jânio assumiu a Presidência com a promessa de valorizar a administração pública e pôr fim ao grande dano financeiro do governo anterior, mas passou a tomar medidas imprevisíveis e polêmicas, confundindo seus próprios aliados.

Ele durou apenas sete meses, porque renunciou pouco depois de assumir. No tempo em que ficou no cargo, perdeu o apoio da classe média, dos operários e dos conservadores. Tomou medidas impopulares, como o congelamento dos salários e a restrição ao crédito bancário. A aproximação com forças de esquerda, como a China e o guerrilheiro Che Guevara, também fizeram com que os americanos o vissem com desconfiança. Sem apoio, renunciou em 25 de agosto de 1961. Ao que parece, foi uma tentativa frustrada de golpe para se fortalecer no poder (Jânio acreditava que o Congresso e as Forças Armadas não aceitariam sua renúncia para que o poder não fosse passado ao seu vice, João Goulart).

GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

João Goulart, conhecido como Jango, não agradava os militares nem a burguesia industrial.

Ele queria fazer reformas sociais e era tido como comunista. Os militares tentaram impedir a sua posse, mas perceberam que um golpe seria pior. Ele sucedeu Jânio Quadros e, por causa dessa oposição, submeteu-se ao regime parlamentarista. Pouco depois, num plebiscito, a população decidiu voltar ao presidencialismo. A situação econômica não era boa. A inflação e a dívida externa impediam o crescimento da economia. Jango teria de tomar medidas impopulares para que o país saísse da crise. Para estabilizar a economia, o governo criou o Plano Trienal, que não deu certo. João Goulart, então, tenta dar início às reformas, que previa as reformas agrária, do sistema bancário, tributária e de remessa de lucros.

Os movimentos populares cresceram durante o seu governo: estudantis (UNE – União Nacional dos Estudantes), sindicais (CGT – Comando Geral dos Trabalhadores e MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores), trabalhadores rurais (Contag – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) e o de maior destaque, as Ligas Camponesas do Nordeste, lideradas por Francisco Julião.

Como todas essas medidas prejudicavam a elite, os militares juntaram-se e decidiram tomar o poder para afastar o "perigo comunista do Brasil". Foi assim que, em 31 de março de 1964, as Forças Armadas, apoiadas por vários políticos conservadores, deram o Golpe Militar. "Preferia não contribuir para que fosse derramado sangue de brasileiros em uma luta fratricida." Foram essas as palavras proferidas por João Goulart antes de partir em direção ao aeroporto do Galeão, seguindo para Porto Alegre, de onde partiu para o exílio no Uruguai. Jango foi deposto, exilado para o Uruguai e morreu anos mais tarde. Começou assim a ditadura militar, que durou 20 anos e foi um dos períodos mais difíceis da História do Brasil.

Brasília

A Capital do Brasil, começou a ser construída na segunda metade da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Foi idealizada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Brasília tem uma área de 5.802 km^2 e população de 2,481 milhão de habitantes (IBGE, 2010). Com outras cidades-satélite, Brasília forma o Distrito Federal, localizado no estado de Goiás.

Brasília está no planalto Central. O clima é seco, com as chuvas concentradas no verão. Durante o inverno, a umidade relativa do ar cai muito, fazendo com que aumentem os casos de doenças respiratórias entre idosos e crianças.

O Plano-Piloto, que é a área mais central, foi inspirado num avião: as asas são as áreas residenciais e a fuselagem é o Eixo Monumental, onde estão localizados a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto. Em Brasília, estão as sedes dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de todos os Ministérios da República, embaixadas estrangeiras e organismos internacionais com representações no Brasil.

Grande parte da população é composta por funcionáros públicos. Desde a sua inauguração, a capital brasileira recebe um número muito grande de migrantes. É uma cidade bastante desenvolvida, com um importante setor de serviços. Mais de 95% da população tem acesso ao sanemanento básico.
O aumento populacional e a rápida urbanização, no entanto, têm contribuído para o crescimento da pobreza nas cidades-satélite.

Por causa do conjunto arquitetônico, Brasília foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco, em 1987.

UNIDADE 6

A ditadura militar (1964-1985)

Capítulo 1

Economia

Os governos militares tentaram atingir o desenvolvimento por meio de um crescimento econômico rápido. Assim, a economia estava baseada em: aumento da taxa de investimento, incentivos fiscais aos empresários e dinamização do mercado de capitais.

Além disso, o governo aumentava a participação do Estado na economia, abria o país ao investimento estrangeiro e pedia empréstimos externos. O modelo econômico brasileiro previa que o Estado investisse em setores que não davam lucro em curto prazo, tais como siderurgia, energia e transportes. O capital estrangeiro dominava a área que precisava de grandes capitais e tecnologia de ponta, como os medicamentos e a indústria química. A indústria nacional dominava os setores que necessitavam de muita mão de obra, como os setores de alimentos e vestuário.

Para garantir o lucro dos empresários e o reinvestimento do capital, o governo arrochou os salários. Isso fez com que o padrão de vida do brasileiro caísse muito.

No início dos anos 1980, com a abertura política, surge o movimento sindical mais bem organizado da história do país, liderado por Lula.

No início da década de 1970, o governo começou a construção de grandes obras, como a rodovia Transamazônica – até hoje não terminada –, a Ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis. Com os empréstimos conseguidos no exterior, pesados investimentos das multinacionais e aumento da exportação, a economia dava sinais de crescimento, entre 1968-1973. Mas como poderia crescer se os salários eram mantidos em níveis baixos? Simples: a maior parte da produção era exportada. O restante era consumido pelas classes média e alta. O governo impulsionava o consumismo por meio de financiamentos. Foi nessa época que começaram as compras a prazo.

Tudo podia ser financiado: carros, aparelhos de som, televisões e moradia, por meio do BNH. Foi a época conhecida como o Milagre Econômico Brasileiro.

Foi um período de ufanismo exagerado, conseguido por meio da propaganda política oficial. Os mais velhos lembram-se de *slogans* do tipo: "Brasil: ame-o ou deixe-o", "Brasil, o país do futuro" e "ninguém segura este país".

Mas, a partir de 1973, o milagre acabou. Apesar de a economia ter crescido, não houve desenvolvimento. O Brasil ficou muito dependente do capital estrangeiro e a dívida externa ficou fora do controle.

A volta aos padrões democráticos, em 1985, não foi suficiente para superar os graves problemas sociais e econômicos. Nos governos de José Sarney e Fernando Collor, foram várias as tentativas de combater a inflação, porém situação se agravou e a moeda nacional se desvalorizava a cada dia. Em 1994, com Plano Real, no governo Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, o país voltou a conviver com a estabilidade monetária.

Inflação

É o processo cumulativo de alta do nível geral dos preços, traduzido na redução do valor interno da moeda.

Para alguns estudiosos, a inflação ocorre quando a subida de preços é prejudicial para a economia; para outros, quando a subida resulta de fatores determinados. A inflação pode ser causada pela procura ou por fatores autônomos da elevação de preços.

Capítulo 2
Política

Entre 1964 e 1977, os militares exerceram a linha dura. Foi um período de perda das liberdades individuais, censura à imprensa, extinção de partidos políticos e violenta repressão aos inimigos do regime militar. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso aceitou o nome do Marechal Humberto Castelo Branco, líder golpista, para ocupar o cargo de presidente da República. No mês de junho do mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Informação – SNI –, órgão de espionagem do governo para combater a subversão política. Muitos brasileiros foram mortos, torturados e desapareceram sem que, até hoje, suas famílias saibam como tudo aconteceu. Nos órgãos oficiais de repressão, como o Doi-Codi, o Cenimar e quartéis do Exército a tortura era prática comum.

UM POUCO SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são organizações que existem desde os tempos do Império. Com o início do regime militar, todos foram extintos por decreto em 1965. Em 1966, instala-se o bipartidarismo, com a Arena e o MDB, respectivamente no governo e na oposição. Nesse mesmo período, diversos partidos viveram na ilegalidade. São eles: PCB, PCdoB, PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a ALN (Aliança Libertadora Nacional). Com o fim do bipartidarismo, muitos partidos tornaram-se legais e outros foram criados ou fundidos. O partido mais antigo é o PCB (Partido Comunista Brasileiro), fundado em 25/3/1922. Viveu na ilegalidade durante a ditadura e voltou a funcionar como partido legal em 1985. Caracteriza-se por ser de esquerda, com ideologias fundamentadas em Marx e Engels. Teve como importantes membros Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella e apoiou o governo de José Sarney nos primeiros anos da democracia. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado a partir de uma cisão no PCB, também foi ilegal até 1985.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980, por um grupo de dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação, a partir de movimentações trabalhistas, sobretudo de grupos de sindicalistas do ABCD de São Paulo. Luiz Inácio Lula da Silva, um de seus fundadores, foi eleito presidente da República por dois mandatos, fato marcante na história nacional. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 1980, por Leonel Brizola, morto em 2004, também tem ideologias esquerdistas e é o único do Brasil a possuir representação na Internacional Socialista. Apoiou o início do governo Lula, mas se desligou por

Repressão policial, logo após o Golpe de 1964.

discordar da política econômica e, nas eleições de 2006, lançou Cristovam Buarque como candidato à presidência, o qual ficou em quarto lugar nas eleições.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é um dos maiores partidos brasileiros, com bases ideológicas de centro. Surgiu em 1979, a partir do MDB, oposição ao governo durante a ditadura. Em 1980, iniciou a luta pelas “Diretas Já” e teve, em 1984, o candidato Tancredo Neves eleito presidente, primeiro civil eleito por um Colégio Eleitoral após a ditadura, derrotando o candidato da Arena, Paulo Maluf.

Tancredo faleceu antes de tomar posse e foi substituído pelo vice, José Sarney. Entre os principais membros do partido figuram Ulysses Guimarães, Itamar Franco e Orestes Quércia.

A partir da Arena e da UDN, formou-se o Partido da Frente Liberal (PFL, atual Democratas, DEM), que defende o liberalismo social, embora tenha suas raízes em dissidências do partido de governo da ditadura.

Da união de políticos como, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Pimenta da Veiga, em junho de 1988, nasceu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Durante os mais de 20 anos de atuação, líderes do partido participaram da consolidação do Plano Real e foram eleitos para os cargos de deputado, senador, governador e presidente. Hoje, os tucanos, como são conhecidos os integrantes do partido, compõem o cenário político nacional e fazem forte oposição ao PT.

O presidente Castelo Branco comemora o 1º dia de Maio em 1964, com um discurso.

Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)

A primeira ação de seu governo foi anular as reformas de Jango. Recebeu apoio dos Estados Unidos e de empresas multinacionais, em troca liberou a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior. Portanto, as multinacionais estavam livres para mandar dinheiro para fora do país.

Depois do golpe, o general Castelo Branco assumiu a Presidência. Ele tomou várias medidas que deram sustentação ao regime militar, como a criação da Lei de Segurança Nacional, o fim das eleições diretas para cargos do poder Executivo, a criação de nova Constituição (1967) e o bipartidarismo: só existiriam dois partidos políticos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional, aliada do governo) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, a oposição permitida ao governo).

Castelo Branco criou várias leis especiais, conhecidas como Atos Institucionais. Esses Atos concederam superpoderes ao presidente da República. Com eles, o governo poderia suspender as liberdades individuais e decretar o estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional.

Artur da Costa e Silva (1967-1969)

Assumiu o poder em 1969 e, durante o seu governo, ocorreram muitas manifestações contrárias à ditadura militar. O próprio Congressor resistia ao poder ditatorial do presidente. O deputado Márcio Moreira Alves, em um discurso, fez severas críticas ao poder militar.

Em visita a São Paulo, o presidente Artur da Costa e Silva e a primeira-dama, Yolanda Barbosa da Costa e Silva.

O governo solicitou à Câmara dos Deputados licença para que o deputado fosse processado e cassado. No entanto, a maioria dos deputados votou contra a licença. O governo reagiu, criando um novo ato institucional, e decretou o pior de todos os atos institucionais: o AI-5. Por meio dele, o presidente poderia cassar mandatos, determinar a prisão de adversários, censurar meios de comunicação, fechar o Congresso, as Assembleias Estaduais e decretar a intervenção federal em estados e municípios. O AI-5 só foi revogado em 1979.

Costa e Silva morreu um ano antes de terminar o mandato. Uma junta militar assumiu o governo, fez reformas na Constituição e empossou um novo presidente para o período de 70-74.

Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

Ele foi o mais violento de toda a ditadura. Desde o golpe, as organizações de esquerda, que eram clandestinas, tentaram tomar o poder por meio da luta armada. Realizaram atentados contra quartéis do Exército, sequestros de diplomatas estrangeiros e assaltos a banco para financiar a campanha. Essas organizações eram formadas por estudantes, profissionais liberais, jornalistas, militares de esquerda e políticos que não se conformavam com o fim da liberdade. Em cinco anos, Médici deu uma única entrevista à imprensa, mesmo assim, com os jornalistas mantidos sob rígido controle. Foram os anos mais duros da ditadura militar. A repressão feriu o código de ética e cidadania, gerou um sentimento de impotência e trouxe uma grande insatisfação popular, reparada com a restituição do direito ao voto.

Jovens artistas, como Edu Lobo e Chico Buarque, na passeata dos Cem Mil contra o regime militar, em 1968.

Durante o governo de Médici, foi implantado o

Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), favorecendo o aprendizado de crianças e adultos.

Na economia, houve altas taxas anuais e as exportações e indústrias cresceram, porém, os aumentos salariais foram controlados.

O governo reagiu e usou o aparelho do Estado para reprimir violentamente o terrorismo da esquerda brasileira. Foram fundados órgãos como o DOI – CODI: delegacia especializada na repressão ao terrorismo. Nesses locais, aconteciam várias sessões de tortura que matavam ou deixavam sequelas físicas e psicológicas, para toda a vida, nos presos políticos.

O governo militar reprimiu duramente a guerrilha, como a que ocorreu no Araguaia. Centenas de pessoas foram presas e torturadas. Pessoas desapareceram e muitos foram mortos. Muitos soldados do Exército também morreram.

Ernesto Geisel (1974-1979)

Deu início a uma lenta abertura política. O governo de Geisel começou esse processo diminuindo a censura nos meios de comunicação; também realizou eleições diretas para senadores, deputados e vereadores. Ele demitiu o comandante do II Exército, depois das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, que aconteceram em 1975 e 1976. Geisel discordava dos métodos de extrema violência contra a oposição, que eram defendidos pelos militares de linha dura.

João Baptista Figueiredo (1979-1985)

Ele enfrentou a pressão da sociedade pela redemocratização do país. Geisel impôs o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, que daria continuidade ao processo de abertura política. Um dos primeiros atos políticos de Figueiredo foi a anistia geral. Todos os políticos cassados, exilados ou presos voltaram às atividades legais. Os sindicatos renasceram mais fortes e ocorreu a greve dos metalúrgicos do ABC, em que desponta o líder Luiz Inácio Lula da Silva. Figueiredo decreta a anistia e todos os brasileiros que tinham fugido da ditadura poderiam voltar ao Brasil. Em 1980, os partidos políticos são liberados. São criados o PT (Partido dos Trabalhadores), o PMDB (Partido Democrático Brasileiro), o PDS e o PDT. A crise econômica toma conta do país: a dívida externa aumenta e o país teve de se submeter às exigências dos banqueiros internacionais; a inflação supera os 200% ao ano, criando distorções na distribuição de renda, em prejuízo das camadas mais pobres da população; o desemprego atinge cifras altíssimas, como resultado da falta de investimentos.

Em 1984, aconteceram, em várias capitais, grandes manifestações a favor das eleições diretas para presidente da República. As maiores foram no Rio e em São Paulo, que reuniram mais de um milhão de pessoas. No entanto, o Congresso não aprovou a emenda Dante de Oliveira, que previa as eleições diretas.
O próximo presidente ainda foi escolhido pelo Colégio Eleitoral. O povo só voltaria às urnas para escolher um presidente em 1989.

Tancredo Neves

Foi escolhido pelo Congresso, mas adoeceu no dia de sua posse, em março de 1985. O vice, José Sarney, assumiu o governo em seu lugar. Tancredo morreu dias depois, em 21 de abril de 1985. Com o governo de José Sarney, chega ao fim a ditadura militar e começa o período de redemocratização do país.

Busca O que foi o AI-5?

No dia 13 de dezembro de 1968, ocorreu a publicação do Ato Institucional n° 5. Visto como uma das maiores arbitrariedades da época, o novo decreto permitia ao presidente estabelecer o recesso indeterminado do Congresso Nacional e de qualquer outro órgão legislativo em esfera estadual e municipal, cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos. Além disso, poderia ser realizado o confisco dos bens daqueles que fossem incriminados por corrupção.
Não bastando isso, o AI-5 suspendia as garantias individuais ao permitir que o ***habeas corpus*** perdesse a sua aplicação legal. A partir de então, autoridades militares poderiam prender e coagir os cidadãos de forma arbitrária e violenta. Logo após a publicação do AI-5, vários jornalistas e políticos foram lançados na cadeia. Tempos mais tarde, o presidente Costa e Silva se dirigiu à nação dizendo que tal ato fora necessário para que a corrupção e a subversão fossem combatidas e a democracia resguardada. Começava aí um dos períodos mais nebulosos da ditadura militar no Brasil.

UNIDADE 7

Redemocratização: a partir de 1985

Capítulo 1
presidentes da redemocratização

José Sarney (1985-1989)

O maranhense José Sarney, líder da Arena na ditadura militar; presidente do Brasil pelo PMDB.

O primeiro presidente depois da ditadura militar teve muitos problemas econômicos. O desemprego, a dívida externa e a inflação eram muito altos. Sarney prometera a Tancredo Neves que iria conduzir o país à normalidade democrática e tentar diminuir a crise socioeconômica. Logo no início, o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, adotou o Plano Cruzado. A moeda mudava de nome e várias medidas foram tomadas para baixar a inflação. A principal delas foi o tabelamento de preços, que a população apoiou totalmente, denunciando os comerciantes ou donos de supermercados que remarcavam os produtos. Mas o plano não foi suficiente para conter a crise. Outros choques vieram como o Plano Cruzado II, Bresser e Verão. No governo de Sarney, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte para que fosse elaborada uma nova Constituição.

Depois de dois anos de trabalhos, o deputado Ulisses Guimarães, presidente do Congresso, declara-a promulgada. Suas principais características foram:

- estabelecimento do Estado de direito democrático;
- voto facultativo para analfabetos e menores acima de 16 anos;
- direito de greve;
- direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos;
- licença maternidade;
- jornada de trabalho de 44 horas semanais;
- incriminação do racismo e do terrorismo.

A nova carta foi promulgada em outubro de 1988 e garantiu diversos direitos trabalhistas, como a licença maternidade de 120 dias e o pagamento de indenização aos trabalhadores demitidos sem justa causa.

Em novembro de 1989, finalmente, o povo poderia escolher o presidente. Dois candidatos foram para o segundo turno: Fernando Collor de Mello – membro de um pequeno partido chamado PRN (Partido da Reconstrução Nacional) – e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Collor era o governador de Alagoas. Conhecido como o "caçador de marajás", prometia acabar com a hiperinflação, modernizar o país, moralizar a administração pública, acabando com a corrupção e combatendo os altos salários de funcionários que ganhavam sem trabalhar. Durante a campanha, num programa de entrevistas, amedrontou a classe média afirmando que Lula iria confiscar a poupança,

A campanha cívica, exigindo o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, mobilizou o Brasil com este "enterro simbólico".

Itamar Franco acreditou que a reprodução do Fusca iria dinamizar a economia.

se ganhasse. Os empresários também temiam o petista por suas ideias nacionalistas. Mário Amato, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – a poderosa Fiesp –, afirmou que, se Lula ganhasse, milhares de empresários fechariam suas fábricas e iriam embora do Brasil. A classe média e a burguesia não queriam um líder sindical no poder. Por isso, no segundo turno, Collor venceu as eleições.

E, para a surpresa da nação, a primeira medida dele para acabar com hiperinflação foi o confisco da poupança e do dinheiro das aplicações financeiras e das contas correntes. O povo foi enganado. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, partia do princípio de que os preços seriam forçados a cair se fosse diminuído o dinheiro em circulação. Collor fechou empresas estatais, decretou o tabelamento de preços e mudou a moeda outra vez. Essas medidas geraram mais recessão e desemprego.

Em 1992, numa entrevista à revista Veja, o irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, fez denúncias gravíssimas contra Collor e o coordenador financeiro de sua campanha, o empresário alagoano Paulo César Farias. Pedro Collor revelou a existência do esquema PC: uma grande rede de corrupção no governo federal envolvendo o presidente, empresários de diversos setores e até alguns ministros, como a própria Zélia Cardoso de Mello. Milhões de dólares teriam sido desviados dos cofres públicos para contas de Paulo César no exterior. Vários empresários tinham sido beneficiados com verbas do governo para realizar obras superfaturadas.

A partir das denúncias, o Congresso abriu uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para apurar todas essas denúncias. Collor perdeu o apoio da população e as investigações da CPI indicaram que o presidente realmente foi favorecido por um esquema de corrupção. Collor perdeu o apoio popular e milhões de pessoas foram às ruas pedir o afastamento, o *impeachment* do presidente. A Câmara aprovou seu pedido de *impeachment* e, antes que ele fosse votado no Senado, Collor renunciou. Fernando Collor de Mello perdeu os direitos políticos por oito anos. Durante esse período, não pôde se eleger a nenhum cargo público.

Itamar Franco (1992-1994)

Com a renúncia de Collor, o vice – Itamar Franco – assumiu o cargo de presidente. Seu governo começou em meio a uma séria crise política e econômica. Para controlar o país, Itamar tentou conciliar os interesses do governo, dos empresários e trabalhadores.

Escolheu para ministro da Fazenda o senador Fernando Henrique Cardoso. Ele criou o Plano Real. A nova moeda brasileira seria o Real e teria equiparidade com o dólar. O plano conseguiu frear a inflação e conter o desemprego.

Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)

Apoiado pelo sucesso do real, Fernando Henrique lançou sua candidatura a Presidência. Concorreu com Luiz Inácio Lula da Silva e ganhou a eleição. O governo de FHC, que teve início em 1995, baseou-se no controle da inflação, nas privatizações, na âncora cambial e numa política de juros

O presidente Fernando Henrique Cardoso.

altos para desestimular o consumo e conter a inflação. A moeda brasileira ficou supervalorizada e valia o mesmo que um dólar. Os salários também sofreram certo arrocho, pois passou a valer a livre negociação.

Outra medida do governo para fazer caixa foi uma forte política de privatização: a venda de empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, bancos e empresas de telefonia e energia. Algumas dessas privatizações foram alvo de grandes manifestações contrárias por parte de grupos de esquerda. Mas o governo não recuou e, no começo do ano 2000, as únicas empresas estatais que restaram foram o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras. Outra prática comum era o socorro financeiro a grupos que estavam à beira da falência. Dois exemplos desse tipo de prática: o Proer – ajuda aos bancos em 1994 – e o Proar – ajuda financeira para as empresas aéreas, inclusive com o perdão de dívidas, em setembro de 2002.

O Plano Real sofreu o primeiro golpe em 1999, quando houve a desvalorização da moeda. Pressionado pelos grandes grupos exportadores, o governo desvalorizou o real para aumentar as exportações. Mas a medida trouxe problemas para os importadores e gerou inflação, já que muitas indústrias brasileiras usam matéria-prima importada. Com a subida do dólar, o real sofreu ataques especulativos na Bolsa de Valores. Para estabilizar a economia, o governo pediu empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que fez diversas exigências, como o equilíbrio das contas e redução da dívida interna. Para isso, o governo precisou aumentar a arrecadação. E para aumentar a arrecadação, precisou criar novos impostos.

Mas o governo FHC também obteve algumas conquistas nas áreas sociais, como a redução da mortalidade infantil, do analfabetismo e o aumento da expectativa de vida da população. O programa brasileiro de combate à Aids e de distribuição de medicamentos foi considerado pela ONU como um dos melhores do mundo. Infelizmente, a desigualdade social continuou grande.

Quanto ao grande número de privatizações, há muitas críticas, pois FHC liberou a entrada do capital estrangeiro em setores estratégicos da economia, como a telefonia e energia. O governo pouco investiu na geração de energia, o que teria evitado o racionamento que aconteceu entre 2001-2002 e o risco de "apagão".

Destaques durante o governo Lula (2003-2011)

Eleições 2002

Após disputar três vezes a candidatura à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (ex-metalúrgico e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores – PT) tomou posse em 1º de janeiro de 2003, depois de ganhar as eleições em 2002 com o total de 61,3% dos votos da população brasileira, que o tornou o presidente mais votado da história do país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seus planos de governo, foram priorizados o combate à fome, por meio da Secretaria de Emergência Social, e o combate à inflação e à crise financeira que o país atravessava. A criação de empregos por meio de recursos públicos disponíveis nos bancos sociais e as reformas previdenciária, trabalhista, agrária e política fazem parte da pauta de seu governo. O governo Lula teve como meta estabelecer o pacto social, visando à governabilidade, o que julgava de fundamental importância para o país.

O Brasil exportou mais, controlou a inflação, o real ganhou força diante do dólar, aumentou o consumo pela maior facilidade de crédito e embora tenha aumentado o número de vagas de emprego não foi o ideal.

Em oito anos, o governo do presidente Lula criou e/ou aplicou alguns dos programas sociais abaixo:

- Bolsa-família;
- Programa de erradicação do trabalho infantil (Peti);
- Luz para todos;
- Brasil alfabetizado e educação de jovens e adultos e Prouni.

Dilma Rousseff (2011 a 2018*)

Governo Dilma

Filha do engenheiro e poeta búlgaro Pétar Rousseff e da professora brasileira Dilma Jane da Silva. Militou como simpatizante na Organização Revolucionária Marxista Política Operária, conhecida como Polop, organização de esquerda contrária à linha do PCB (Partido

A presidente Dilma Rousseff.

FRAZAO PRODUCTION / SHUTTERSTOCK.COM

Comunista Brasileiro), formada por estudantes simpáticos ao pensamento de Rosa Luxemburgo e Leon Trotski. Em 1969, a Colina e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) se unem, formando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Presa em 16 de janeiro de 1970, em São Paulo, o promotor militar responsável pela acusação a qualificou de "papisa da subversão". Fica detida na Oban (Operação Bandeirantes), quando é torturada. Depois, é enviada ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), sendo condenada em três Estados e, em 1973, já está livre, depois de ter conseguido redução de pena no STM (Superior Tribunal Militar). Muda-se, então, para Porto Alegre, onde cursa a Faculdade de Ciências Econômicas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Filia-se, então, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola em 1979, depois que o governo militar concedeu anistia política a todos os envolvidos nos anos da ditadura. Dilma ocupou os cargos de secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre (1986-1989), de presidente da Fundação de Economia e Estatística dos Estado do Rio Grande do Sul (1991-1993) e de secretária de estado de Energia, Minas e Comunicações em dois governos: Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT) Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2001, coordenou a equipe de infraestrutura do Governo de Transição entre o último mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva, tornando-se membro do grupo responsável pelo programa de Energia do governo petista. Dilma foi ministra da pasta das Minas e Energia entre 2003 e junho de 2005, passando a ocupar o cargo de ministra-chefe da Casa Civil desde a demissão de José Dirceu de Oliveira e Silva, em 16 de junho de 2005, acusado de corrupção. De guerrilheira na década de 1970 a participante da administração pública em diferentes governos, Dilma tornou-se uma figura pragmática, de importância central no governo Lula. No dia 20 de fevereiro de 2010, durante o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, Dilma foi aclamada pré-candidata do PT à presidência da República. Em 31 de março, obedecendo à lei eleitoral, afastou-se do cargo de ministra-chefe da Casa Civil. Durante a cerimônia de transferência do cargo, assumido por Erenice Guerra, Dilma afirmou, referindo-se ao governo Lula: "Com o senhor, nós vencemos. Vencemos a miséria, a pobreza ou parte dela, vencemos a submissão, a estagnação, o pessimismo, o conformismo e a indignidade". Dilma venceu as eleições presidenciais de 2010, no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos, tornando-se a primeira mulher na presidência da República Federativa do Brasil.

Em março de 2012, Dilma participou da quarta cúpula do BRICS, realizada em Nova Déli, na Índia. Em novembro, segundo pesquisa do Ibope, Dilma Rousseff supera seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, em intenções de votos para reeleição. Dilma foi citada por 26% dos entrevistados, enquanto Lula foi citado por 19% dos eleitores, em 2002. Em 2014, na disputa presidencial mais acirrada da história, Dilma foi reeleita presidente do Brasil, com 51% dos votos válidos.

Galeria dos presidentes

Dilma Rousseff	Luiz Inácio Lula da Silva	Fernando Henrique Cardoso	Itamar Franco	Fernando Collor
1º.1.2011 a 2º.1.2018*	1º.1.2003 a 1º.1.2011	1º.1.1995 a 1º.1.2003	2.10.1992 a 1º.1.1995	15.3.1990 a 2.10.1992

Fonte: www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/gale.htm

Copa 2014

A Copa do Mundo Fifa de 2014 teve sua vigésima edição realizada no Brasil. A competição foi disputada no período de 12 de junho a 13 de julho e ocorreu pela quinta vez na América do Sul, a primeira após 36 anos, já que a Argentina acolheu o evento em 1978. Foi a última sede de Copa do Mundo escolhida através da política de rodízio de continentes implementada pela Fifa, iniciado a partir da escolha da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. O logotipo é chamado de "Inspiração" e foi criado pela agência brasileira "África". O projeto resultou de uma fotografia icônica de três mãos vitoriosas juntas levantando o Troféu da Copa do Mundo Fifa. Bem como para descrever a noção humanitária das mãos em interligação, a representação das mãos também é simbólica no amarelo e verde do Brasil, dando calorosas boas-vindas ao mundo. O logotipo foi apresentado em uma cerimônia realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 8 de julho de 2010. O nome escolhido para o mascote da Copa 2014, um tatu-bola, foi "Fuleco", que é a junção das palavras "futebol" e "ecologia". As 64 partidas foram disputadas em 12 cidades do país. São Paulo recebeu o jogo de abertura no dia 12 de junho de 2014, enquanto Rio de Janeiro no dia 13 de julho, acolheu a Final da 20ª edição do mais importante torneio de futebol do planeta.

Dentre os estádios selecionados, apesar do atraso das obras, todos estavam funcionais. Além da construção e reforma dos estádios, outro grande desafio para as cidades-sede se deu respeito à infraestrutura.

Toda rede de transportes urbanos, hotéis e aeroportos precisou se adequar para receber o evento que atraiu mais de 1 milhão de turistas estrangeiros para as cidades onde aconteceram os jogos.As 12 cidades-sede foram: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA). O time campeão da Copa do Mundo 2014 foi a Alemanha.

Olimpíadas 2016

Em 2016, o maior evento esportivo do planeta terá lugar na América do Sul pela primeira vez na história. A cidade do Rio de Janeiro terá o orgulho de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. "Viva sua paixão". Foi slogan da campanha do Rio de Janeiro, que estima receber mais de 10,5 mil atletas de cerca de 205 nações ao redor do mundo, além de milhares de profissionais de imprensa, de apoio, apaixonados pelo esporte e turistas de todos os cantos do globo, superando a marca de Pequim, em 28 modalidades olímpicas. Após superar Madrid, Tóquio e Chicago, o Rio de Janeiro foi escolhido e será a primeira cidade da América do Sul a sediar uma Olimpíada.

O acontecimento mexe com o dia a dia dos brasileiros desde a confirmação da vitória, no inesquecível dia 2 de outubro de 2009. O anúncio feito pelo presidente do COI, Jacques Rogge, foi a coroação maior de uma trajetória de conquistas, mas, acima de tudo, o início de uma caminhada de grandes oportunidades e desafios.

A infraestrutura necessária para a realização dos Jogos impressiona em cada detalhe. Serão mais de 100 mil pessoas envolvidas diretamente na organização, incluindo 70 mil voluntários, e milhões impactados na cidade, no país e no continente. Para receber todos estes convidados, o Rio passará por uma transformação, mas sem perder jamais o espírito carioca e a energia brasileira, que contagiam a todos.

O pré-sal

O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que, em certas áreas da costa, atinge espessuras de até 2 mil metros. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros.

As maiores descobertas de petróleo localizam-se entre os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, onde se encontrou grandes volumes de óleo leve. Na Bacia de Santos, por exemplo, o óleo já identificado no pré-sal tem uma densidade de 28,5º API, baixa acidez e baixo teor de enxofre, características de um petróleo de alta qualidade e maior valor de mercado.

A estrutura para extração

Para otimizar a exploração do petróleo, a Petrobras planeja construir uma ilha artificial para servir de ponto de apoio durante as atividades de exploração na camada do pré-sal. Não há nada parecido na história da prospecção do petróleo. O projeto da ilha artificial é inédito e deve estar totalmente pronto e implantado até o ano de 2015. O principal problema enfrentado é a distância entre a costa e os bolsões de petróleo do pré-sal, portanto, a ilha servirá principalmente de alojamento, mas contará também com uma espécie de centro-cívico, onde haverá mercados, lojas e serviços.

Os royalties do petróleo

O termo "royalties" originou-se na Inglaterra, no século XV. Ele foi criado como uma forma de compensação (pagamento) à realeza em virtude de disponibilizar suas terras à exploração de minério. Atualmente, esse termo é mais utilizado para designar um valor pago pelas produtoras de petróleo e gás natural ao governo pela exploração desses recursos em território nacional.

No Brasil, o valor arrecadado pelos royalties do petróleo é dividido ente a União, Estados e municípios produtores de petróleo ou com instalações de refino e de auxílio à produção. As empresas petrolíferas pagam 10% do valor de cada barril extraído pelo direito de explorar o produto. Hoje em dia, esses 10% dos royalties do petróleo são divididos da seguinte forma: 22,5% para os Estados produtores; 30% para os municípios produtores; 47,5% para a União.

No entanto, alegando que o petróleo é uma riqueza nacional, uma proposta de lei do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) determina uma nova divisão dos royalties do petróleo: 30% para todos os Estados; 30% para todos os municípios; 40% para a União.

Essa nova divisão dos royalties tem por objetivo, além da camada pré-sal (cuja produção em larga escala está prevista para 2020), as jazidas e campos já licitados e explorados, como, por exemplo, como a Bacia de Campos. Caso a emenda seja aprovada pela Presidência da República, o Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo (83% da produção nacional), deixaria de receber aproximadamente 7,3 bilhões de reais por ano em royalties. O Espírito Santo seria outro Estado bastante prejudicado.

Em dezembro de 2012 houve uma grande manifestação na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo artistas e políticos, pedindo que a presidente Dilma Rousseff vetasse o projeto de lei, caso contrário, o Rio seria barbaramente prejudicado.

O mensalão

Mensalão foi o nome que se deu ao escândalo político deflagrado no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Em junho de 2005, o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB), em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, trouxe a público o esquema do Mensalão. Na época, Jefferson era acusado de envolvimento em processos de licitações fraudulentas, praticadas por funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ligados ao PTB, partido do qual ele era presidente. Antes que uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) fosse instalada para apurar o caso dos Correios, o deputado decidiu denunciar o caso Mensalão. Segundo Jefferson, deputados da base aliada do PT recebiam uma "mesada" de R$ 30 mil para votarem segundo as orientações do governo. Estes parlamentares, os "mensaleiros", seriam do PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Um núcleo seria responsável pela compra dos votos e também pelo suborno por meio de cargos em empresas públicas. José Dirceu, ministro da Casa Civil na época, foi apontado como o chefe do esquema. Delúbio Soares, tesoureiro do PT, era quem efetuava o pagamento aos "mensaleiros". Com o dinheiro em mãos, o grupo também teria saldado dívidas do PT e gastos com as campanhas eleitorais.

Marcos Valério, publicitário e dono das agências que mais detinham contrato de trabalho com órgãos do governo, seria o operador do Mensalão. Valério arrecadava o dinheiro junto a empresas estatais e privadas e em bancos, através de empréstimos que nunca foram pagos.

Outras figuras ligadas ao governo petista também foram apontados como participantes no esquema. Todos os acusados foram afastados do cargo que ocupavam.

Em agosto de 2007, mais de dois anos após ser denunciado o esquema, o STF (Supremo Tribunal Federal) acatou a denúncia da Procuradoria-Geral da República e abriu processo contra 40 envolvidos no escândalo do Mensalão.

O julgamento

O STF (Supremo Tribunal Federal) começou a julgar no dia 2 de agosto os 38 réus do Mensalão, considerado um dos maiores escândalos de corrupção da política brasileira. Em 2 de agosto de 2012, o ministro do STF, Joaquim Barbosa, relator do processo, deu início à leitura do resumo da ação, ato em que identificou os réus, bem como os respectivos crimes pelos quais eles foram denunciados. Após a leitura do resumo, foi a vez de o procurador-geral da república, Roberto Gurgel, apresentar as acusações sobre os réus e, na sequência de sua fala, os advogados de defesa apresentaram seus argumentos. Começou, assim, o que foi considerado o maior julgamento da história da corrupção política do país. Dos 38 réus arrolados na denúncia, os ministros do STF condenaram 25 por pelo menos um crime e 12 foram absolvidos das acusações.

José Dirceu, considerado o mentor de todo o esquema, foi condenado a 11 anos de prisão.

O grande destaque deste julgamento foi o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, que defendeu com galhardia a Justiça que ali estava sendo impressa, ganhando de imediato a plena simpatia de toda a nação brasileira, que, ao menos uma vez, viu um final adequado a um grave caso de corrupção.

Exercícios UNIDADE 1

1 **(UFRS)** Portugal, ao promover a colonização do Brasil como um desdobramento da expansão marítima, procurou:
a) integrar o Brasil dentro do sistema português do comércio com o Oriente, que produzia vultosos lucros.
b) criar uma estrutura que produzisse em grande escala, segundo as necessidades do comércio externo europeu.
c) desenvolver especialmente a circulação de mercadorias, sobretudo a produção do pau-brasil, que fixava o colono ao solo.
d) adequar o sistema espanhol de "repartimentos" ao Brasil, a fim de criar condições para o florescimento da policultura.
e) estruturar um sistema próprio, por meio das capitanias hereditárias, desligando do sistema mercantilista europeu.

2 A atual configuração do território brasileiro foi definida em suas linhas gerais no século XVIII pelo:
a) Tratado de Tordesilhas, que fixou os domínios portugueses e espanhóis na América.
b) Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual foram cedidos a Portugal os Sete Povos das Missões.
c) Tratado de Utrecht, que incorporou ao Brasil a Província Cisplatina.
d) Tratado de Lisboa, que garantiu os direitos de posse sobre o Território do Acre.
e) Tratado de Madri, que reconheceu a ocupação territorial além da Linha de Tordesilhas.

3 **(FUVEST)** Sobre o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode-se afirmar que objetivava:
a) Demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima;
b) Estimular a consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional;
c) Impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais;
d) Reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias;
e) Reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial, após a destruição da Invencível Armada de Filipe II, da Espanha.

4 **(FUVEST/FGV)** Sobre o mercantilismo, política econômica dos Estados modernos, pode-se afirmar que:
a) Visava unificar o poder do Estado, por meio da manutenção de áreas coloniais e pelo estabelecimento de um sistema de monopólios.
b) Tinha como elemento definidor o desenvolvimento do mercado consumidor, como condições da ampliação da economia mercantil colonial.
c) Preconizava a alta tributação das mercadorias exportadas e a manutenção de elevadas barreiras alfandegárias.
d) Objetivava o enriquecimento da metrópole, por meio da defesa do livre-comércio colonial e da formação de exércitos nacionais.
e) Impunha a reserva do mercado metropolitano e do comércio colonial, preconizando uma política tarifária segundo os princípios do *laissez-faire*.

5 **(UNIFOR-CE)** Considere os textos abaixo.I. "No século XVI, a exploração das colônias da América foi orientada por uma política que se traduzia na exploração intensa doa recursos naturais – especialmente no caso da Espanha, cujas colônias eram riquíssimas em metais preciosos..."II. "Na França, destacadamente no século XVII, o governo procurou limitar as importações e, ao mesmo tampo, aumentar o valor das exportações, estimulando as manufaturas, especialmente aquelas voltadas para a produção de artigos de luxo..."III. "Na Inglaterra, o governo favoreceu o desenvolvimento da frota naval e da marinha mercante, essenciais para a expansão do comércio, incentivou a produção manufatureira, protegendo-a da concorrência estrangeira por meio de uma rígida política alfandegária..." Eles identificam fenômenos relacionados:
a) ao iluminismo.
b) ao liberalismo.
c) ao mercanti!ismo.
d) à revolução socialista.
e) à crise do antigo regime.

6 **(UFES)** Leia com atenção o pequeno texto abaixo:"Basta um exame das práticas político-econômicas adotadas durante o séculoXVI pelas principais monarquias europeias para verificar os seus traços comuns. A rigor, todas elas preocupam-se com a questão das medidas de controle e proibição quanto à saída dos metais preciosos, e é em conexão com essa questão que se definem também as medidas de incentivo e proteção às atividades produtivas que possam evitar ou diminuir as importações de mercadorias estrangeiras."Esse texto refere-se ao:
a) metalismo.
b) mercantilismo.
c) agrarismo.
d) livre-cambismo.
e) monetarismo.

7 **(PUC-SP)** Para a maioria dos autores, a adoção do regime das capitanias significou mais uma concessão do que doação. Isso quer dizer que:

a) os donatários, pela carta de doação, recebiam o direito de posse e exploração da terra, reguardados os direitos do Estado.
b) pelos "forais" se garantia aos donatários o direito de revender suas terras aos colonos.
c) aos donatários era concedido o direito de explorar as jazidas minerais do subsolo sem taxação adicional.
d) a autoridade do donatário era restringida pelo direito de nomeação das autoridades judiciárias, reservado à Coroa.
e) as exigências dos donatários para com os colonos assumiram caráter de leis irrevogáveis.

8 **(UFSCAR-SP)** Os negros chegaram ao Brasil ao longo do período colonial e parte do Brasil independente. Vinham como escravos para trabalhar sobretudo nas grandes lavouras de exportação, nas atividades de mineração e, complementarmente, nos serviços urbanos. Daí a expressiva concentração original de populações negras:

a) nas lavouras de cana-de-açúcar do Maranhão, na cidade do Rio de Janeiro e nas fazendas de café do Norte do Paraná.
b) nas áreas de lavouras de cana-de-açúcar da Zona da Mata e do Sertão Nordestino, nas lavouras de trigo da Campanha Gaúcha e nas áreas de mineração do atual Estado de Minas Gerais.
c) na cidade do Rio de Janeiro, nas fazendas de gado do Sertão Nordestino e nas fazendas de gado da Campanha Gaúcha.
d) nas áreas de lavouras de cana-de-açúcar da Zona da Mata Nordestina, nas áreas de extração da borracha no Amazonas e nas áreas de ouro do atual Estado de Minas Gerais.
e) nas áreas de lavoura de cana-de-açúcar da Zona da Mata Nordestina, nas áreas de mineração do atual Estado de Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro.

9 **(STA. CASA-SP)** A economia mineradora, no século XVIII, no Brasil, foi responsável, em grande parte:

a) pela diminuição do fluxo de imigrantes portugueses que deixavam a metrópole no século XVII.
b) pela consolidação do governo central sediado em Salvador (1763).
c) pelo revigoramento do Nordeste açucareiro, que passou a ser financiado pelas capitanias meridionais.
d) pelo desenvolvimento de uma civilização rica nas Minas Gerais, graças à grande circulação do ouro.
e) pela aceleração do processo de interiorização, ao mesmo tempo que determinou um alargamento territorial.

10 **(PUC-SP)** A causa imediata da Inconfidência Mineira foi:

a) a prisão de oficiais das unidades militares acantonadas nas Gerais, ordenada pelo Visconde de Barcelona, com a finalidade de impedir manifestações contra o rigor do fisco português.
b) a ordem baixada pelo governador de Minas, Visconde de Barbacena, para que se realizasse a "derrama", ou seja, a cobrança dos tributos devidos à Coroa portuguesa.
c) a perseguição pelo governador das Gerais, D. Luís da Cunha Meneses, aos intelectuais da Vila Rica.
d) a repressão portuguesa aos protestos populares contra a instalação das Casas de Fundição, onde o ouro deveria ser "quitado" e transformado em barras.
e) o autoritarismo do governador das Minas Gerais, conde de Assumar, famoso pela brutalidade com que tratava seus inimigos políticos.

(UFRS) Sobre os quilombos no Brasil são feitas as seguintes afirmativas:

I. Constituíam-se em agrupamentos de negros fugidos, como forma mais significativa de luta contra a escravidão.
II. O mais conhecido núcleo de escravos fugitivos surgiu no século XVII, sob o nome de Palmares.
III. O número de quilombos de que se tem registro dá uma imagem distorcida de sua freqüência real, muito maior do que aquela revelada por nossa historiografia tradicional em suas descrições.Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas I
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

(UF-MG) A Independência do Brasil representou, na realidade:

a) a quebra da autoridade da Metrópole, apenas no setor jurídico-administrativo.
b) a ruptura total da interferência inglesa nos assuntos econômicos brasileiros.
c) a vitória dos grupos maçônicos interessados na criação de um império de províncias autônomas.
d) a interferência direta da Inglaterra na posse do poder político.
e) um ato político-administrativo e não uma ruptura com o passado colonial.

(FUVEST) O governo de Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644), no Brasil holandês, preocupou-se particularmente com a:

a) consolidação do sistema produtor de açúcar.
b) eliminação da influência portuguesa na vida pública.
c) conversão dos colonos à religião reformada luterana.
d) eliminação dos focos de insurreição dos baianos.
e) extinção dos malefícios da agricultura latifundiária.

(UFRS) A Revolta de Beckman, no século XVII, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a sedição de Felipe dos Santos em Vila Rica, no século XVIII, tiveram em comum o fato de que:

a) representavam uma tentativa de combate à ação desempenhada pelo sistema de exploração das Companhias de Comércio.
b) visavam promover a autonomia de núcleos regionais, com a valorização o elemento nacional.
c) apresentavam medidas reivindicatórias sem, contudo, oferecerem um projeto de separação política de Portugal.
d) tentaram promover, sem êxito, o término da exploração do sistema de escravidão africana.
e) pretendiam estabelecer medidas reformistas, a fim de criar novas condições sociais menos sujeitas à influência do Liberalismo Português.

(UFRS) A economia brasileira, na primeira metade do século XIX, teve como aspecto marcante:

a) oferecer grandes estímulos às atividades comerciais e, especialmente, às indústrias urbanas.

b) dar continuidade a uma estrutura colonial agora dependente do comércio externo da Inglaterra.
c) centralizar sua produção em torno da grande indústria.
d) esforçar-se no sentido de eliminar a importação de produtos agrícolas.
e) tornar-se independente do domínio do mercantilismo inglês, conforme ocorrera no período colonial.

(FUVEST) A produção de açúcar no Brasil colonial:

a) possibilitou o povoamento e a ocupação de todo o território nacional, enriquecendo grande parte da população.
b) praticada por grandes, médios e pequenos lavradores, permitiu a formação de uma sólida classe média rural.
c) consolidou no Nordeste uma economia baseada no latifundiário monocultor e escravocrata que atendia aos interesses do sistema português.
d) desde o início garantiu o enriquecimento da Região Sul do País e foi a base econômica de sua hegemonia na República.
e) não exigindo muitos braços, desencorajou a importação de escravos, liberando capitais para atividades mais lucrativas.

(OSEC-SP) A criação do governo-geral no Brasil pode ser encarada como uma tentativa do governo português para:

a) diminuir a intervenção do rei na administração colonial.
b) delegar maiores poderes aos donatários.
c) centralizar a administração colonial.
d) dar maiores poderes aos donatários.
e) acabar com o contrabando do pau-brasil.

(FC CHAGAS-SP) “A Lei de 1º de abril de 1680, proibindo radicalmente a escravidão dos índios e o monopólio trazido pela Companhia de Comércio do Maranhão, em 1682, foram as causas imediatas do movimento.”O movimento a que se refere o texto ficou conhecido como:

a) a Revolta de Beckman.
b) a Guerra dos Emboabas.
c) a Inconfidência Mineira.
d) a Guerra dos Mascates.
e) a Revolta de Vila Rica.

(FGV) Quais as características dominantes da economia colonial brasileira?

a) Propriedade latifundiária, trabalho indígena assalariado e produção monocultora.
b) Propriedades diversificadas, exportação de matérias-primas e trabalho servil.
c) Monopólio comercial, latifúndios e trabalho escravo de índios e negros.
d) Pequenas vilas mercantis, monocultura de exportação e trabalho servil de mestiços.
e) Propriedade minifundiária, colônias agrícolas e trabalho escravo.

(U.F.Uberlândia-MG) A empresa agrícola açucareira no Brasil-Colônia teve como características básica:

a) latifúndio e minifúndio, trabalho servil, lavoura de subsistência.
b) grande propriedade monocultora, trabalho livre, produção de natureza capitalista.
c) trabalho escravo, produção de natureza capitalista, objetivo comercial interno.
d) grandes propriedades pertencentes à Coroa e arrendadas a trabalhadores que possuíam a posse destas terras, trabalho escravo, objetivo exportador.
e) latifúndios monocultores de proprietários particulares, produção de natureza capitalista, trabalho escravo nas lavouras e trabalho escravo e livre assalariado nos engenhos.

(UFPR) O quadro político-econômico fundamentado na empresa agrícola, na qual se baseou a colonização no Brasil, sofreu transformações com a união das coroas de Portugal e Espanha, em 1580. A Holanda, que promoveu guerra contra a Espanha, exerceu influência direta na colônia portuguesa na América:

a) ocupando grande parte da região produtora de açúcar.
b) destinando capitais para a atividade mineradora, visando à exploração das Minas Gerais.
c) fazendo deslocar o eixo econômico do centro-oeste para o leste.
d) incentivando a indústria da pesca, única atividade rendosa na época.
e) implantando a cultura cafeeira e modificando as bases do sistema econômico.

(PUC) Foram os jesuítas os principais responsáveis pela introdução da cultura européia no Brasil, visando:

a) ampliar os conhecimentos dos novos súditos da Coroa para que participassem da administração colonial.
b) educar os colonizados para ler, escrever e falar o português a fim de que assimilassem os hábitos, costumes e a religião do colonizador.
c) assimilar os comportamentos e práticas nativas, tendo em vista a formação de uma cultura que respeitasse os valores indígenas.
d) permitir que, através da educação formal, os colonizados pudessem frequentar as universidades européias.
e) contribuir para a ampliação dos princípios da livre escolha da religião.

(F.C.C.) A eclosão da chamada Guerra dos Emboabas (1708-1709) decorreu de vários fatores, podendo ser relacionada, em parte, com a:

a) nomeação de Manuel Nunes Viana, paulista de grande prestígio, para a capitania das Minas de Ouro.
b) proibição aos emboabas de exercerem atividades comerciais na região das Minas.
c) decisão da Câmara de São Paulo, que desejava que as datas fossem exploradas apenas por elementos dessa vila e seus arredores.
d) separação político-administrativa da capitania de São Paulo a Minas de Ouro.
e) convulsão social promovida pela intensificação da atividade presadora de índios pelos bandeirantes.

RESPOSTAS:

1.B 2.E 3.A 4.B 5.C 6.7.A
8.E 9.E 10.B 11.E 12.E 13.A14.C
15.B 16.C 17.C 18.A 19.A 20.E
21.A 22.B 23.C

UNIDADE 2 E 3

(USF-SP) Proclamada a independência, em 1822, a primeira Constituição, de 1824, perdurou por todo o Império. Dela se destacam, entre outros, os seguintes aspectos:

a) não conseguiu evitar o caráter autoritário e praticamente assegurou uma verdadeira ditadura militar sobre o governo.
b) mantinha o sistema clássico de divisão em três poderes, o que garantiu uma estrutura bastante democrática.
c) assegurou o pluripartidarismo, garantindo grande rodízio no governo imperial.
d) de caráter outorgada, instituía o voto censitário, criava o poder Moderador, ao qual era transmitida uma grande parcela de participação no poder.
e) assumindo uma postura profundamente nacionalista, rapidamente criou inúmeros conflitos com os ingleses.

Observe o esquema abaixo com atenção e responda ao que se pede:FASE INICIAL DA ECONOMIA CAFEEIRASituando a economia cafeeira no quadro da economia brasileira, você verifica que:

a) a cafeicultura se opôs à agricultura brasileira colonial quanto ao regime de propriedade.
b) a cafeicultura se opôs à atividade açucareira pelo caráter monocultor desta última.
c) a cafeicultura repetiu os padrões da agricultura brasileira colonial.
d) a cafeicultura foi a primeira atividade econômica brasileira voltada para a exportação.
e) a cafeicultura manteve sem alteração o regime da mão de obra colonial.

(MACK-SP) O declínio da Monarquia e a propagação dos ideais republicanos, no fim do século passado, ligam-se, sem dúvida, aos efeitos que a Guerra do Paraguai nos deixou como herança. Isso porque:

a) a vitória da Tríplice Aliança sobre o Paraguai implicou enormes prejuízos no campo diplomático, sobretudo em relação à Inglaterra.
b) a guerra acelerou as contradições internas, abalando a mais sólida base da Monarquia – a escravidão – e fazendo emergir um Exército com consciência de seu poder.
c) a derrota brasileira obrigou a Monarquia concessões territoriais que abalaram a economia.
d) os partidos conservadores do Império opunham-se à guerra e defendiam a mudança das estruturas sociais internas.
e) embora nossa situação econômica se consolidasse com a guerra, a Monarquia não logrou reconciliar as duas facções de nossa política na época, o Partido Liberal e o Conservador.

(UnB-DF) O processo de independência do Brasil e a formação do Estado nacional estão marcados:

a) por uma série de "conjuras" que, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, assinalavam, antes de 1822, as contradições existentes na colônia e que provocariam o fim do domínio lusitano.
b) pela conscientização de que, atendendo às reformas das Cortes portuguesas, estaríamos perdendo a autonomia e o livrecomércio aqui instalados, a partir da vinda da família real portuguesa.
c) por duas datas significativas: 1822 e 1831. A primeira assinala a independência política, e a segunda assegura o controle do processo nas mãos dos liberais.
d) pelo período regencial (1831-1840), fundamental para que uma das facções "brasileiras" em luta assumisse a liderança de fato e estabelecesse o tipo de Estado que seria instalado.
e) pela luta entre os elementos defensores da descentralização político-administrativa e os que propugnavam a centralização, estes últimos derrotados a partir da Lei Interpretativa do Ato Adicional.
f) pela organização da Guarda Nacional, fundamental para assegurar a participação popular na organização do Estado.

(FESP-PE) "A abolição da escravatura no Brasil dá-se sem graves convulsões sociais, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde a questão escravista assume o caráter de uma guerra civil: a Guerra de Secessão (1861-1865)."Marque, entre as afirmativas abaixo, aquela que explica a transição do trabalho livre no Brasil.

a) Após a abolição do tráfico negreiro (1850), o problema da mão de obra encontrou solução plena com a transferência interna de escravos de economias pouco dinâmicas para a em ascensão, a cafeeira.
b) A expansão da economia cafeeira amplia os recursos públicos de tal forma que permite ao regime imperial brasileiro encontrar soluções internas para o problema de mão de obra.
c) A crescente presença do trabalho livre promovida pela imigração, de um lado, evidencia a insuficiência do trabalho e, de outro lado, torna-se forte elemento de dissolução do regime escravista.
d) A afirmação que se encontra no enunciado da questão é falsa porque a expansão da economia cafeeira verificada a partir de 1830 reforça o escravismo no Brasil, tornando a transição um processo difícil e sangrento.
e) Dentre as formas utilizadas para superação da crise do trabalho escravo, a colônia de parceria e a colonização foram mais eficientes que a imigração.

(UFU-MG) "Os reflexos da lei do tráfico negreiro (1850) são transcendentes para a vida econômica do País, modificando, em parte, sua fisionomia. O País dispunha de poucos capitais que se investiam, até então, principalmente no tráfico negreiro. Proibido esse comércio, o capital que se mantém no Brasil fica sem aplicação. É certo que esse capital pode ser conservado no comércio interno de escravos, mas a maior parte tem que tomar outro rumo. O espírito empresarial pode encaminhá-lo, então, para empreendimentos novos e úteis; abrem-se fábricas, constroem-se estradas de ferro, criam-se

bancos e companhias de todo tipo." Segundo o texto acima, os reflexos da lei de supressão do tráfico de escravos modificam a fisionomia econômica do País porque, após a lei:

a) abrem-se possibilidades para o comércio interno de escravos.
b) desenvolve-se o interesse dos empresários estrangeiros pelo País.
c) inicia-se um surto de novos empreendimentos industriais e comerciais.
d) começa um vigoroso movimento de capitais estrangeiros para dentro do País.
e) instaura-se a economia baseada no trabalho livre.

30 **(UFRGS)** No mapa, os pontos I, II e III assinalam os atuais Estados onde, durante o período regencial, eclodiram as revoltas ou revoluções conhecidas, respectivamente, como:

a) Farroupilha, Sabinada e Balaiada.
b) Cabanagem, Balaiada e Farroupilha.
c) Balaiada, Cabanagem e Sabinada.
d) Cabanagem, Sabinada e Farroupilha.
e) Sabinada, Farroupilha e Cabanagem.

31 Com relação à consolidação da Monarquia brasileira, assinale a alternativa incorreta:

a) A Revolta dos Liberais, em 1842, foi consequência da queda do Ministério Liberal, após as eleições do "cacete".
b) No Parlamentarismo brasileiro, durante o Segundo Reinado, o primeiro-ministro era escolhido pelo imperador e deveria ter seu nome aprovado pela Assembleia-Geral.
c) Para manter-se no poder, um Ministério precisava ter a confiança tanto do imperador, como da Câmara dos Deputados e, por meio do Poder Moderador, o imperador ponderava quem deveria permanecer, no caso de uma discussão.
d) A Revolta Praieira teve, como uma de suas causas, a queda do Ministério Conservador, já que se considera que este movimento partiu da extrema direita.
e) De 1853 a 1856, tivemos o Ministério da "Conciliação", dirigido pelo do Paraná, no qual conjuntamente Conservadores e Liberais ocupam o poder.

(UNifor-CE) No processo de formação do Estado nacional brasileiro, o período regencial (1831-1840) foi decisivo. Esses anos, como se sabe, foram marcados por rebeliões internas. Uma delas chegou de fato a ameaçar a unidade territorial ao proclamar duas Repúblicas. Estamos nos referindo à:

a) Sabinada.
b) Balaiada.
c) Cabanagem.
d) Confederação do Equador.
e) Guerra dos Farrapos.

RESPOSTAS:

24.D 25.C 26.B 27.B 28.C 29.C 30.B 31.E 32.E

UNIDADE 4

(MACK-SP) No final da República Velha, entre 1920 e 1930, as instituições que garantiam a dominação da burguesia cafeeira apresentavam-se deterioradas e contestadas pelo movimento denominado:

a) Integralismo.
b) Tenentismo.
c) Queremismo.
d) Constitucionalismo.
e) Coronelismo.

(UGF-RJ) A política de intervenções militares contra as oligarquias estaduais, sobretudo no Nordeste, ocorrida por volta de 1912, teve a denominação de:

a) florianismo.
b) pinheirismo.
c) hermismo.
d) salvacionismo.
e) tenentismo.

(CESGRANRIO) Observe os quadros. O primeiro refere-se ao fluxo imigratório para o Brasil. O segundo traduz uma sensível alteração nos setores importador e exportador da economia brasileira, durante a Primeira Guerra Mundial. Tomando por base os índices neles representados, podemos afirmar que:

1904/1913	1.006.617
1914/1923	503.981
1924/1933	737.223

ANOS	IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MANUFATURADOS (em contos de réis)	EXPORTAÇÕES NO PORTOS (em contos de réi
1910	754.162	939.413
1911	754.749	1.003.925
1912	1.081.335	1.119.737
1913	1.213.888	981.768
1914	534.492	755.747
1915	395.784	1.042.298
1916	463.137	1.136.888
1917	374.469	1.192.175
1918	638.794	2.178.719
1920	825.059	1.752.411

(FUVEST) "Voto de cabresto", "curral eleitoral", "eleição a bico de pena", "juiz nosso", "delegado nosso", "capangas" e "apadrinhamento" são expressões que lembram em nosso país o:

a) liberalismo.
b) totalitarismo.
c) messianismo.
d) coronelismo.
e) comunismo.

(OSEC-SP) A Primeira Guerra Mundial pode ser considerada fator de aceleração econômica brasileira porque:

a) dificultou as importações, originando a "indústria de substituição."
b) desenvolveu no Brasil uma indústria bélica para abastecer os aliados.
c) desenvolveu no Brasil uma indústria de base, com intuito de fornecer máquinas para os países aliados.
d) aumentou as relações comerciais com os países do Eixo.
e) provocou o desenvolvimento agropecuário do Nordeste para abastecer os aliados.

(UCMG) É marco inicial do Movimento Tenentista, na República Velha:

a) a Coluna Prestes.
b) afirmação da Aliança Liberal.
c) o levante do Forte Copacabana.
d) a Revolução de 1930.
e) a Revolução Paulista de 1924.

"Uma veis uma escolta atirou em mim. Eu estendi dois. Eu era cabo eleitoral do PRP. Nóis não deixava os pessoar do otro lado entrá na cidade prá votá. Se eles entrava, nóis encondia as ata." (ANDRADE, Oswald de. Marco Zero II. Chão.) O texto refere-se aos "costumes políticos" que caracterizaram o período de nossa história denominado:

a) República Velha.
b) Segundo Reinado.
c) Segunda República.
d) Estado Novo.
e) Regencial.

(PUC-SP) Recentemente as páginas de um jornal paulista foram ocupadas pela polêmica entre um renomado filósofo e um conhecido político do Nordeste brasileiro. Este último foi apontado por seu debatedor como sendo praticante do "coronelismo".A expressão "coronelismo", cunhada na década de 30, no Brasil, diz respeito a uma prática política que se define:

a) pela articulação de governadores dos estados mais poderosos com o objetivo de sustentar algum candidato ao poder Executivo.
b) pelo controle político regional exercido por meio de favorecimentos e constrangimentos pessoais.
c) pelo comando de *lobbies* no Congresso Nacional com a finalidade de assegurar posições pessoais.
d) pela aliança de proprietários de terras com setores politizados do Exército.
e) pela utilização de canais de comunicação de massa com objetivos políticos.

(UNIRIO-ENCE) As crises política, social e cultural das décadas de 20 e 30 no Brasil estão associadas a vários movimentos, entre eles o tenentismo, que pode ser definido como:

a) movimento social com marcada participação das classes populares urbanas.
b) manifestação de parcela do Exército representada pelos oficiais mais jovens.
c) expressão das dissidências político-eleitorais entre as oligarquias dominantes.
d) revolução agrária caracterizada pelo levante das populações rurais em função da Coluna Prestes.
e) união das classes médias urbanas com as oligarquias cafeeiras em oposição aos movimentos populares.

RESPOSTAS:

33.B	34.D	35.E	36.D	37.A	38.C
39.A	40.B	41. B			

UNIDADE 5

(UFRS) O Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) sofreu, desde o seu início, a oposição de São Paulo, entre outros motivos, porque o referido Estado desejava:

a) o afastamento do interventor Pedro de Toledo, em face do seu comprometimento com o tenentismo.
b) a introdução de representações classistas dos sindicatos profissionais, o que contrariava a política getulista.
c) a extensão do direito de voto às mulheres, soldados e analfabetos, a fim de democratizar o sistema eleitoral.
d) a indicação de um interventor civil, assim como a imediata constitucionalização do País.
e) a implantação de um governo forte, centralizado, que dominasse a vida econômica, para garantia dos preços do café.

(FUVEST) Na história da República brasileira, a expressão "Estado Novo" identifica:

a) o período de 1930 a 1945, em que Getúlio Vargas governou o País de forma ditatorial, só com o apoio dos militares, sem a interferência dos outros poderes.
b) o período de 1950 a 1954, em que Getúlio Vargas governou com poderes ditatoriais, sem garantia dos direitos constitucionais.
c) o período de 1937 a 1945, em que Getúlio Vargas fechou o Poder Legislativo, suspendeu as liberdades civis e governou por meio de decretos-lei.
d) o período de 1945 a 1964, conhecido como o da redemocratização, quando foi restabelecida a plenitude dos poderes da República e das liberdades civis.
e) o período de 1930 a 1934 quando se afirmou o respeito aos princípios democráticos, graças àRevolução Constitucionalista de São Paulo.

(Unificado-RS) "A escolha dos candidatos à sucessão presidencial funcionará como um estopim para a mais importante revolução da história republicana. (...) Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de agruparem-se em torno de Getúlio Vargas as forças da oposição (...) Realizaramse, contudo,

as eleições e o resultado foi favorável a Júlio Prestes. Entretanto, vinte e dois dias antes de terminar o mandato de Washington Luís, a revolução estava nas ruas."A que revolução o texto faz referência e quem assumiu a Presidência da República sucedendo Washington Luís?

a) Revolução de 1930; Júlio Prestes.
b) Revolução de 1930; Getúlio Vargas.
c) Revolução de 1930; João Pessoa.
d) Revolução Constitucionalista de 1932; Júlio Prestes.
e) Revolução Constitucionalista de 1932; Getúlio Vargas.

(MACK-SP) "Entre 1930 e 1934 os tenentes procuraram forçar o governo provisório de Getúlio Vargas à realização de seu programa renovador da vida política e da economia do País, pleiteando eleições livres, legislação trabalhista, nacionalização dos bancos estrangeiros, combate ao latifúndio. Por meio dos interventores os tenentes atuaram em Pernambuco, Paraíba e São Paulo, sempre em choque com as oligarquias estaduais, acabando por contribuir para a eclosão da Revolução Constitucionalista."O texto analisa um dos fatores que levou à Revolução Paulista de 1932. Nesse sentido, podemos entendê-la:

a) como um movimento que pretendia a participação das massas marginalizadas no poder.
b) como uma reação da velha oligarquia cafeeira paulista contra a nova ordem instalada em 1930.
c) como uma ação burguesa de apoio aos tenentes.
d) como uma revolução separatista contra o governo central.
e) como uma luta que refletia as influências alienígenas do nazifascismo europeu entre nós.

(GV) Com relação à estrutura sindical brasileira implantada no Estado Varguista, podemos afirmar que as associações sindicais:

a) exerceram atividades mutualistas sem que houvesse a interferência direta do Estado, o que somente ocorreu em meados da década de 60.
b)foram controladas pelo Estado e definidas como órgãos de colaboração de classes, dentro de um espírito em que predominou a orientação corporativa.
c)foram criadas dentro de um espírito de autonomia e pluralidade, ocorrendo a interferência do Estado nos momentos de agudização dos conflitos de classe.
d) pautaram suas atuações dentro dos princípios de harmonia entre o capital e o trabalho, totalmente livres da intervenção do Estado.
e) foram organizadas apenas para os trabalhadores rurais, sendo a sindicalização dos trabalhadores urbanos, fenômeno mais recente.

(MACK-SP) O populismo, fenômeno político latino-americano no período pós-guerra, inicia-se no Brasil com a queda do "Estado Novo" e estende-se até a deposição de João Goulart. Pode ser definido como:

a) a manipulação pelo Estado das camadas urbanas e suas reivindicações.
b) a expressão política autônoma da classe operária.
c) a ditadura do proletariado que alija do poder a burguesia e a oligarquia agrária.
d) a queda do regime democrático e a instalação de um governo totalitário e antiindustrial.
e) um movimento antinacionalista e de defesa do capital estrangeiro.

(UFRS) A implementação do Programa de Metas do governo de Juscelino Kubitschek foi de importância para a economia brasileira, pois:

a) diversificou as exportações e abaixou os índices de inflação.
b) provocou o crescimento do setor industrial e o ingresso maciço de capitais estrangeiros.
c) evitou o deslocamento da força de trabalho do setor agrário para o industrial.
d) nacionalizou o processo industrial do País, evitando a intervenção das multinacionais.
e) impediu que a estrutura social das cidades se modificasse por influência da industrialização.

(FATEC-SP) No Brasil, o Populismo – fenômeno político latino-americano do período pós-guerra, que consiste na manipulação pelo Estado das camadas urbanas e suas reivindicações – é marcante no período compreendido entre:

a) a queda do Estado Novo e a deposição de João Goulart.
b) a ascensão de Campos Sales e o final da chamada República Velha.
c) a vitória de Getúlio Vargas em 1930 e o seu suicídio em 1954.
d) a queda do Estado Novo e a renúncia do Presidente Jânio Quadros.
e) a vitória de Getúlio Vargas em 1930 e a vitória da Revolução de 1964.

Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo (...)" O texto acima, extraído da Carta-Testamento de Vargas, expressa os vínculos do governo Vargas (1951-1954) com:

a) o capital estrangeiro aplicado, sobretudo em indústrias de base e setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.
b) os grandes proprietários rurais, que desde 1930 se constituíam na base social de Vargas.
c) os grandes proprietários rurais, que viam na política social de Vargas o caminho para impedir que os trabalhadores rurais se organizassem na luta pela Reforma Agrária.
d) as massas trabalhadoras urbanas, organizadas em poderosos sindicatos controlados pelo Estado.
e) os trabalhadores rurais, que esperavam de Vargas uma legislação social, que lhes desse os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos.

(MACK-SP) A crise gerada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros foi temporariamente controlada em 1961 por meio:

a) das reformas de base com vistas à modernização do País.
b) do Ato Institucional número 5 e o fechamento total do regime.
c) da emenda parlamentarista, que possibilitou a posse do Presidente João Goulart, conciliando os setores em confronto.
d) do Golpe Militar, provocando a queda do governo

Goulart.
e) da convocação de novas eleições, desfazendo o clima de acirrada oposição entre esquerda e direita.

(FATEC-SP) "As reformas de base – reforma agrária, reforma administrativa, reforma bancária e reforma fiscal – tinham um nítido caráter ideológico. Tratava-se de um instrumento com o qual o governo buscava unir todas as forças populistas mobilizadas e fazer crer à opinião pública a necessidade de mudanças institucionais na ordem política, social e econômica, como condição essencial ao desenvolvimento nacional."O texto acima está relacionado:
a) com o Programa de Reformas de João Goulart.
b) com os propósitos reformistas da Revolução de 1964.
c) com os objetivos da Revolução de 1930.
d) com o Programa de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira.
e) com o Plano de Ação Econômica e Social do governo Castelo Branco.

(STA. CASA-SP) Após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os ministros militares julgaram inconveniente à segurança nacional o regresso do vice-presidente João Goulart (então no estrangeiro) ao Brasil, a fim de tomar posse. Temendo a deflagração de uma guerra civil ou golpe militar, o Congresso contornou a crise, aprovando um Ato Adicional à Constituição de 1946, para limitar os poderes do novo presidente. Por esse Ato Adicional:
a) foi instalado o sistema parlamentarista de governo.
b) o vice-presidente não seria mais considerado presidente do Congresso Nacional.
c) admitia-se a pena de morte para os casos de subversão.
d) instalava-se a revolução de 1964.
e) estabeleceu-se o Ato Institucional nº 5, e o Congresso entrou em recesso.

RESPOSTAS:
42.D 43.C 44.B 45.C 46.A 47.A 48.B 49.A 50.D 51.C 52.A 53.A

UNIDADE 6

(FGV-SP) Segundo vários autores, o Plano de Metas (1956-1961), pela complexidade de suas formulações quando comparado às tentativas anteriores de planejamento e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência de planejamento governamental efetivamente posta em prática no Brasil. Abrangeu cinco setores específicos, quais sejam:
a) transportes, serviços, comércio, educação e segurança.
b) energia, alimentação, comunicações, cultura e indústrias de base.
c) indústrias de base, energia, gastos públicos, alimentação e agricultura.
d) educação, transportes, mercado de capitais, segurança e comércio.
e) alimentação, indústrias de base, energia, transportes e educação.

(FAAP-SP) O violento e arbitrário Ato Institucional nº 5 (AI-5):I. dava ao presidente poderes para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais e suspender direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos;II. suspendia a garantia do Habeas-Corpus;III. foi decretado por Castelo Branco;IV. permitia que o presidente pudesse demitir ou aposentar sumariamente funcionários públicos e juízes de tribunais.Estão corretas apenas as proposições:
a) I e II c) II e III e) II, III e IV
b) III e IV d) I, II e IV

(CESGRANRIO) A política econômica dos governos militares brasileiros nas décadas de 1960 e 1970, que possibilitou elevados índices de crescimento da economia brasileira, tem, entre suas características o(a):
a) aperfeiçoamento da legislação trabalhista com a introdução da estabilidade no emprego e descentralização da Previdência Social.
b) "Milagre Brasileiro", caracterizando uma acelerada acumulação e rápido crescimento da economia, mas não eliminando os problemas sociais.
c) estabilização econômica, obtida após o golpe de 1964, resultando em amplo acordo entre governo, patrões e empregados.
d) restrição à participação do capital estrangeiro no País, favorecendo os grupos empresariais nacionais.
e) redução gradual da intervenção do Estado na economia e sua decisiva atuação em programas sociais.

(MACK-SP) O novo modelo político-econômico criado pela revolução de 1964 foi responsável:
a) por um crescimento da participação do Estado na economia.
b) pelo crescimento das pequenas e médias empresas.
c) pelo controle dos setores de base da nossa economia, pelas multinacionais.
d) pelo pequeno desenvolvimento do setor energético de nosso País.
e) pela privatização de um grande número de empresas estatais.

(ANHEMBI-MORUMBI-SP) Analisando os dados das tabelas abaixo, podemos dizer que no final do regime militar (1964-1985):
a) o Brasil estava conseguindo manter uma distribuição derenda e uma inflação equilibradas.
b) diminuíram as disparidades na distribuição de renda no Brasil.
c) a inflação alta não foi um instrumento concentrador de renda.
d) o Brasil tem uma melhor distribuição de renda que os Estados Unidos.
e) as classes pobres tiveram sua renda sensivelmente diminuída, podendo a inflação ter funcionado como instrumento transferidor de renda.

RESPOSTAS:
54.E 55.D 56.B 57.A 58.E

UNIDADE 7

(UFF-RJ) O ano de 1992 ficará marcado na História do Brasil como o ano do "Brasil passado a limpo". Entre os fatos marcantes que levaram a essa caracterização, temos:

a) a volta às ruas da juventude brasileira, a criação da CPI de PC Farias, a votação do *impeachment* do presidente Fernando Collor.
b) as eleições municipais de 3 de outubro, as denúncias de Pedro Collor contra o seu irmão, presidente da República, e a constituição do bloco político-partidário chefiado pelo deputado Ricardo Fiúza.
c) a reorganização do Partido Popular (PP), o movimento Ética na Política e a vitória nas eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro, no primeiro turno, da candidata do PT, Benedita da Silva.
d) a implantação do parlamentarismo no Brasil, a morte de Ulysses Guimarães e a vitória, na maioria dos municípios brasileiros, do PRN nas eleições de outubro de 1992.
e) a inclusão do nome de Orestes Quércia na CPI da VASP, a implantação do Mercosul e a legalização do jogo nas estâncias hidrominerais.

(CESGRANRIO) O Movimento "Diretas Já", que, ao longo do ano de 1984, promoveu intensa mobilização popular a favor da eleição direta para presidente da República, resultou na:

a) eleição de um governo popular e democrático chefiado por José Sarney.
b) eleição do candidato da oposição, Tancredo Neves, ainda pela via indireta.
c) eleição direta do Presidente da República, o primeiro em quase trinta anos, Fernando Collor.
d) anticandidatura Ulysses Guimarães e na convocação da Assembleia Nacional Constituinte.
e) revogação dos Atos Institucionais, apesar da derrota da Emenda das Diretas.

(UFSC) Nos últimos anos assistiu-se a cenas que demonstram a crise social em que se encontra o Brasil, tais como:(01) a mortandade de "crianças de rua", como ocorreu no "massacre da Candelária";(02) o assassinato de posseiros e de líderes rurais;(04) a chacina em favelas, como a de "Vigário Geral", no Rio de Janeiro;(08) o massacre no presídio paulista do Carandiru, onde mais de cem pessoas foram exterminadas;(16) a prostituição infantil, principalmente nas zonas do garimpo.Obs.: A resposta da questão é dada pela soma dos números dos enunciados corretos.

(FUMEC-MG) A Nova República, que emergiu no Brasil, a partir do fim do regime militar-autoritário, instalado em 1964, teve como uma de suas características básicas:

a) a manutenção do Colégio Eleitoral, que elegera Tancredo Neves à Presidência da República.
b) a adoção de Planos Econômicos heterodoxos, utilizando-se o congelamento de preços e de salários e substituindo a moeda, destacando o Plano Cruzado.
c) a liberação para serem criados os Partidos Políticos, proibidos desde a adoção do AI-2
d) a eliminação total das empresas estatais, promovendo o processo de privatização da economia brasileira.
e) a desvinculação com o FMI, vislumbrando uma política independente das pressões externas.

(MACK-SP) O confisco das contas bancárias descontentou todos os setores da população. A inflação não foi controlada e o desemprego cresceu. O serviço público desorganizou-se, a abertura para o capital estrangeiro e ofechamento de Estatais faziam parte do plano e do governo, respectivamente:

a) Plano Collor – governo Collor de Mello.
b) Plano Cruzado – governo José Sarney.
c) Plano Bresser – governo Itamar Franco.
d) Plano Real – governo Fernando Henrique Cardoso.
e) Plano de Metas – governo Juscelino Kubitschek.

(ANHEMBI-MORUMBI-SP) Em 1989 ocorreu eleição direta para presidente da República no País. Foi eleito, com forte e bem planejado esquema de marketing, um político sem expressão nacional de um minúsculo partido (PRN), o ex-Governador de Alagoas Fernando Collor de Mello. Os fatos mais marcantes de seu Governo foram:

a) isolamento político; derrota do Plano Real; graves comprovações de corrupção; impeachment, assumindo o Vice-Presidente Itamar Franco.
b) maioria no Congresso; plano de estabilização econômica (Plano Cruzado) mal-formulado e administrado; retorno de hiperinflação; *impeachment*.
c) ampla maioria no Congresso Nacional; implantação do Plano Real; graves denúncias de corrupção; *impeachment*.
d) insucesso do Plano Cruzado; provas de corrupção contra membros do governo, principalmente PC Farias; *impeachment*, assumindo o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso.
e) insucesso do plano de estabilização econômica; retorno da hiperinflação; isolamento político; graves comprovações de corrupção contra inúmeros membros do Governo; *impeachment*, assumindo o Vice-Presidente Itamar Franco.

(MACK-SP) A década de 1980 foi marcada por uma evolução negativa da economia brasileira: baixo crescimento do PIB, aumento do desemprego, atraso tecnológico. Tais fatos foram resultantes:

a) da rápida erosão das contas públicas, agravamento do balanço de pagamentos, explosão inflacionária e política econômica fortemente recessiva adotada pelo governo.
b) de uma política social bem-sucedida, mas que agravou os gastos públicos.
c) de planos econômicos monetaristas que, preocupados com a questão do desemprego, fracassaram no combate à inflação.
d) das sucessivas moratórias solicitadas pelos governos da década e as conseqüentes pressões internacionais.
e) do crescimento do setor industrial durante todo o período, anulado, no entanto, pelos desequilíbrios do setor têxtil.

RESPOSTAS:
59.A 60.C 61.31 62.B 63.A 64.E 65.A